

Publicação do CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

Agosto/95

V. 3 N°2

ISSN 0104-6276



CESOP
CENTRO
DE ESTUDOS
DE OPINIAO PUBLICA

Universidade Estadual de Campinas

UNICAMP

Reitor: José Martins Filho
Coordenador Geral da Universidade: André Maria Pompeu Villalobos
Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário: José Tadeu Jorge

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA

CESOP

Conselho Orientador

Presidente: Bolívar Lamounier (IDESP/ PUC-SP)
Vice-presidente: Plínio Dentzien (IFCH- UNICAMP)
Conselheiros: Antônio Flávio Pierucci (FFLCH- USP), Carlos Eduardo Meirelles Matheus (Gallup), Gustavo Venturi (Datafolha), José Álvaro Moisés (FFLCH- USP/CEDEC), José Ferreira de Carvalho (IMECC- UNICAMP), Leandro Piquet Carneiro (ISER), Márcia Cavallari Nunes (IBOPE), Marcus Figueiredo (IUPERJ), Ney Lima Figueiredo (CEPAC), Örjan Olsén (CBPA), Rachel Meneguello (IFCH-UNICAMP), Salvador Sandoval (FE- UNICAMP), Vilmar E. Faria (IFCH- UNICAMP).

Comitê Técnico-Científico

Fernando Antonio Lourenço
José Ferreira de Carvalho
Plínio Dentzien
Vilmar E. Faria

Equipe Técnica

Coordenação: Rachel Meneguello
Pesquisadores: José Guilherme P. Brandt, Maria Teresa Gonzaga Alves, Paula Vanina Cencig
Secretária Geral: Maria das Graças Plá Sanches

OPINIÃO PÚBLICA, Vol. III, nº 2

Conselho Editorial: Amaury de Souza, Antônio Lavareda, Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio Wanderley Reis, Hélgio Trindade, Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly de Camargo, Nelson do Valle e Silva, Ruy Martins Altenfelder Silva.

Coordenação geral: Rachel Meneguello
Produção: Equipe Técnica do CESOP

Encarte Tendências: Pesquisadores do CESOP

Centro de Estudos de Opinião Pública

Universidade Estadual de Campinas
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal: 6110
Campinas - São Paulo
13081-970
Tel: (55-192)39-7093
Fax: (55-192)39-4309
Internet: CESOP@CCVAX.UNICAMP.BR
Bitnet: CESOP@BRUC.BITNET

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial. Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Agosto de 1995

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT

CNPq

FINEP

Publicação do CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

Agosto 1995

Vol. III nº 2

ISSN 0104-6276

SUMÁRIO

	Pág.
Voto econômico ou referendun político? Os determinantes das eleições presidenciais na América Latina - 1982-1994 Fabián Echegaray	61
Duas eleições presidenciais no México: 1988 e 1994 Cesar Cansino	75
<i>TENDÊNCIAS</i> Encarte de Dados de Opinião Pública, Ano III, nº 5	Centro
Pesquisas pré-eleitorais: legitimidade, influência e contribuições à cidadania Gustavo Venturi	85

Opinião Pública	Campinas	Vol. III	nº 2	P. 61-96	Agosto 1995	ISSN 01046276
-----------------	----------	----------	------	----------	-------------	---------------



CESOP
CENTRO
DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA

Voto econômico ou referendun político? Os determinantes das eleições presidenciais na América Latina - 1982-1994¹

Fabian Echegaray
Dept. of Political Science
University of Connecticut

Resumo

A influência dos fatores econômicos sobre os resultados eleitorais na América Latina tem sido uma das questões socialmente mais polêmicas e academicamente menos exploradas no debate geral sobre os determinantes do voto na região. Em grandes linhas, dois argumentos contrapostos têm prevalecido para entender os resultados de tais contendas: para um, a sorte do partido do governo está determinada por seu desempenho econômico, o que tem sido chamado de “voto econômico”; para outro, as eleições representam “referenda políticos” concentrados nos temas mais importantes para a cidadania e os sentimentos de pertencimento partidário, mas sobretudo, na liderança demonstrada pela situação no fim de sua administração, medida em termos da popularidade do presidente. Utilizando dados macroeconômicos e de opinião pública originais na análise quantitativa de ambas hipóteses para 30 eleições realizadas entre 1982 e 1994 em 15 países da região, verifica-se um maior respaldo para a hipótese do “referendun político”; na medida em que o impacto da popularidade presidencial sobre a distribuição de votos obtida pela situação supera os efeitos de diferentes variáveis macroeconômicas.

Abstract

Elections have become part of the regular political routines in Latin America; yet, the attention given by social scientists to issues of voting behavior has been wanting. This has become even more true for the specific discussion on the determinants of electoral outcomes. Two basic hypotheses have been advanced in relation to this: one, encompassed in the notion of “economic voting” assumes that the incumbents economic performance is the best predictor of how electorates will collectively allocate their ballots. In contrast, there is the hypothesis of the election as a “political referendum”; which sees the return of votes going to the incumbent as a function of the political leadership provided by the ruling party (as measured by the presidential approval rate), as well as a function of the differences in party attachments among the population and the salience of non economic issues. Using original economic and surveys research data for 30 presidential elections celebrated in 15 Latin American nations, a quantitative aggregate analysis reveals the effect of the approval rate of the president job as the major driving force underlying the electoral outcomes. Controlled by political variables, inflation, GDP growth rates, and unemployment levels show no significant impact, thus endorsing the “referendum” hypothesis.

¹ Agradeço a Alberto de Aragon, Nany Belden, Jorge Buendia, Márcia Cavallari, Polibio Cordova, Carlos Denton, Sergio Fernandez, Carlos Lemoine, Raul Jorrat e Luis Quiroga Arce pela sua generosa contribuição com os dados deste artigo. A ajuda de Frederick C. Turner na obtenção de muitos destes dados tem sido inestimável. A fonte dos dados restantes para este estudo foi o Banco de Dados de Estudos de Opinião Pública da América Latina do Roper Center for Public Opinion Research, da Universidade de Connecticut. Agradeço também a Gerardo Adroque por seus valiosos comentários.

Quinze anos depois da América Latina ter se incorporado à terceira onda mundial de democratização, e que dezenas de estudiosos começaram a pesquisar as dimensões e implicações do tema, a região ainda permanece inexplorada numa questão básica da rotina democrática: os determinantes do comportamento coletivo dos eleitorados, e em particular, as conexões entre as atuações econômicas dos governos e os resultados eleitorais. Qual a relação entre o crescimento econômico, a inflação e o desemprego com as possibilidades de reeleição das autoridades e partidos políticos no governo? Quais as dimensões de economia de maior importância para os eleitores? Como interagem as variáveis econômicas e políticas na decisão do voto? A economia influi de maneira diferente ao longo do tempo, isto é, à medida em que os comícios se tornam um componente mais familiar da paisagem política? Existe um único padrão de interação para todos os países latino-americanos?

Estes temas têm sido exaustivamente estudados na América do Norte e vários países europeus (EULAU & LEWIS-BECK, 1985; LEWIS-BECK, 1988; NORPOTH et al., 1991), em contraste amplo com o caso da América Latina (REMMER, 1991). As razões têm sido, em parte, históricas. Muitos países da região viveram longos períodos de ditadura militar entre os anos 60 e 80, tornando dominantes as interpretações teóricas sobre o autoritarismo político (O'DONNELL, 1973). Inclusive, com o fim dos governos de fato, a ênfase sobre os temas econômicos voltou-se para sua relação com as grandes questões da legitimidade e estabilidade da ordem política, com uma atenção apenas marginal à conexão entre as políticas econômicas e as dimensões mais rotineiras do governo democrático, como as eleições (NELSON, 1989). Em outros países tais como México e Cuba, o mesmo partido tem monopolizado a presidência década após década, desestimulando qualquer análise.

Juntamente com a escassez de eleições competitivas, o desprezo dos cientistas sociais pela relevância política das disputas eleitorais tem ajudado também a enviesar as agendas de pesquisa. A competição nas urnas resultava ser um fenômeno sem conseqüências, disfarçando eventos que poderiam ser melhor entendidos segundo um enfoque estruturalista da luta de classes. Mais raramente, o desprezo se originava na natureza pouco sincera das eleições que eram recriadas majoritariamente como “eleições de demonstração”, ou seja, rituais cuidadosamente montados de competição pelo poder e imposição do consentimento doméstico por parte de atores externos (HERMAN & BRODHEAD, 1984). No entanto, desde a transição democrática dos anos 80 e com o advento de um maior número de eleições competitivas ao longo da América Latina, o estudo dos fatores moldadores do voto, e especialmente o papel da economia enquanto tal, tornou-se crescentemente importante e factível.

Dada a ausência de análises empíricas para a região, estes tópicos têm permanecido no âmbito da especulação, ainda que contando com numerosos seguidores entre os jornalistas e estudiosos políticos, que freqüentemente têm dado por descontada a centralidade das considerações econômicas com respeito à decisão eleitoral. Assim ocorreu, por exemplo, com as eleições da Costa Rica em 1982 e 1986, da Venezuela em 1983, do Peru em 1985 e 1990, da Argentina em 1989 e do Brasil em 1994, que rapidamente foram consideradas como expressões de um “voto econômico” (SELIGSON & GOMEZ BARRANTES, 1989; CARRASQUERO, 1995; DIETZ, 1987; CATTERBERG & BRAUN, 1989; MENEGUELLO, 1995). Mais ambígua é a situação do México em 1988, onde a evidência empírica de acadêmicos e a perícia prática de profissionais da opinião pública apontam a conclusões encontradas (BROPHY-BAERMAN, 1994; BUENDIA, 1994; DOMINGUEZ & MCCANN, 1995).

Um último exemplo que constata a complexidade do cenário eleitoral no que diz respeito aos determinantes do voto dá-se no caso da aposta à reeleição do presidente Carlos Menem na Argentina em 1995. Para alguns observadores, o contínuo apoio conseguido pelo partido no governo nas eleições para deputados de 1991 e 1993, explicou-se principalmente por suas conquistas econômicas, as quais por sua vez somente poderiam antecipar a vitória do presidente em 1995². No entanto, apenas dois meses antes das eleições, o presidente Menem deliberadamente buscou deflacionar a economia acertando um duro golpe no bolso dos eleitores, com o corte de salários e aumento de impostos. Por acaso, esta brusca virada pré-eleitoral teve como conseqüência para o oficialismo a fuga de intenções de voto? A resposta é não³. Em princípio isto desafiaria os raciocínios mais básicos da maioria dos analistas, assim como serviria de advertência sobre a complexidade do vínculo economia-voto.

Felizmente, suficientes dados agregados e de pesquisas de opinião têm se tornado disponíveis para as décadas de 1980 e 1990, juntamente com um número respeitável de eleições competitivas não fundadoras, de forma a tornar possível ir além das observações atentas de jornalistas e analistas da realidade local, abrindo assim novos rumos através dos quais os cientistas sociais podem contribuir para uma melhor compreensão do processo democrático.

² Ver “Shadows of Grey”, *The Economist*, n° 333, Dezembro 10, 1994, p. 39. Também, Nathaniel Nash, “Argentina Rulling Party Wins, Fueling President's Reelection Bid”, *New York Times*, October 5, 1993, p. A3.

³ Ver pesquisas de opinião publicadas em *La Nacion*, 13/3/95; *El Cronista Comercial*. 5/4/95; e *La Nacion*, 9/4/95.

A intenção deste trabalho é contrastar duas hipóteses básicas que têm estado no centro da maioria das interpretações sobre as forças que influenciam os resultados eleitorais da região, e que certamente têm moldado o debate em outros países. Por um lado, existe a perspectiva do “voto econômico” segundo a qual, dada a dramática experiência das crises econômicas e mudanças radicais nas políticas e estilos de vida, sofridos pelos latino-americanos durante os anos 80 e 90, o desempenho econômico dos governos têm se convertido no eixo substantivo, através do qual as administrações são julgadas e os políticos do governo são premiados ou castigados. De acordo com esta posição, os resultados das eleições são um reflexo direto das habilidades administrativas dos partidos governistas, outorgando um papel periférico às forças não-econômicas⁴.

Em contraposição, existe a perspectiva de que, apesar da má ou boa atuação do governo, questões não-econômicas têm um papel crítico na determinação da direção do apoio eleitoral, como produtos de aflições políticas pelos partidos, laços psicológicos com seus líderes e candidatos, e das percepções retrospectivas e prospectivas a partir das quais as pessoas organizam suas decisões sobre a seleção de um novo governo. Além disso, a escassa influência da economia sobre o voto derivaria, também, da priorização de outros temas por parte da população, tais como a estabilização da democracia e/ou a garantia da paz e ordem social onde guerras civis, a delinqüência ou a corrupção emergem como os principais problemas. Da mesma forma não é estranho que um impacto menor da economia seja resultado do cinismo público sobre a generalizada impotência dos diferentes contendores para alterar a situação econômica no futuro próximo, ou mais raramente, de uma convergência de opiniões entre os candidatos sobre o rumo econômico a seguir, ganhe quem ganhar, acabando por converter a economia numa constante, neutralizando assim seu efeito eleitoral.

Através da exploração dessas hipóteses em nível agregado, pode-se obter um quadro mais completo e válido do comportamento dos eleitorados nacionais. Para isso, a análise agregada baseia-se em dados macroeconômicos e de opinião pública para trinta eleições presidenciais provenientes de quinze países latino-americanos⁵. Na seleção da unidade de análise seguem-se dois critérios: a) satisfazer o requisito de disputa eleitoral competitiva para o cargo de presidente

⁴ A superposição desta perspectiva com as teorias do voto racional de Downs e do voto retrospectivo na versão original de V. O. Key, entre outras, é óbvia e já tem sido amplamente discutida na literatura. Contudo, as mesmas têm se referido a contextos relativamente estáveis em termos macro-econômicos, pelo qual, ao transportá-las ao cenário de crises e mudanças dos anos 80 e 90 na América Latina, torna lícito supor que tenha um impacto ainda mais intenso.

⁵ As eleições para as quais existem dados disponíveis são: Argentina-1989; Brasil-1989, 1994; Chile-1993; Colômbia-1986, 1994; Costa Rica-1982, 1986, 1994; Equador-1984, 1988, 1992; El Salvador-1989, 1994; Guatemala-1985, 1990; Honduras-1985, 1989, 1993; México-1988, 1994; Nicarágua-1990; Panamá-1994; Peru-1985, 1990; Uruguai-1994; Venezuela-1983, 1988, 1993.

(isto é, que a eleição tenha a presença de mais de um partido ou candidato e que pelo menos um terço dos votos vão para a oposição); b) representar ao menos a segunda ocasião consecutiva de eleição presidencial após a inauguração do período democrático (ou seja, não ser uma “eleição fundadora”). Finalmente, cabe esclarecer que a comparação das situações econômica e de opinião pública antecedendo estas eleições apresenta dificuldades que não são poucas, particularmente pelos problemas de disponibilidade e comparabilidade dos dados⁶.

A análise dos dados agregados

A forma típica na qual a literatura tem tratado o vínculo economia-voto tem sido através da comparação dos efeitos dos dados macroeconômicos sobre a sorte do oficialismo nas urnas⁷. O pressuposto é que se a economia funciona bem, o partido do governo terá êxito, e se a economia funciona mal, a situação perderá muitos votos, inclusive a reeleição. Mas, qual é a dimensão da economia mais relevante para o sucesso eleitoral da situação? Depende mais da evidência sobre o crescimento econômico prévio à eleição, ou sobre o controle de preços? Ou, por acaso, as possibilidades de êxito da situação são prisioneiras dos níveis de desemprego? Para responder estas perguntas, a ênfase deve dirigir-se às medidas do crescimento do produto interno bruto (PIB) e ao crescimento do PIB per capita, taxas de inflação e níveis de desemprego⁸.

⁶ Alguns indicadores macroeconômicos variam em relação à área territorial de referência ou à sua frequência de medição, como é o caso do nível de desemprego. Aqui convencionamos assumir que não existem grandes desvios entre estas medidas e os parâmetros nacionais verdadeiros (ver The Economist Intelligence Unit, Economic Commission for Latin America and the Caribbean, a Inter-American Development Bank). Para os dados de opinião pública aqui apresentados os critérios de inclusão considerados, além da disponibilidade, são: a) a semelhança entre o enunciado da pergunta (ver Apêndice A); b) a proporção do eleitorado nacional coberta pela amostra, assim como também a semelhança com os padrões de comportamento eleitoral nacionais, de acordo com o conhecimento prévio, e c) a proximidade dos dados levantados com o dia da eleição (com um limite de distância temporal máximo de 6 meses antes da eleição). Os principais desvios com respeito a estas regras ocorreram para b) nos casos para Peru-1990 (dados somente para Lima) e Uruguai-1994 (dados somente para Montevideo).

⁷ A variável dependente é a porcentagem dos votos válidos obtidos pela situação (seja um único partido ou uma coalizão) na eleição presidencial seguinte. Em todos os casos onde ocorreu segundo turno, os dados se referem ao primeiro turno. Fontes para as eleições são: Nohlen, 1993 e Keesing's Record of World Events, 1992-1994.

⁸ Em todos os casos os dados se referem a taxas anuais médias no ano anterior ao da eleição, exceto aqueles países que realizaram eleições no último quadrimestre, caso o qual os dados foram desconsiderados. O único indicador medido a um nível inferior ao anual é o que apresenta a variação percentual média da taxa de Inflação por quadrimestre. Através do crescimento do PIB e PIB per capita buscamos medir o nível de atividade econômica do país. A inflação mede o aumento do custo de vida e o desemprego mede a proporção de pessoas que são economicamente ativas mas sem ocupação. No caso

Se bem que a consideração de diversas facetas da economia asseguraria uma análise mais completa de seu impacto sobre o voto, não é sempre evidente que os eleitorados responsabilizem o partido no governo pelos desequilíbrios ou acertos econômicos ocorridos ao final de seu mandato, o que é básico para que o estado da economia se converta num critério de julgamento importante para a eleição. Este vínculo, no entanto, está tacitamente implícito na maioria da literatura sobre a cultura econômica da região, a qual é qualificada como estatista, orientada para o protecionismo governamental, e cuja percepção das qualificações econômicas do presidente é a de uma figura virtualmente onipotente (WIARDA, 1992; CALVERT y CALVERT, 1989)⁹.

Em respaldo a esta perspectiva, os escassos dados de opinião pública sobre a atribuição de responsabilidade por variações nas situações econômicas nacionais revelam uma maioria de votantes apontando o dedo para o governo: 84% na Argentina, 79% no Uruguai, 56% no México, 85% no Brasil. Ainda mais, entre os entrevistados brasileiros quase dois terços afirmavam que só o candidato do governo teria possibilidades de continuar com o sucesso econômico (ver Apêndice B).

De acordo com a evidência mencionada, mesmo que limitada quanto ao tempo e número de casos, não parece equivocado assumir que qualquer que seja o estado da economia, a mesma estaria em condições de exercer sua influência sobre as eleições, uma vez que o governo é visto majoritariamente como responsável por tal estado. Se bem que isto facilita a validade da exploração de modelos econômicos do voto na América Latina, isso não implica em que a forma na qual vem ocorrendo esteja correta. De fato, a maioria dos modelos explicativos do voto econômico dentro e fora da região tem permanecido mal especificados, tanto por omissão de variáveis não-econômicas substantivas, como pelo uso de variáveis artificiais (dummy) que refletem de forma débil a complexidade do conceito que buscam medir¹⁰. Por esse motivo, a exploração da dinâmica subjacente aos resultados eleitorais deveria ilustrar sua relação com fatores econômicos e não

do índice anual de preços ao consumidor executamos uma transformação logarítmica para assegurar a normalidade da distribuição da variável. As fontes estão mencionadas na nota 6.

⁹ Para uma reavaliação empírica destes pressupostos culturais à luz das recentes experiências de desestatização da economia em países da região, ver EcheGARAY (1993) e Turner & Elordi (1995).

¹⁰ Através dessas variáveis busca-se medir a presença ou ausência de algum atributo qualitativo em particular, geralmente, o tipo de partido no governo (se é partido X então o valor da variável passa a ser 1; se é outro partido, então passa a ser valor igual a 0), a taxa de desgaste implicada no ato de governar, ou a situação majoritária ou minoritária do governo no Congresso. Dada a dificuldade na medição apropriada e a localização dos dados adequados para os fatores políticos que influenciam o voto, o uso de variáveis artificiais tem ajudado a especificar melhor os modelos, mesmo que correndo o risco de simplificar a natureza dos atributos que se pretende medir.

econômicos, oferecendo assim uma discussão realista e teoricamente bem especificada. Daqui, a inclusão de uma medida de aprovação do desempenho do presidente e outra sobre identificação partidária¹¹.

Na Tabela 1 estão apresentadas as correlações bivariadas entre os determinantes econômicos e políticos e os resultados eleitorais para 23 disputas presidenciais realizadas em 13 países entre 1992 e 1994¹². Mesmo que num nível bastante simples, os dados revelam um padrão de associação muito mais forte entre os efeitos políticos e a sorte da situação, que entre esta última e os indicadores de desempenho econômico. Inclusive quando estes últimos aparecem linearmente relacionados ao voto na direção esperada (ou seja, à maior inflação e menor crescimento do PIB, menor apoio ao partido no governo e vice-versa), a força e significância estatística desta relação é menor em comparação com o impacto exercido pelas variáveis não-econômicas¹³.

¹¹ Os enunciados para as respectivas perguntas estão no Apêndice A. No resto do texto, assume-se que a aprovação do trabalho do presidente mede a popularidade presidencial, a qual é por sua vez parcialmente indicativa da atribuição de liderança política.

¹² Devido a uma lacuna nos dados disponíveis para identificação partidária, ao incluir esta variável o número total de observações se reduz a 23 referentes a 13 países. Quando a medida da aprovação presidencial é incluída como a única variável política juntamente com os indicadores macroeconômicos, o número total de observações chega a 30, correspondentes aos 15 países mencionados previamente.

¹³ Dada a experiência macroeconômica de alguns países latino-americanos durante os anos 80, refletida em valores extremamente altos para algumas destas variáveis, devemos ser cautelosos ao comparar os efeitos econômicos e não-econômicos dentro da região, assim como com a evidência para países europeus e norte-americanos. Esse é o caso, por exemplo, da inflação que alcança uma média aritmética anual de 383% com um desvio-padrão de 1060,4. Conseqüentemente, todos os coeficientes baseados em correlações lineares mostrariam relações algo distorcidas dada a influência de casos extremos, assim como distorções produzidas pela enorme variação no denominador de ditos coeficientes e seu respectivo efeito atenuante nos estimadores. A média é o desvio-padrão para o voto na situação, a taxa de crescimento do PIB, a aprovação presidencial e a identificação partidária são, respectivamente, 37.79 e 15.89; 1.74 e 4.35; 32.37 e 18.90; e 1.17 e 14.75.

Tabela 1
Correlações entre variáveis econômicas e políticas e a porcentagem do voto para a situação, em 23 eleições presidenciais na América Latina 1982-1994
 (coeficientes de correlação de Pearson)

	Votos Oficiais	Log IM t-1	Q. IMQ t-1	PIB t-1	PIB per cap.	Desemprego	Popularidade	Partidarismo
Votos Oficiais	1,00							
Log IM t-1	-0,34+	1,00						
Q. IMQ t-1	-0,32	-0,29	1,00					
PIB t-1	0,43+	-0,46+	0,12	1,00				
PIB per cap.	-0,06	0,01	0,38+	-0,09	1,00			
Desemprego	-0,07	0,15	-0,33	-0,25	-0,35+	1,00		
Popularidade	0,71*	-0,27	-0,12	0,42+	-0,21	-0,19	1,00	
Partidarismo	0,52*	-0,09	-0,16	0,30	0,02	-0,28	0,59*	1,00

*= Estatisticamente significativo ao nível de 0,01, teste de uma cauda.

+ = Estatisticamente significativo ao nível de 0,05, teste de uma cauda.

N = 23

Códigos e conceitos:

Votos oficiais = porcentagem de votos válidos ganhos pelo partido (ou coalizão) no governo durante a eleição presidencial.

Log IM t-1 = média anual de inflação durante o ano prévio à eleição presidencial (transformado logaritmicamente).

Q. IMQ = média de variação percentual na inflação medida quadrimestralmente durante os quadrimestres prévios à eleição presidencial.

PIB t-1 = média anual da taxa de crescimento do produto interno bruto durante o ano prévio à eleição presidencial.

PIB per cap. = média anual da taxa de crescimento do produto interno bruto per capita durante o ano prévio à eleição presidencial.

Desemprego = porcentagem da população econômica ativa sem emprego no ano prévio à eleição presidencial.

Popularidade = porcentagem de eleitores que manifestaram sua aprovação ao trabalho do Presidente no governo (ver Apêndice A).

Partidarismo = diferença líquida na identificação partidária dos eleitores (ver Apêndice A).

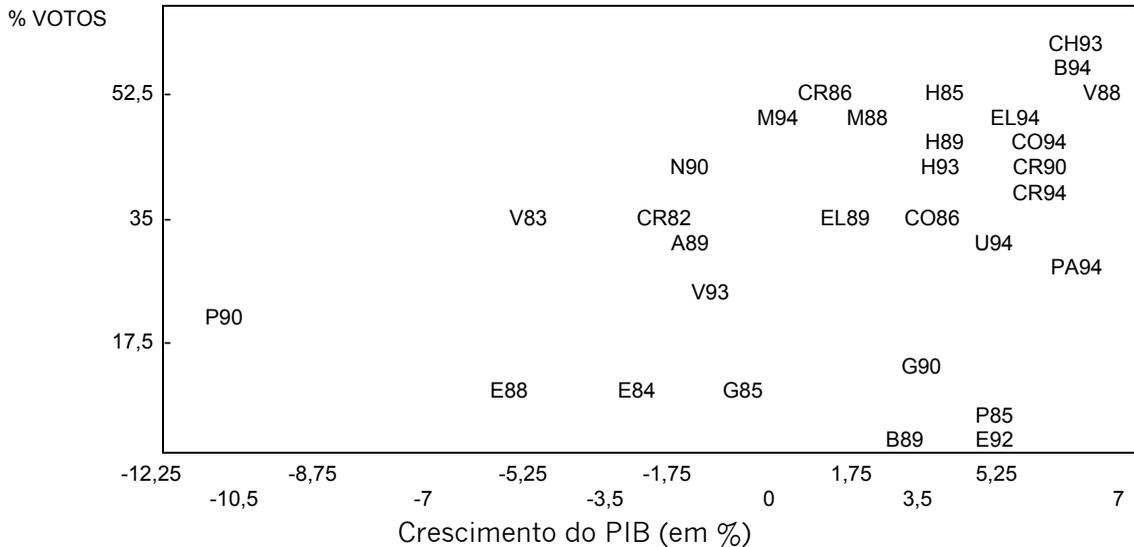
Fontes: ver nota 6 e Apêndice A.

É interessante notar que variáveis mais próximas do bolso dos eleitorais tais como o nível de desemprego, comportam-se de forma tão débil quanto aquelas outras de repercussão mais coletiva, tais como a taxa de crescimento do PIB per capita. Mesmo assim, entre as variáveis que são freqüentemente consideradas como cruciais por sua influência sobre os resultados eleitorais, tais como a inflação, os efeitos de curto prazo (medidos por quadrimestre) parecem ser menos importantes que os efeitos de mais longo prazo (medidos anualmente). Claramente, estes resultados desafiam a visão dos eleitorais latino-americanos como imediatistas e obcecados com o interesse pessoal em suas decisões de voto. Ainda mais, os dados enfatizam a relevância das variáveis políticas na compreensão da capacidade da situação em recrutar o apoio dos eleitores¹⁴.

As Figuras 1 e 2 ilustram estas relações para aquela variável econômica e política com maior efeito sobre o comportamento eleitoral: a taxa de crescimento do PIB e o apoio ao desempenho do presidente, respectivamente. A Figura 1 revela um padrão de distribuição bastante vago dos efeitos do PIB sobre os resultados eleitorais e cuja correlação se encontra inflada por casos extremos como o primeiro turno ocorrido no Peru em 1990. Igualmente interessante é o perfil de dispersão que ocorre entre países e que reflete a ausência de um padrão único de reações eleitorais frente ao nível de atividade econômica em escala continental. Por exemplo, percebe-se um comportamento específico para as eleições celebradas na região andina (Equador e Peru), caracterizados pelo multipartidarismo e pela volatilidade eleitoral, além das condições sociais e étnicas especiais. Por outro lado, é notável a consistência desta relação para países como Honduras, Costa Rica e México, em contraste com a versatilidade vigente para Venezuela ou Brasil.

¹⁴ Neste sentido, este estudo converge com o de Remmer (1991) ao apresentar efeitos menores para as variáveis econômicas tais como o PIB e a inflação com respeito ao impacto das variáveis políticas sobre a proporção de votos ganhos pelo governo, apesar das diferentes medidas e dos casos diferentes ali utilizados.

Figura 1
Relação entre crescimento do PIB e porcentagem de votos dados à situação, em 30 países da América Latina, 1982-1994



N = 30

R2 = 0,12 (% variância explicada dos votos para a situação)

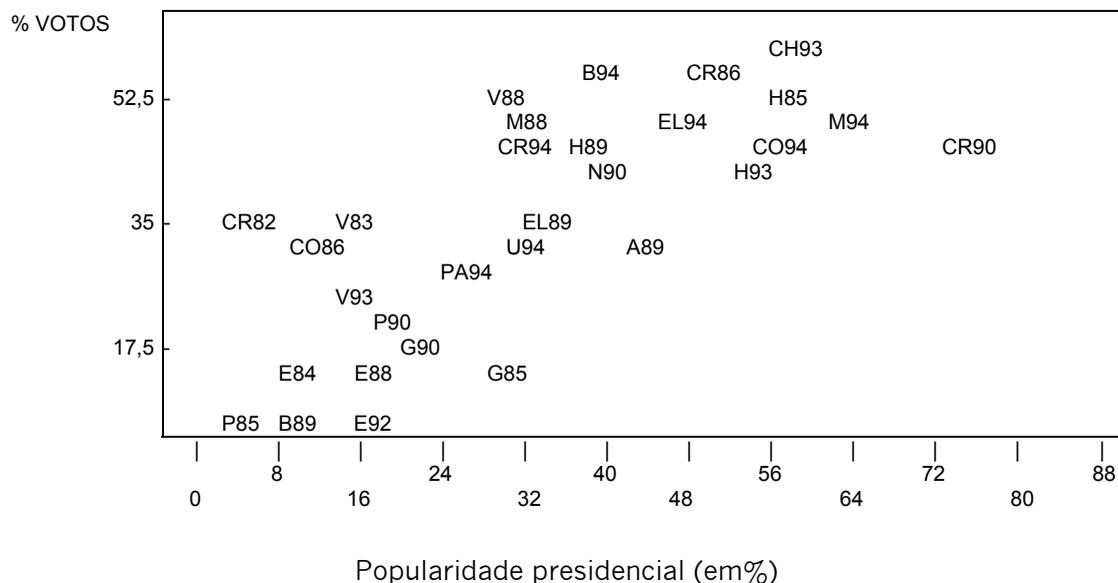
Códigos para países e eleições:

A89=Argentina, 1989; B89=Brasil, 1989; B94=Brasil, 1994; CH93=Chile, 1993; C086=Colômbia, 1986; C094=Colômbia, 1994; CR82=Costa Rica, 1982; CR86=Costa Rica, 1986; CR90=Costa Rica, 1990; CR94=Costa Rica, 1994; E84=Ecuador, 1984; E88=Ecuador, 1988; E92=Ecuador, 1992; EL89=El Salvador, 1989; EL94=El Salvador, 1994; G85=Guatemala, 1985; G90=Guatemala, 1990; H85=Honduras, 1985; H89=Honduras, 1989; H93=Honduras, 1993; M88=México, 1988; M94=México, 1994; N90=Nicarágua, 1990; P85=Peru, 1985; P90=Peru, 1990; PA94=Panamá, 1994; U94=Uruguai, 1994; V83=Venezuela, 1983; V88=Venezuela, 1988; V93=Venezuela, 1993.

Quanto à Figura 2, esta apresenta um melhor ajuste entre a popularidade presidencial e a sorte eleitoral da situação. Aqui, a evidência de casos extremos é menos visível, tornando mais robusta a conexão entre ambas as variáveis. Através da simples comparação das relações individuais de crescimento econômico e popularidade presidencial com o apoio ao partido no governo, tal como está sintetizada pela medida de ajuste (“goodness of fit”), fica claro que a variável política tem um poder explicativo maior que a variável econômica. Em suma, é a avaliação do desempenho do presidente mais que qualquer experiência econômica específica o que emerge como o melhor preditor de quão bem o candidato da situação se sairá na eleição¹⁵.

¹⁵ Isto dificilmente poderá constituir uma conclusão tautológica dado que só um dos 30 casos examinados apresentou um presidente em busca de reeleição (Nicarágua, 1990) e um quinto dos casos

FIGURA 2
Relação entre popularidade presidencial e porcentagem de votos dados à situação, em 30 países da América Latina, 1982-1994



N = 30

R² = 0,55 (% variância explicada dos votos para a situação)

Códigos para países e eleições:

A89=Argentina, 1989; B89=Brasil, 1989; B94=Brasil, 1994; CH93=Chile, 1993; CO86=Colômbia, 1986; CO94=Colômbia, 1994; CR82=Costa Rica, 1982; CR86=Costa Rica, 1986; CR90=Costa Rica, 1990; CR94=Costa Rica, 1994; E84=Ecuador, 1984; E88=Ecuador, 1988; E92=Ecuador, 1992; EL89=El Salvador, 1989; EL94=El Salvador, 1994; G85=Guatemala, 1985; G90=Guatemala, 1990; H85=Honduras, 1985; H89=Honduras, 1989; H93=Honduras, 1993; M88=México, 1988; M94= México, 1994; N90=Nicarágua, 1990; P85=Peru, 1985; P90=Peru, 1990; PA94=Panamá, 1994; U94=Uruguai, 1994; V83=Venezuela, 1983; V88=Venezuela, 1988; V93=Venezuela, 1993.

era de coalizões de governo (Brasil, 1989 e 1994; Chile, 1993; Equador, 1984; Guatemala, 1985 e Panamá, 1994). Contudo, a título de esclarecimento, deve-se ter em conta que o voto na situação e a popularidade são medidas sob a mesma escala teórica de 0 a 100, em contraste com o PIB, inflação e identificação partidária - cujas escalas teóricas podem variar de -100 a +100 para a primeira e a última, e de 0 ao infinito hiperinflacionário para a segunda (aqui, a eleição nicaragüense de Fevereiro de 1990 apresenta o valor máximo para a inflação anual que é igual a 4770.1). As restrições impostas de antemão por tais diferenças no efeito das respectivas variâncias sobre a determinação dos coeficientes não são desprezíveis.

A estabilidade destes efeitos se mantém ao ajustar o impacto da popularidade presidencial pela influência conjunta da inflação, o crescimento do PIB e a identificação partidária, tal como mostra a equação 1¹⁶.

EQUAÇÃO 1

% de votos na situação ¹⁷ =	28,5 (3,72)*	+ 0,37 (Popularidade Presidencial) + (2,56)* + 0,14 (Identificação Partidária) – (0,88) - 1,98 (Log Inflação Anual Média t-1) + (-0,76) + 0,27 (Crescimento PIB t-1) (0,47)
N casos = 23		
R2 ajustado = 0,45		
Erro padrão = 9,93		
F = 5,51		
DW = 2,54		

De acordo com esta equação, a popularidade presidencial sobressai como o único efeito significativo para determinar a quantidade de votos que o candidato oficial recebe, uma vez que se levados em conta os impactos da economia e o partidarismo: para cada dois e meio pontos percentuais a mais que recebe o presidente na avaliação de seu desempenho, o partido situacionista pode esperar obter, em média, um por cento mais de votos válidos. Entre outras coisas, a equação indica que, controlado pelos efeitos da popularidade presidencial e a identificação partidária, o impacto das variáveis econômicas sobre a variação do voto nulo resulta diferente do impacto que o puro acaso estatístico poderia ter. Da mesma forma, ao observar o valor da constante, a equação confirma o benefício implícito de ser governo, o que assegura por si só 28,5 % de votos. De acordo com estes dados, é possível prever que, diante de um quadro eleitoral de estagnação econômica (crescimento zero do PIB), uma inflação anual de apenas 1%, e um empate em porcentagem de identificados com a situação e a principal força de oposição, uma popularidade presidencial de 40% anteciparia, em média, 43,3% de votos para a situação¹⁸.

¹⁶ Dada a intenção teórica de mostrar o impacto relativo dos componentes econômicos e políticos sobre o voto na situação, e não a de perseguir o melhor modelo de predição, decidimos apresentar todos os efeitos na equação, mesmo quando não estatisticamente significativos.

¹⁷ Os estimadores são coeficientes de regressão múltipla não estandardizados. Os valores T estão entre parênteses. Os coeficientes com asteriscos são significativos ao nível .05. O teste Durbin-Watson (DW) excede o valor crítico superior, o que leva a descartar a possibilidade de correlação serial com uma confiança de 95%.

¹⁸ Na busca do resultado mais parcimonioso e eficiente para explicar o êxito (ou fracasso) eleitoral do partido no governo, a melhor solução havia incluído exclusivamente a variável de popularidade presidencial com um coeficiente beta=0,62 (valor T=5,82), ou seja, que para cada dez pontos extra de popularidade a situação poderia esperar em média 6% a mais de votos válidos. Esta estimativa se daria

Da mesma forma, apesar da suspeita sobre uma alta correlação entre a avaliação do presidente e as condições da economia (o que implicaria que a popularidade presidencial não faria mais do que mediar o efeito da economia sobre a distribuição de votos), a evidência empírica é conclusiva ao descartar a mesma. Ao analisar os efeitos que a situação econômica de cada país teve sobre a forma na qual os eleitores julgaram o desempenho presidencial, descobre-se uma incidência relativamente baixa¹⁹, o que reforça a interpretação da popularidade presidencial em termos essencialmente políticos e psicológicos. Em síntese, os eleitores potenciais avaliam o presidente com vários critérios em mente, não apenas aqueles de natureza econômica.

Por último, um exame das diferenças latentes nas formas em que níveis (mais e menos) avançados de institucionalização política pudessem ter socializado os eleitorados em suas opções eleitorais demonstra a solidez destas descobertas. Aqui, o pressuposto é que quanto mais próximo o turno eleitoral da experiência pré-democrática, menores as possibilidades de que agentes políticos tenham papel no cálculo da coletividade dos eleitores e que, por fim, maior seja o impacto dos fatores econômicos. Em contrapartida, quanto mais rotineiras as competições eleitorais (medidas em número de eleições presidenciais ocorridas desde 1982), maior a probabilidade de que fatores políticos entrem em jogo, mais além das contingências econômicas que rodeiam a situação. Dividida a amostra entre aquelas eleições que correspondem à primeira disputa pela presidência, após a experiência da “eleição fundadora”, e aquelas que correspondem às segundas, terceiras e mais frequentes disputas²⁰, não se encontram diferenças significativas com relação ao impacto das variáveis econômicas e políticas²¹. Por conseguinte, a

para um total de 30 observações, com um valor para o coeficiente de determinação (R-quadrado) de 0,55 (indicando que a popularidade presidencial explica 55% da variação na proporção de votos válidos ganhos pelo oficialismo) e um erro-padrão total de 10,88 (o qual representaria uma importante redução de 5 pontos no erro médio de predição dos votos a ganhar ou a perder). O valor de F para esta equação equivaleria a 29,6, o qual a torna altamente significativa, apesar do escasso número de observações, e com um valor para o teste Durbin-Watson de 1,87, que mostra não auto-correlação a um nível de 0,05 de significância.

¹⁹ Ao processar uma análise de regressão com popularidade presidencial como variável dependente e crescimento do PIB e inflação como independentes, estas apenas explicaram 14% da variância da primeira, resultado obtido com uma margem de erro superior a 10%. A hipótese da “mediação” dos efeitos ganha um pouco mais de plausibilidade se só utilizamos a variável PIB como independente, que passa a explicar cerca de 13% da variância da popularidade presidencial, dentro de uma margem de erro inferior a 1%. Este resultado coincide com as análises de séries temporais para funções de popularidade feitas para o Uruguai (ver RIUS, 1992), onde também encontrou-se um efeito débil das variáveis econômicas sobre as mesmas, ao serem controladas por diferentes variáveis de ordem política.

²⁰ Aqui seguimos Przeworsky (1986, 1992) ao classificar democracias “consolidadas” e “por consolidar” pelo número de eleições presidenciais realizadas.

²¹ A prova de Chow rendeu um valor inferior (0,62) ao valor crítico correspondente (3,20), garantindo a não rejeição da hipótese nula que postula a igualdade de parâmetros para as sub-amostras.

experiência eleitoral da América Latina desde os anos 80 não oferece sustentação às preocupações tradicionais sobre a não usual dependência do êxito econômico nas democracias “ainda por consolidar” em comparação com aquelas democracias já “consolidadas”²².

Conclusões

Considerando a maioria dos resultados eleitorais verificados na América Latina entre 1982 e 1994, a popularidade presidencial exerceu um impacto maior e estatisticamente significativo em comparação com as variáveis econômicas aqui examinadas. Em outras palavras, as eleições presidenciais latino-americanas têm sido mais fiéis a uma interpretação do tipo “referendun político” do que de “voto econômico”. Poderia-se especular que indicadores macroeconômicos são muito vagos e distantes do cotidiano dos eleitorados para sobressair como força modeladora do voto; nesse sentido, estes resultados convergiriam parcialmente com as críticas à superestimativa eleitoral dos indicadores macroeconômicos (NAIM, 1993). Contudo, à medida em que tais indicadores traduzem as condições materiais nas quais esses eleitorados vivem, é possível que seu principal efeito se viabilize graças à conjunção de sua natureza abstrata com a incerteza econômica diária que os mesmos podem gerar, permitindo assim que a popularidade da liderança presidencial sobressaia como a variável eleitoralmente mais determinante. Nesse sentido, mesmo que 29 dos 30 casos examinados não apresentem um presidente buscando reeleição, o efeito mais importante em jogo parece ser o proveniente da projeção de seu “carisma” sobre o candidato de seu mesmo partido mais do que qualquer outro ponto extra de crescimento do PIB ou de baixa da inflação²³. Isto deveria servir como advertência contra a tendência entre analistas latino-americanos de despolitizar o estudo de um fenômeno essencialmente político como é o processo eleitoral.

Se bem que estas conclusões podem ser agradáveis ao paladar dos politólogos (incluído o autor), acostumados (se não resignados) a ver estes debates como postura exclusiva dos economistas, é necessário ter cautela com respeito à intensidade com que as mesmas podem se apresentar como definitivas. Tal como já

²² Cabe destacar mais uma vez, a convergência destas descobertas com as de Remmer (1991), apesar de que ela usa anos de governo democrático como medida aproximada para níveis de institucionalização/consolidação democrática.

²³ De acordo com isto, a experiência latino-americana sugeriria pensar em umbrais de inflação e recessão econômica a partir dos quais um ponto a mais ou a menos nos preços ou na queda do PIB passa a ser percebido com indiferença pela coletividade, tornando-se eleitoralmente inconseqüente. Cabe ainda, que tais umbrais seriam diferentes para países acostumados a diferentes taxas de inflação e crescimento.

foi advertido, a presença de casos extremos leva a distorções nas relações bi-variadas, enquanto que a maior variação (sobre escalas teóricas também variáveis) dos indicadores macro-econômicos ajuda a produzir estimadores ineficientes. Isto não implica em que as conclusões sejam uma função de artifícios metodológicos; de fato, as duas variáveis que finalmente apresentaram a correlação mais forte com o voto para a situação (PIB e popularidade) estão medidas na mesma escala teórica. Por outro lado, se eliminados todos os casos que ao nível multivariado se apresentavam como extremos, o resultado teria sido uma mostra muito menor e correspondente a sub-regiões específicas com um perfil institucional menos generalizável²⁴. Além disso, se o padrão de distribuição das relações economia-voto demonstra algo (ao menos para o caso da variável PIB) é a inexistência de um único modelo explicativo para toda a região.

As implicações dos resultados desta análise são diversas, algumas já mencionadas acima. De suma importância é a descoberta de que as eleições não demoram anos para discriminar radicalmente o poder socializador dos agentes políticos. Na medida em que, como regra geral, as primeiras eleições pós-transição permitem a influência de fatores não econômicos com a mesma intensidade com que permitem aquelas eleições realizadas uma década ou mais depois do advento democrático, pode-se dizer que os cimentos da nova ordem democrática na região são menos materialmente dependentes do que se pensou. Se isto não é o resultado do efeito “lua de mel” com a democracia que torna as primeiras eleições pouco imunes às dificuldades econômicas, ou da existência de uma “reserva de legitimidade” extra-econômica, não há como sabê-lo a partir dos dados com que se conta.

Outra implicação adicional desta análise se projeta no debate entre aqueles que vêem os resultados eleitorais como uma função do fatalismo econômico (ou seja, pré-determinada principalmente pela situação macroeconômica) versus aqueles que ainda crêem que as campanhas políticas têm um papel substantivo nas possibilidades de êxito eleitoral para candidatos situacionistas e opositoristas. Ao menos para os casos aqui estudados, a evidência acaba favorecendo aos últimos, subestimando as visões deterministas que vêem no marketing político e no contato eleitoral iniciativas sem conseqüências nas urnas (ver MARTZ, 1990; WAISBORD, 1994; CANZANI, 1995). Como tantas outras áreas que a partir da democratização do continente, começam a abrir-se para a exploração sistemática dos cientistas sociais, o estudo dos determinantes do modelo do voto na América Latina está em

²⁴ Se tivesse procedido assim, a amostra teria se limitado à maioria das eleições na América Central e na área chamada Grande Colômbia, onde as taxas de inflação e da variação do PIB têm sido mais moderadas. Neste caso, o maior número de eleições para Costa Rica (4), Colômbia (2), Equador (3) e Venezuela (3), em sua maioria casos excepcionais de estabilidade política e engenharia institucional teria tornado as descobertas empíricas muito mais circunstanciais.

suas etapas iniciais. A vantagem com que conta é o interesse multidisciplinar e prático que o mesmo pode gerar, tal como vem ocorrendo na América do Norte e Europa Ocidental, e que só pode ajudar para uma melhor compreensão do assunto. Para tal fim, uma idéia básica é a de trabalhar com os mesmos indicadores a fim de construir e consolidar nosso conhecimento na área - “pequeno detalhe” que por décadas tem resultado na apresentação de conclusões contraditórias para as democracias avançadas, e que aqui temos conseguido seguir apenas parcialmente. Uma última menção à agenda por cumprir deve referir-se à necessidade de realizar estudos com dados agregados e individuais ao mesmo tempo, que permitam verificar o alcance das inferências tão tentadoras de se fazer quando se trabalha apenas de uma destas perspectivas apenas. Para isso, é necessária a colaboração mais estreita entre acadêmicos e profissionais de opinião pública, a qual só pode contribuir para uma melhor análise dos dados e suas implicações para o desenvolvimento da política e das rotinas democráticas em nossos países.

Apêndice A: enunciado das perguntas e fontes dos dados

Para a análise agregada utilizamos informação de duas variáveis coletadas através do uso de pesquisas: a) o apoio ao trabalho do presidente (medido como a proporção de entrevistados que deram uma qualificação positiva), e b) identificação partidária (medida como a diferença entre a proporção daqueles identificados com o partido no governo menos a proporção daqueles identificados com o principal partido da oposição). Tal medição refere-se às respostas voluntárias, sem considerar séries de perguntas forçando aos independentes a alinhar-se com algumas das principais forças. Identificações com partidos membros de coalizões estáveis foram contadas como um único partido. Por principal partido de oposição nos referimos tanto àquele de maior presença eleitoral depois da situação, àquele que acabou substituindo o partido no governo; ou àquele que disputou o segundo turno eleitoral; a distinção depende da experiência de cada país.

Cabe advertir que, tal como Schuman e Presser (1981) comprovaram anos atrás, mesmo com triviais diferenças nos enunciados e na localização das perguntas no questionário, está longe a garantia da plena confiabilidade das respostas e minimização dos erros de medição.

I País e S Eleição*	Enunciado	Fonte	Data do Campo	Tamanho da Amostra	Universo
1 Arg. 1989	a	Catterberg (1990)	5/89	2000	Áreas urbanas
2 Arg. 1989	a	Catterberg-Braun (1989)	3/89	2000	Áreas urbanas
1 Bra. 1989	a	IBOPE	9/89	2680	Nacional
2 Bra. 1989	c	CEDEC/Datafolha	9/89	5350	Nacional
1 Bra. 1994	a	Datafolha	9/94	16413	Nacional
2 Bra. 1994	c	Datafolha	9/94	16413	Nacional
1 Chi. 1993	b	CEP-Adimark	3/93	1800	Nacional
2 Chi. 1993	a	CEP-Adimark	3/93	1800	Nacional
1 Col. 1986	a	Bendixen-Law	5/86	1502	Nacional
2 Col. 1986		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 Col. 1990		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2 Col. 1990	a	CNC	12/89	600	Áreas urbanas
1 C.R. 1982	a	CID/Gallup	11/81	1015	Nacional
2 C.R. 1982	b	CID/Gallup	11/81	1015	Nacional
1 C.R. 1986	a	CID/Gallup	11/85	1225	Nacional
2 C.R. 1986	b	CID/Gallup	11/85	1225	Nacional
1 C.R. 1990	a	CID/Gallup	11/89	1300	Nacional
2 C.R. 1990	b	CID/Gallup	11/89	1300	Nacional
1 C.R. 1994	a	CID/Gallup	11/93	580	Nacional
2 C.R. 1994	b	CID/Gallup	11/93	580	Nacional
1 Ecu. 1984	d	CEDATOS (1992)	n.d.	n.d.	Áreas urbanas
2 Ecu. 1984		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 Ecu. 1988	d	CEDATOS (1992)	n.d.	n.d.	Áreas urbanas
2 Ecu. 1988		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 Ecu. 1992	d	CEDATOS	11/91	2860	Áreas urbanas
2 Ecu. 1992		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 EIS. 1989	a	CID/Gallup	10/88	1350	Áreas urbanas
2 EIS. 1989	b	CID/Gallup	10/88	1350	Áreas urbanas
1 EIS. 1994	a	CID/Gallup	2/94	1568	Nacional
2 EIS. 1994	b	CID/Gallup	2/94	1568	Nacional
1 Gua. 1985	a	Belden&Russonello	10/85	638	Nacional
2 Gua. 1985		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 Gua. 1990	a	CID/Gallup	8/90	1455	Nacional
2 Gua. 1990	b	CID/Gallup	8/90	1455	Nacional
1 Hon. 1985	a	Belden&Russonello	11/85	1139	Nacional
2 Hon. 1985	b	CID/Gallup	10/86	n.d.	Nacional
1 Hon. 1989	a	CID/Gallup	8/89	1300	Nacional
2 Hon. 1989	b	CID/Gallup	8/89	1300	Nacional
1 Hon. 1993	a	CID/Gallup	11/93	1480	Nacional
2 Hon. 1993	b	CID/Gallup	11/93	1480	Nacional
1 Mex. 1988	e	IMOP/Gallup	5/88	2960	Nacional
2.Mex. 1988	b	IMOP/Gallup	5/88	2960	Nacional
1 Mex. 1994	e	Assessoria Técnica	9/94	4966	Nacional
2 Mex. 1994	d	Assessoria Técnica	9/94	4966	Nacional
1 Nic. 1990	a	CID/Gallup	10/94	1228	Nacional

2 Nic. 1990	b	CID/Gallup	10/94	1228	Nacional
1 Pan. 1994	a	CID/Gallup	4/94	1200	Nacional
2 Pan. 1994	b	CID/Gallup	4/94	1200	Nacional
1 Peru 1985	a	Bendixen-Law	3/85	4755	Nacional
2 Peru 1985		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 Peru 1990	a	APOYO	3/90	597	Lima
2 Peru 1990	a	APOYO	11/89	589	Lima
1 Uru. 1994	b	Marketing Investigadores	9/94	187	Montevideo
2 Uru. 1994		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1 Ven. 1983	a	BATOBA Survey	11/83	1789	Nacional
2 Ven. 1983	a	BATOBA Survey	11/83	1789	Nacional
1 Ven. 1988	a	DATOS C.A.	10/88	2000	Nacional
2 Ven. 1988	a	DATOS C.A.	10/88	2000	Nacional
1 Ven. 1993	d	DOXA-Carrasquero	3/93	1959	Nacional
2 Ven. 1993	b	DOXA-Welsch/Baez	5/93	2000	Nacional

IS = Código da variável:

1: Popularidade presidencial; 2: Identificação partidária

n.a. = não aplica (não há referência ao caso na análise)

n.d. = não há dados disponíveis

Códigos dos enunciados para as variáveis Popularidade Presidencial (JOB) e identificação partidária (PID):

Código	Enunciado
(a)	JOB
	1. "Em sua opinião, o Presidente ... está fazendo um trabalho excelente, bom, regular, ruim ou muito ruim?"
	2. "Em geral, você acredita que o Presidente... tem realizado um trabalho bom, regular ou ruim?"
	3. "Como qualificaria o trabalho de... como Presidente? Muito bom, bom, nem bom nem ruim, muito ruim?"
	4. "Como avaliaria o desempenho do Presidente... bom, regular, ou ruim?"
	5. "Como qualificaria o governo de... muito bom, bom, regular, ruim, muito ruim?"
	PID
	1. "Com qual partido político você mais simpatiza?"
	2. "Você simpatiza com algum partido político? Com qual?"
(b)	JOB
	1. "Independentemente de sua orientação política, você aprova ou desaprova a maneira em que... está dirigindo o governo?"
	2. "Em geral, você aprova ou desaprova o Presidente...?"
	3. "Qual é sua opinião sobre o Presidente...?: Aprova muito, aprova um pouco, nem aprova nem desaprova, desaprova um pouco, desaprova muito?"
	PID
	1. "Que partido político prefere?"
	2. "Você é a favor de algum partido político? Qual?"

- (c) JOB 1. “Você tem uma imagem positiva ou negativa do Presidente...?”
PID 1. “Que partido político você gosta mais?”
- (d) JOB 1. “Você está satisfeito, pouco satisfeito, ou insatisfeito com o governo do Presidente...?”
2. “Pensando na gestão de... como Presidente, você diria que está contente ou descontente com a mesma?”
PID 1. “Você se considera... ou sem filiação política?”
2. “Falando em termos gerais, você se consideraria como...?”
- (e) JOB 1. “Usando uma escala de 1 a 10, como qualificaria a gestão de... como Presidente? (O valor tomado como positivo equivale à soma das categorias 8, 9 e 10, mais a metade da categoria 7)”
2. “Tendo em conta todas as coisas, usando uma escala de 1 a 10, como você qualificaria o desempenho de... como Presidente? (O valor tomado como positivo equivale à soma das categorias 8, 9 e 10, mais a metade da categoria 7)”

Apêndice B: enunciado e fonte dos dados sobre responsabilidade econômica do governo

Todos os estudos provêm de desenhos amostrais probabilísticos com ajustes por cotas baseados em diferentes populações. Na Argentina, o estudo foi elaborado a partir da população adulta residente nas áreas da Cidade de Buenos Aires e Grande Buenos Aires (n=258) e conduzido pelo CEDOP-UBA durante o mês de novembro de 1994 (perto de 6 meses antes das eleições). O enunciado da pergunta foi: “Em relação à sua resposta anterior (sobre situação econômica do país, em retrospectiva), você diria que a política econômica do governo teve muito a ver, algo a ver, pouco a ver ou nada a ver?”.

No México, o estudo foi realizado durante setembro de 1994 (duas semanas depois da eleição) numa amostra nacional, pela Assessoria Técnica da Presidência (n=4.966). O enunciado da pergunta foi: “Você disse que a situação econômica do país está..... que o ano passado; quem você diria que é o maior responsável por essa situação: o povo mexicano, a política econômica do governo, ambos, outros?”.

No Uruguai o trabalho de campo se realizou em setembro de 1994 (menos de dez semanas antes da eleição) numa amostra de habitantes de Montevideo (n=187), pela Marketing Investigadores. O enunciado da pergunta foi: “Quando você disse que a situação econômica do país....., quão importante você acredita que a política econômica do governo tem sido: muito importante, algo importante, pouco importante ou nada importante?”.

No Brasil os dados provêm de dois estudos diferentes realizados pelo IBOPE nas principais áreas urbanas do país em setembro de 1994 (durante as duas últimas semanas prévias à eleição). O enunciado da primeira pergunta foi: “Em sua opinião, qual destas pessoas é o principal responsável pela elaboração do plano econômico: o presidente Itamar Franco, o ex-ministro (da Fazenda) Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro (da Fazenda) Rubens Ricupero, outros, não sabe?” (n=3.000); e a segunda pergunta: “Na sua opinião, qual destes candidatos, caso seja eleito, estará em melhores condições de continuar o plano Real de combate a inflação: Fernando Henrique (Cardoso)?” (n=2.000). Para a segunda pergunta outros sete nomes de candidatos também foram apresentados aos entrevistados juntamente ao de Cardoso. A Opção “nenhum deles tem condições de continuar o plano e/ou todos têm condições iguais” somou 5% das respostas. Os “não sabe” e “não responde” somam 13%.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROPHY-BAERMANN, M. Economics and elections: the mexican case. *Social Science Quarterly*, v. 75, n. 1, p. 125-135, march 1994.

BUENDIA, J. Economic reform, public opinion and presidential approval in Mexico: the Salinas years (1988-1993). M.A. dissertation. University of Chicago, Chicago, 1994.

CALVERT, S.; CALVERT, P. *Argentina: political culture and instability*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1989.

CANZANI, A. *Minorities democracy: the uruguayan election of 1994*. Exposição na Conferência Regional da WAPOR. Margarita Is. 10-12 janeiro 1995.

CARRASQUERO, J. Legitimacy and popular support for the democratic political in Venezuela. Ph.D dissertation. University of Connecticut, Storrs, 1995.

CATTERBERG, E. *Argentina confronts politics. Political culture and public opinion in the argentine transition to democracy*. Boulder: Lynne Rienner, 1991.

CATTERBERG, E.; BRAUN, M. Las elecciones presidenciales Argentinas del 14 de mayo de 1989: la ruta a la normalidade. *Dearrollo Económico*, v. 29, n. 115, p. 361-374, octubre-diciembre 1989.

CEDATOS. *Sem Titulo*. Edição única. Quito, agosto 1992.

DIETZ, H. Electoral politics in Peru, 1978-1986. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. v. 28, n. 4, p. 139-163, fall 1987.

DOMINGUEZ, J.; McCANN, J. Shaping Mexico's electoral arena: the construction of partisan cleavages in the 1988 and 1991 national elections. *American Political Science Review*. v. 89, n. 1, p. 34-48, march 1995.

ECHEGARAY, F. Understanding support for free-market policies in Argentina. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 5, n. 4, p. 369-375, 1993.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. *Preliminary overview of the economy of Latin America and the caribbean*. Santiago: United Nations, 1994.

EULAU, H.; LEWIS-BECK, M. (ed.). *Economic conditions and electoral outcomes. The United States and Western Europe*. New York: Agathon, 1985.

HERMAN, E.; BRODHEAD, F. *Demonstration elections: U.S.-staged elections in the Dominican Republic, Vietnam, and El Salvador*. Boston: South End Press, 1984.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. *Economic and social progress in Latin America*. Washington, DC: IADB. 1982-1994.

_____. *Keesing's record of world events*. London: Longman, 1992-1994.

LEWIS-BECK, M. *Economics and elections: the major western democracies*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.

MARTZ, J. Electoral campaigning and Latin American democratization. The grand-colombian experience. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. v. 32, n. 1, p. 17-43, spring 1990.

MENEGUELLO, R. Electoral behavior in Brazil: the 1994 presidential elections. *International Social Science Journal*, n. 146, december 1995. no prelo.

NAIM, M. The launching of radical policy changes, 1989-1991. In: TULCHIN, J. (ed.). *Venezuela in the wake of radical reform*. Boulder: Lynne Rienner, 1993.

NELSON, J. (ed.). *Fragile coalitions: the politics of economic adjustment*. New Brunswick: Transaction, 1989.

NOHLEN, D. (ed.). *Enciclopedia electoral latinoamericana y del Caribe*. San Jose: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1993.

NORPOTH, H. et al. (ed.). *Economics and politics. The calculus of support*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.

O'DONNELL, G. *Modernizacion y autoritarismo*. Buenos Aires: Paidos, 1973.

PRZEWORSKY, A. Some problems in the study of the transition to democracy. In: O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (ed.). *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1986.

REMMER, K. The political impact of economic crisis in Latin America in the 1980s. *American Political Science Review*, v. 85, n. 3, p. 777-800, 1991.

RIUS, A. El gobierno, la economia, y el hombre de la calle. *Suma*, v. 13, n. 7, Octubre, p. 17-35, 1992.

SCHUMAN, H.; PRESSER, S. *Questions and answers in attitude surveys: experiments on question wording, form and context*. New York: Academic Press, 1981.

SELIGSON, M.; BERRANTES, M. G. Ordinary elections in extraordinary times: the political economic of voting in Costa Rica. In: BOOTH, J.; SELIGSON, M. (ed.). *Elections and democracy in Central America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, p. 158-184, 1989.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Country report* (several countries). London: The Economist, 1987-1995.

TURNER, F. C.; ELORDI, C. Economic values and the role of government in Latin America. *International Social Science Journal*, n. 145, september 1995. no prelo.

WAISBORD, S. Television and election campaigns in contemporary Argentina. *Journal of Communication*, n. 44, p. 125-135, spring 1994.

WIARDA, H.. Social change, political development, and the Latin American tradition. In: WIARDA, H. (ed.). *Politics and social change in Latin America. Still a distinct tradition?*. Boulder: Westview Press, 1992.

*Tradução e publicação autorizadas pelo autor.
Recebido para publicação em Junho de 1995.*

Duas eleições presidenciais no México: 1988 e 1994

Cesar Cansino

División de Estudios Políticos
Centro de Investigación y Docencia Económicas
Cidade do México

Resumo

Este artigo aponta que o caráter semi-competitivo das eleições no México estabelece situações onde o processo de decisão do voto adquire uma lógica própria que deve ser analisada de maneira específica. Ao analisar os resultados das eleições presidenciais mexicanas de 1988 e 1994, e as características do voto de oposição nestes pleitos, o autor mostra as dificuldades da transição democrática no país, vinculadas sobretudo à hegemonia do PRI no campo eleitoral, e a sua condição de partido de estado.

Palavras-chave: eleições presidenciais, México, transição democrática

Abstract

This article shows that the semi-competitive nature of the Mexican elections defines situations in which the voting decision-making process acquires a logic that must be analyzed in a specific manner. By analyzing the results of the Mexican presidential elections in 1988 and 1994, and also the characteristics of the opposition vote in these elections, the author explains the difficulties of the democratic transition in the country, linked to the hegemony of the PRI in the electoral arena and to its specific condition of a state party.

Keywords: presidential elections, Mexico, democratic transition

Introdução

Analisar as eleições no México é ao mesmo tempo um desafio e um exercício sumamente interessante. Isto ocorre porque neste país os processos eleitorais, o sistema de partidos e as regras de competição política não estão plenamente democratizadas ou estão em vias de sê-lo. Esta particularidade é a que melhor define o regime político mexicano na atualidade. Como em outras transições democráticas, a abertura política que o regime mexicano experimenta põs em discussão as regras do jogo político, propiciando o surgimento de novos atores e projetos políticos. Enquanto regime em transição, o sistema eleitoral e partidário existente no México é ainda semi-competitivo. Além disso, prevalece no cenário político um partido dominante ou hegemônico, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), favorecido por eleições nem sempre transparentes, além de dispor de uma estrutura corporativa e clientelista que o levam a cumprir funções extra-eleitorais, vinculadas mais com o controle do que com a competição eleitoral.

Evidentemente, este tipo de regime ou “híbridos institucionais” geram situações eleitorais diversas às existentes em regimes plenamente competitivos. As expectativas sociais do voto, as modalidades de interiorização ou convicção individual implícitas, a relação que o eleitor estabelece com a máquina eleitoral, os processos de indução simbólica ou coercitiva do voto, etc, adquirem uma lógica própria que exige ser analisada de maneira específica.

Em geral, os regimes semi-competitivos ou semi-democráticos promovem processos eleitorais com fins de legitimação, ainda que o processo não seja plenamente transparente nem equitativo. Neste sentido, resulta particularmente interessante perguntar pelas razões e motivações que levam o cidadão às urnas, sabendo-se que seu voto não será plenamente observado nem decisivo no resultado final.

Para nossa análise do ato do voto no México, consideramos os dois últimos processos eleitorais presidenciais (1988 e 1994). Nosso exame destes processos se realizará considerando a particularidade destes tipos de regimes em contraste com os sistemas competitivos.

Neste estudo de caso supomos que o grau de interiorização do voto por parte do eleitor é marcadamente inferior ao que pode apreciar-se nos sistemas competitivos. Na maioria das vezes trata-se de processos induzidos pela elite governante com fins de legitimação. Mas, por outro lado, frente aos poucos canais existentes entre a sociedade e o estado ou os escassos espaços institucionais para canalizar o dissenso social, o ato do voto constitui para uma grande porcentagem

de eleitores a única forma de expressão, ou inclusive, de resistência social. Ele confere ao ato do voto um significado particular, pois visto na perspectiva da transição democrática, constitui uma forma genuína de expressão política que pode chegar a ser relevante na afirmação das instituições democráticas ou no próprio rumo da transição.

As eleições de 1988

Desde a véspera das eleições presidenciais de 1988, se vislumbrava um panorama de alta efervescência política e de até conflitividade a partir da importância que revestia esse acontecimento. Isso a partir das seguintes condições:

a) A crise econômica iniciada em 1982 havia provocado durante todo o sexênio do presidente Miguel de la Madrid (1982-1988) uma profunda e constante deterioração dos níveis populares de vida. O governo de la Madrid não teve capacidade de minorar significativamente o declínio econômico. Além disso, ao ter escolhido pagar pontualmente a sufocante dívida externa, a economia nacional sofreu um maior desgaste. A inflação, pela primeira vez em muitos anos, alcançou cifras sumamente elevadas (160% em 1987), coisa insólita no México. Em dezembro de 1987, poucos meses antes das eleições, também a bolsa de valores sofreu uma quebra que afetou numerosos investidores de classe média. Isto teve um efeito negativo para o regime, pois esta rasteira financeira foi atribuída à cumplicidade entre as autoridades econômicas e os donos das casas da bolsa, ex-banqueiros que haviam sido compensados dessa maneira pela perda de seus bancos em 1982. Tudo isso atuaria como um incentivo para um crescente descontentamento cidadão. Esperava-se que com isso, amplos setores da população castigassem o regime com seu voto (cf. CRESPO, 1992).

b) O PRI registrou uma forte crise interna a partir do processo de seleção de seu candidato à presidência. Os setores operário e camponês do partido haviam se manifestado contra a possível candidatura de quem finalmente foi designado candidato, o secretário de Programação e Orçamento, Carlos Salinas de Gortari. Muitos membros desses setores, e inclusive da burocracia federal, inconformados com a designação, iam protagonizar uma verdadeira rebelião votando contra seu partido, em 6 de julho de 1988. Certamente, o PRI obteve nessa ocasião sua mais baixa votação histórica, 50,74% (Quadro 1), mas, além disso, em meio a grandes irregularidades, uma forte contestação, mobilizações cidadãos de protesto e a difundida suspeita de que o candidato oficial havia perdido a eleição.

c) A oposição se apresentava com maior potencial que nunca para capitalizar o descontentamento. Por um lado, o direitista Partido Acción Nacional (PAN), que havia aumentado sua força eleitoral ao longo dos seis anos em vários pontos da República, e havia sofrido um claro atropelo nas eleições regionais de Chihuahua e Durango em 1986. A fraude nessas entidades, e sobretudo em Chihuahua, teve um alto custo em termos de legitimidade e irritou profundamente aos cidadãos, aumentando a tensão política global. O PAN obteve 16,81% da votação global, proveniente principalmente de setores médios e acomodados (Quadro 1).

d) Pela esquerda, o principal desafio se constituiu na candidatura de Cuauhtémoc Cárdenas, ex-governador de Michoacán, que saiu do partido oficial junto com outros altos dirigentes, provocando uma cisão política como não ocorria desde 1952 (historicamente, os maiores desafios eleitorais enfrentados pelo regime provieram de cisões internas). Da mesma forma, cabia esperar que a candidatura cardenista através de uma coalizão de centro-esquerda chamada Frente Democrática Nacional (FDN) representaria um espinho no dorso do regime, sobretudo pelo contexto de deterioração e descontentamento em que se realizavam as eleições. Com efeito, Cárdenas obteve a maior porcentagem captada historicamente por um candidato de oposição: 31,6% (Quadro 1).

Frente a este panorama, o PRI enfrentava o maior desafio eleitoral de sua história, que certamente moveu as bases da estabilidade e continuidade do regime autoritário no México.

Quadro 1
Resultados da eleição presidencial de 1988

Partido	Candidato	Votos	% global voto efetivo voto total	
PAN	Manuel J. Clouthier	3.208.584	16,81	16,2
PRI	Carlos Salinas de Gortari	9.687.926	50,74	48,9
FDN	Cuauhtemoc Cardenas	5.929.585	31,06	29,9
PDN	Gumercindo Magana	190.891	1,00	0,96
PRT	Rosario Ibarra de P:	74.875	0,39	0,37

Total da votação efetiva: 19.091.846.

Eleitorado: 38.074.926 (47,6% de abstenção).

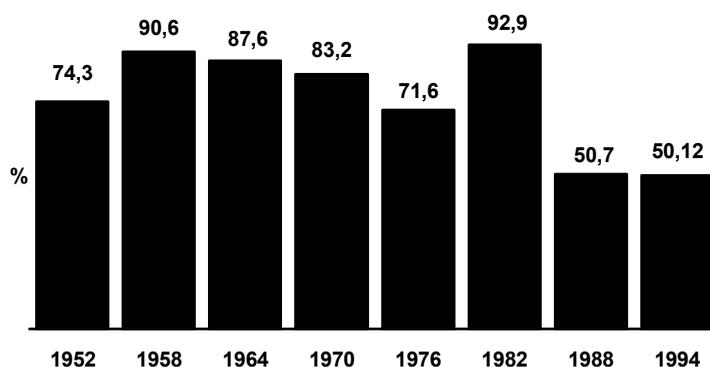
Votos nulos: 584.929. Votos não registrados: 100.139.

Total da votação (com nulos e não registrados): 19.776.929.

Fonte: Comissão Federal Eleitoral.

As teorias da modernização social, desenvolvidas pela escola anglo-saxã durante as décadas de 1950 e 1960¹, exerceram - e exercem - uma forte influência sobre a análise política no México. A partir de seus postulados, a modernização social se traduziria pouco a pouco na formação de uma cultura política democrática, a qual entraria em contradição com a estrutura vertical e autoritária do regime “priista” e, nessa medida, o empurraria para sua transformação no sentido democrático ou, eventualmente, provocaria sua derrocada. Sem dúvida, até então, várias décadas de modernização social no México não se haviam traduzido num forte desafio para o regime, se bem que a tendência de queda do voto “priista”, sobretudo nas cidades, correspondia com o esquema estabelecido pela teoria da modernização (Quadro 2).

Quadro 2
Eleições presidenciais
Partido Revolucionário Institucional 1952-1994



De modo que, ao surgir a “rebelião eleitoral” de 1988, estabeleceu-se a hipótese de que, finalmente, a modernização gradual havia cristalizado uma cultura democrática que já não aceitava a hegemonia de um só partido. Com efeito, as pesquisas realizadas na véspera refletiam um enorme descontentamento com o regime político e o desejo fervoroso de uma profunda mudança, presumivelmente no sentido democrático². Sem dúvida, o enfoque da modernização parecia chocar com um aspecto observado durante o processo de 1988: muitos setores

¹ Dentre os principais autores estão: Sidney Verba, Gabriel Almond, Lucien Pye, Samuel Huntington, Joseph LaPalombara, Seymour M. Lipset, Samuel Eisensdtatd, David Apter, etc.

² Na véspera das eleições de 1988, 72% de uma amostra nacional opinavam que as coisas iam mal economicamente e 82% pensavam que o país necessitava de mudanças políticas profundas. “Estudio sobre la actualidad nacional mexicana”, Bendixen & Law, *El Perfil de la Jornada*, 5 de julio de 1988.

sumamente tradicionais, como o dos camponeses e operários, votaram contra o partido oficial, presumivelmente em favor da democracia, tanto que alguns dos grupos mais modernizados da sociedade, por exemplo as cúpulas industriais, apoiaram o regime no que puderam, refletindo um comportamento sumamente antidemocrático. Assim, a relação automática do tipo “tradicionalismo = cultura autoritária”, e “modernização = cultura democrática” foi posta em dúvida na experiência mexicana, sobretudo a partir de 1988 (cf. CRESPO, 1989).

Um regime de partido hegemônico como o mexicano obtém sua votação a partir de recursos lícitos e ilícitos do ponto de vista das regras democráticas. Sua prolongada permanência no poder, uma gestão mais ou menos eficaz e o clientelismo de grupos que se beneficiam da proximidade com o partido governante são elementos que contribuem para arrecadar votos de maneira legítima. Isso conforma parte da explicação da longa dominação de um só partido em alguns países, como o Japão, Itália ou Suécia, em condições plenamente competitivas (cf. PEMPEL, 1991). Também um partido dominante se beneficia de sua vinculação orgânica com o estado, à maneira dos partidos de estado. A partir de sua privilegiada posição, obtém a parcialidade dos funcionários eleitorais e conta em sua campanha com recursos financeiros, humanos e materiais do estado.

Em 1988, o PRI recorreu aos métodos tradicionais de indução do voto, baseado no fato de que em ocasiões anteriores haviam sido eficazes: coerção sobre os membros das corporações ‘priistas’ para votar pelo PRI, proporcionando uma cédula marcada de antemão para o partido oficial, através do compromisso de devolver a cédula em branco que seria dada na cabine. Muitos operários e camponeses denunciaram essa manobra apresentando as cédulas distribuídas. O PRI também recorreu a grandes gastos em publicidade e propaganda, monopolizando o controle dos meios mais influentes de difusão, em particular a televisão. Documentários longos e elaborados a favor do candidato oficial inundaram os espaços televisivos durante a campanha, frente a uma virtual ausência dos candidatos de oposição. Mas a partir dos resultados eleitorais, pode-se inferir que essa campanha não surtiu o efeito habitual. Por último, o PRI distribuiu algumas dádivas menores para induzir o voto em seu favor. Em 1988 foram distribuídos vales para obter alguns alimentos, aparelhos elétricos ou cilindros de gás. E observou-se que muitos cidadãos receberam tais gratificações, mas depois não dirigiram o voto ao partido oficial. Em suma, as novas e críticas condições em que se realizaram as eleições de 1988 fizeram fracassar muitos dos meios tradicionais de indução ‘priista’ do voto.

É sabido que inclusive dentro de um mesmo sistema político, os cidadãos conferem um significado diverso ao ato de votar. Daqui surgiu como problema de investigação o comportamento eleitoral. Num regime democrático, os cidadãos podem votar por uma enorme multiplicidade de motivos, como sua identificação ideológica com um partido, a influência familiar herdada, a simpatia a um candidato determinado, a conveniência pessoal ou de grupo com respeito a uma política oferecida pelo partido ou pelo candidato, a punição ao partido governante por uma má gestão, etc. Igualmente, num regime semi-competitivo ou não-competitivo (mesmo que o seja formalmente), como é o caso mexicano, a motivação dos eleitores ao emitir seu voto varia consideravelmente. Mas, certamente, na maioria dos casos o significado do voto reflete as condições pouco competitivas do regime. Assim, o voto em favor do PRI pode estar motivado por uma série de razões muito diversas, que dependem de certas variáveis socioeconômicas como a idade, sexo, educação, posição social, ocupação, etc; mas em quase todos os casos os motivos declarados para votar pelo PRI não teriam muito sentido num contexto partidário-eleitoral plenamente competitivo. Fazendo agora caso omissis de tais variáveis socioeconômicas, poderia fazer-se a seguinte classificação do voto 'priista':

a) o voto ideológico, similar ao encontrado nas democracias, onde se fundamenta o apoio ao partido pela identificação com seus postulados básicos e com seus programas concretos.

b) o voto corporativo, onde os agremiados das centrais pertencentes ao partido se vêem obrigados por seus dirigentes a votar pelo PRI.

c) o voto de coerção, às vezes vinculado ou derivado do corporativo, surge por temor às represálias de votar em outro partido, em que pese o voto no México ser secreto.

d) o voto institucional, conferido ao PRI pelos que gozam, ou esperam gozar, de alguma posição dentro do regime ou de vinculação proveitosa com ele, e a quem resulta conveniente a permanência do partido oficial no poder.

e) o voto pela estabilidade, emitido pelos que temem que um triunfo da oposição poderia por em risco a ordem cívica, a paz social ou a estabilidade política. Há um fundamento histórico nesse receio: a oposição jamais chegou ao poder por via pacífica ao longo da história independente do país.

f) o voto clientelista, que se permuta em favor do PRI em troca de alguma dádiva econômica ou serviço, individual ou coletivo.

De outro lado, o voto emitido em favor da oposição responde normalmente a algum dos seguintes motivos:

a) o voto ideológico, que corresponde a razões parecidas às do voto ideológico em favor do PRI.

b) o voto de protesto, que se dirige contra as características autoritárias do regime mexicano.

c) o voto de castigo, emitido para sancionar uma má gestão do partido governante.

d) o voto de pressão, vinculado ao anterior, mas com o propósito específico de definir uma mudança de rumo ou uma retificação de parte do partido no poder, mesmo que sem a intenção de que os candidatos opositores alcancem o poder.

Este último tipo de voto merece um comentário mais amplo. Normalmente, numa democracia se vota pelo partido ou candidato que se quer no poder. Sem dúvida, no caso do México, a própria falta de competência real tem gerado em muitos cidadãos este tipo particular de comportamento eleitoral: vota-se por candidatos e partidos de oposição, esperando que estes não triunfem. Pode ser, evidentemente, uma variante do voto 'priista' pela estabilidade, mas dos setores que consideram que o partido no poder requer um chamado de atenção para corrigir o rumo sobre algum aspecto.

Assim, o voto de pressão poderia ter um motivo econômico, se o que se pretende é que o governo modifique uma política não muito exitosa. Mas também poderia refletir uma maior abertura do sistema político, sem que isso implique necessariamente que a oposição alcance o poder por motivos de estabilidade. Assim, nas eleições de 1988, de uma amostra de cidadãos que expressou que votaria por algum dos candidatos de oposição, quase a metade declarou, sem dúvida, que não desejava que tal candidato chegasse ao poder³.

Evidentemente, os que assim se manifestavam buscavam pressionar o regime para realizar mudanças mais profundas em matéria econômica ou política, sem que por isso tivesse que ceder o poder à oposição. Assim, muitos cidadãos parecem estar a favor de que o PRI continue no poder, mas com maior responsabilidade com relação aos cidadãos e a partir de uma vigilância mais estreita por parte dos outros partidos, os cidadãos e os poderes legislativo e judiciário. Quer dizer, uma democracia com o PRI na cabeça. Para tais pessoas, talvez uma forma de conseguir isto é votando pela oposição, seja em eleição presidencial como uma advertência ao governo ou em outros níveis menos decisivos no poder, como deputados ou senadores, mas que poderiam exercer um maior controle sobre o poder executivo.

³ Segundo o Gallup, 65% dos cidadãos pensavam que era um risco que a oposição chegasse ao poder, enquanto que 50% dos que votariam em Cuauhtémoc Cárdenas e 49% dos simpatizantes de Manuel Clouthier diziam que não desejavam que esses candidatos triunfassem. *La Jornada*, 27 de junio de 1988.

A pergunta que de alguma maneira se colocou com base nas eleições de 1988 é até onde o voto de oposição era efetivamente uma demanda por uma autêntica democracia, como muitos interpretaram. É muito provável que boa parte do voto oposicionista em 1988 tenha respondido a esta demanda, mas talvez tenha sido mais um voto de punição ou de pressão por razões econômicas. Em todo caso, tanto o voto de pressão como o de punição, que se emite em favor da oposição, é altamente volátil e pode, em novas condições, converter-se em um voto pelo PRI, tal como ficou demonstrado nas eleições legislativas de 1991.

As eleições de 1994

Tão logo chegou ao poder, Carlos Salinas de Gortari se empenhou em conseguir uma importante recuperação da economia, como via de legitimação e para restaurar a legitimidade e hegemonia do regime 'priista'. A gestão governamental poderia ser novamente a base da legitimação política e assim evitar abrir o sistema eleitoral de maneira inequívoca. No nível econômico, o governo conseguiu em seus primeiros anos diminuir significativamente a inflação, renegociou a dívida externa ao menos ao nível de tirar o tema do debate político, conseguiu retomar o crescimento econômico e atrair fortes quantidades de capital, nacional e estrangeiro. A confiança perdida entre os setores produtivos retornou pouco a pouco e se projetou como alternativa de desenvolvimento à assinatura de um acordo comercial com os Estados Unidos.

No plano social, o governo apresentou um ambicioso e vasto programa para reativar a ajuda aos setores populares de acordo com um esquema de promoção social que durante tanto tempo rendeu bons dividendos políticos ao regime. Durante a administração de Miguel de la Madrid (1982-1988), tal política de bem-estar social havia sido quase esquecida, com o conseqüente descontentamento dos setores populares, que se somaram à rebelião eleitoral de 1988. Tendo compreendido isto, o governo de Salinas de Gortari se dispôs a retificar de imediato tão grave omissão. Para isso, destinou boa parte dos recursos obtidos através da venda de diversas empresas estatais, incluídos os bancos nacionalizados por José Lopez Portillo em 1982, que foram reprivatizados por Salinas de Gortari. A ajuda social foi aplicada diretamente pelas agências federais com ênfase naquelas regiões que haviam mostrado um alto oposicionismo eleitoral nas eleições de 1988, com a expectativa, mais que razoável, de recuperar ali o voto para o partido oficial.

No plano político, Salinas de Gortari condenou e encarcerou o poderoso e corrupto líder dos petroleiros, assim como um dos responsáveis pelo desfalque da Bolsa de 1987, retirou do cargo o corrupto líder do magistério nacional e indicou o suposto autor intelectual do assassinato, há vários anos atrás, de um conhecido jornalista. E no plano eleitoral, o governo abriu uma importante válvula de escape para a tensão cidadã, reconhecendo o primeiro governo de um partido de oposição. Também conseguiu aprovar uma nova lei eleitoral que incorporava alguns avanços formais, mas mantendo simultaneamente várias vantagens para o partido oficial. Mesmo assim, cada vez que há uma reforma eleitoral, boa parte dos cidadãos aceita a idéia de que as seguintes eleições serão mais limpas.

O governo conseguiu também instrumentar-se para separar as oposições de direita e de esquerda, que desde 1988 haviam estado perigosamente próximas. Incorporou o PAN dentro de uma lógica de cooperação com o governo, enquanto isolava do cenário partidário e perseguiu por todos os meios ao alcance o Partido da Revolução Democrática (PRD), resultado da fusão entre os que romperam com o PRI, que desafiaram o regime em 1988 em torno de Cardenas, e a esquerda histórica. Tal política de hostilidade ao PRD conseguiu resultados reais, pois este perdeu popularidade e confiança entre importantes setores da sociedade.

Neste contexto, as condições para uma importante recuperação eleitoral do partido oficial eram as melhores possíveis para as eleições intermediárias de 1991. E com efeito, o PRI conseguiu obter então cerca de 62% dos votos em uma eleição que, ainda que impugnada pelos partidos de oposição, não provocou, como três anos antes, o protesto e mobilização dos cidadãos contra o veredito eleitoral (Quadro 3). O governo pode assim apresentar os resultados como um plebiscito favorável à política de Salinas de Gortari. A mancha surgiu em duas entidades da República, nas que simultaneamente disputavam o posto de governador em eleições federais. Os candidatos 'priistas' foram legalmente vencedores, mas através de eleições pouco transparentes. A sociedade aqui se mobilizou e obrigou o governo federal a retirar seus candidatos e nomear dois governadores interinos. Mas a mobilização nesses casos respondeu especificamente ao conflito regional e teve pouca relação com as eleições federais.

Quadro 3
Resultados das Eleições Legislativas de 1991

PARTIDO	VOTOS	%
PAN	4.096.442	17,7
PRI	14.115.767	61,49
PPS	411.749	1,79
PARM	492.629	2,14
PDM	249.137	1,08
PRD	1.894.080	8,25
PFCRN	1.000.009	4,35
Outros	748.938	3,26
Total válidos	22.955.055	100,00
Participação		66,09

Fonte: Instituto Federal Eleitoral

Os resultados das eleições legislativas de 1991, por outro lado, põem em julgamento a hipótese da cultura democrática como consequência da modernização. A pretendida conversão democrática da sociedade não havia deixado de pressionar o regime até conseguir uma autêntica transformação democrática. Mas a muitos cidadãos lhes foi suficiente uma importante recuperação econômica - ao menos aparente - para devolver seu voto ao PRI. Se em 1988 o puniram por uma má gestão, em 1991 o premiaram pelo que consideraram um estupendo desempenho econômico e político do governo salinista⁴.

⁴ Assim, na véspera eleitoral de 1991, 62% de uma amostra nacional tinham uma boa imagem do programa social do governo, porcentagem que se equiparava à de uma boa imagem pessoal do presidente. O aumento de 16 pontos percentuais registrados nestas eleições com relação a 1988 poderia responder a uma nova estratégia posta em prática pelo partido oficial. Com efeito, ao comprovar em 1988 que os mecanismos tradicionais de indução do voto haviam fracassado, o PRI desenhou uma nova estratégia dirigida a obter o voto principalmente dos abstencionistas que mais que serem considerados passivos contestadores do regime, são vistos pelo governo - provavelmente com razão - como cidadãos basicamente conformistas ou indiferentes com respeito à política. Seu voto poderia ser facilmente obtido, se em troca se lhes oferecia algum benefício imediato. De modo que o partido oficial designou múltiplos "promotores de voto" para cada rua, para comprometer o voto da maior parte possível de cidadãos em troca de algum serviço gerado pelo PRI ou em troca de algumas das tradicionais concessões materiais. Também foram organizados no dia das eleições desejuns municipais de convivência política, oferecidos pelo partido oficial, para imediatamente depois dirigir-se em grupo e votar evidentemente no PRI. O promotor correspondente acompanha os munícipes até a cabine respectiva, e ainda que talvez não tenha a possibilidade de supervisionar a maneira com que vota cada um deles, sua presença próxima exerce um grau de intimidação suficiente para garantir que o cidadão comprometido vote, efetivamente, no PRI. O desenvolvimento desta sofisticada estratégia provou ser sumamente eficaz, tanto em incrementar substancialmente o voto priista como em elevar as cifras de participação eleitoral. Assim, o PRI pode rebater com resultados a antiga e muito difundida hipótese de

Sem dúvida, para as eleições de 1994 o contexto nacional deu uma guinada de 180 graus, a qual fez estourar qualquer cálculo oficial.

Nas eleições presidenciais desse ano o regime político mexicano voltou a experimentar, tal como em 1988, enormes desafios a sua continuidade como resultado de uma nova polarização e radicalização da oposição e do surgimento de novas formas de mobilização social. Sem dúvida, mais além das expectativas que esta nova crise política gerou com respeito às possibilidades de uma democratização efetiva, os resultados eleitorais pareceram reforçar temporariamente a hipótese da restauração do regime.

De qualquer forma, este novo processo eleitoral introduziu na política nacional diversos elementos até então inéditos:

a) nunca como nessas eleições se contou com uma estrutura eleitoral tão avançada e que, ao menos no plano formal, oferecesse garantias de justiça e imparcialidade para a competição partidária. Certamente, ainda prevaleceram aspectos reprováveis, produto das inércias autoritárias do regime, mas as modificações introduzidas na lei eleitoral alguns meses antes das eleições constituíram um grande avanço. Basta mencionar a criação do Conselho Cidadão dentro da estrutura formal do Instituto Federal Eleitoral, no qual recai desde então a qualificação das eleições. Este organismo veio cobrir em alguma medida uma das demandas mais recorrentes da oposição: passar o controle das eleições das mãos do governo às mãos dos cidadãos. Algo similar pode se dizer da aprovação do novo código que sanciona os delitos eleitorais. Trata-se de avanços formais de grande importância, ainda que sozinhos não garantam a limpeza das eleições.

b) nunca como nestas eleições o regime político mexicano enfrentou desafios ou questionamentos tão grandes como os que se apresentaram a partir do primeiro dia de 1994. Como é sabido, a mobilização camponesa e indígena do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no estado de Chiapas colocou em dúvida as bondades do projeto econômico e social do atual governo e obrigou-o a oferecer maiores garantias para a competição eleitoral. Nunca como nestas eleições existiu em todo território nacional uma zona de conflito dominada por um exército insurgente, cuja causa, além do mais, foi percebida como justa por amplos setores da população. Este fato terminou por derrubar um dos últimos pilares da legitimidade do regime: a paz social. A isto deve-se somar a crescente insegurança social, refletida no incremento da delinquência, o seqüestro de importantes empresários e até o assassinato do candidato original à presidência pelo PRI, Luis Antonio Colosio.

que, enquanto fosse maior a presença dos cidadãos nas urnas, menor seria a proporção de votos emitidos para o partido do governo,

c) nunca como nestas eleições existiu uma ativação social tão ampla dos mais diversos setores. Este fato pode ser constatado facilmente pelo enorme número de cidadãos que participaram como observadores durante as eleições ou pela criação dos diversos organismos não-governamentais preocupados em garantir a limpeza e a transparência das eleições. Da mesma forma, a instalação da Convenção Nacional Democrática por iniciativa do EZLN refletiu o interesse de uma grande quantidade de organizações populares para coordenar um conjunto de ações que conduziram o país à transição democrática.

d) nunca como nestas eleições gerou-se tanta incerteza sobre os resultados eleitorais. Previamente à realização das eleições muito poucos se atreviam a fazer prognósticos sobre os vencedores e os perdedores. Além disso, muito poucos confiavam nas sondagens preliminares, não apenas pela ampla gama de cidadãos indecisos, mas sobretudo porque nas eleições de 1988 nenhuma sondagem de opinião preliminar refletiu com exatidão o que na realidade ocorreu depois.

No entanto, mais do que essa incerteza pré-eleitoral, que em si mesma representa um indicador muito significativo de avanço democrático, o que tornou realmente particular esse processo foi a incerteza pós-eleitoral. Assim, por exemplo, pela primeira vez não existiu entre os cidadãos plena segurança de que o candidato eleito pudesse realmente assumir seu cargo. Entre outros cenários, houve quem pensasse que o país pudesse ver-se imerso numa violência crescente no caso de existir uma fraude eleitoral. Outros pensavam que a resistência civil pudesse inclusive impedir que o presidente concluísse seu mandato.

Dos fatores descritos, este último é particularmente importante porque oferece parâmetros nada desprezíveis para medir o grau de democratização do regime político mexicano.

Com efeito, nunca como nestas eleições a incerteza se apoderou da opinião pública. Pelas razões mencionadas, como o fator Chiapas, o assassinato de Luis Donaldo Colosio, o debate televisionado entre os candidatos a presidência, etc, pela primeira vez viveu-se um processo eleitoral cujo resultado era um mistério para todos. Os que estavam convencidos de que o México vive um autêntico processo de transição democrática, tiveram, na presença de tal incerteza sobre o resultado eleitoral, seu melhor argumento para legitimar sua convicção. De fato, antes das eleições prevaleceu uma lógica de competição e participação inédita que para muitos podia culminar, inclusive, com uma derrota do partido no poder. Mais ainda, diferentemente de 1988, nas eleições de 1994 pareceu existir melhores condições para que o governo não obstaculizasse os partidos de oposição, no caso de um deles triunfar, no sentido de que um processo eleitoral fraudulento ou uma nova imposição teria um forte custo político para a classe governante, e que poderia traduzir-se em violência pós-eleitoral ou resistência civil generalizada.

Mas este ponto nos leva ao dilema central da “institucionalização da incerteza”⁵. Para falar de transição democrática é indispensável que se cumpra a condição da incerteza eleitoral que se experimentou no México antes do processo. Sem dúvida, a incerteza, para ser conseqüente com os princípios democráticos, só deve referir-se aos resultados eleitorais, quer dizer, às preferências finais do eleitorado, e de nenhuma maneira as reações dos atores políticos existentes. É precisamente aqui onde falha o critério do grau de incerteza para avaliar o grau de democratização do regime político mexicano, pois ao mesmo tempo em que se ignorava o possível resultado das eleições, não existia nenhuma segurança de que todos os atores aceitariam o resultado. A incerteza tocou também as possíveis reações do governo e do partido no poder no caso de que ganhasse um partido de oposição. Não existia tampouco garantia de que se respeitaria a vitória, ou ao menos prevalecia uma enorme desconfiança na população com respeito à boa vontade da elite política. Mas tampouco se sabia de antemão qual ia ser a reação da oposição no caso de que ganhasse o PRI ou de que se documentasse uma fraude eleitoral. Não se sabia se aceitaria sua derrota ou, aproveitando o enorme descrédito do regime e a delicada situação do país, impugnaria as eleições para pressionar por uma mudança no curto prazo. Evidentemente, a existência desta outra incerteza atesta negativamente a transição no México. De fato, revela que a abertura democrática não foi acompanhada de um acordo efetivo entre todos os atores que garantisse a confiabilidade do processo.

Fica claro, então, que para que um processo de democratização culmine com êxito não basta que se institucionalize a incerteza, mas também é necessário algum grau de, permita-me o jogo de palavras, certeza institucional na arena eleitoral, questão que no México ainda está por construir-se quase por completo. Considerando os dois tipos de incerteza referidos anteriormente, a propriamente pré-eleitoral e pós-eleitoral, as eleições de 21 de agosto obtiveram o único resultado possível que permitia retirar quase magicamente a maioria das incógnitas pós-eleitorais. Com efeito, o triunfo do PRI com uma ampla margem de diferença com respeito aos seus adversários mais próximos conferiu ao regime político mexicano uma nova dose de certeza institucional, ainda que tal institucionalidade não fosse necessariamente democrática (Quadro 4).

⁵ O conceito foi elaborado por A. Pzeworski para indicar o processo através do qual vão se afirmando as práticas eleitorais em regimes em transição para a democracia. (PZREWORSKI, 1986)

Quadro 4
Resultados da eleição presidencial de 1994

Partido	Candidato	Votos	% global voto efetivo voto total	
PAN	Diego Fernandez	9.222.899	26,69	25,94
PRI	Ernesto Zedillo	17.336.325	50,18	48,77
FDN	Cuauhtémoc Cardenas	5.901.557	17,08	16,60
Outros		2.070.166	5,99	5,82

Total da votação efetiva: 34.549.501

Porcentagem de participação com respeito ao eleitorado: 77,746%

Votos nulos: 1.000.782.

Total da votação (com votos nulos): 35.550.283.

Fonte: Instituto Federal Eleitoral

Podem ser argumentadas diversas razões que determinaram o resultado final das eleições e que certamente tomou muitos de surpresa: o medo de um cenário de instabilidade que invadiu boa parte dos eleitores que votaram a favor do PRI, a permanência de práticas corporativas e de condições desiguais de competição, a condição do partido de estado do PRI, a manipulação da informação, a persistência de práticas fraudulentas ainda que desta vez mais sofisticadas, a radicalização do discurso do candidato do PRD que foi considerado intransigente por alguns de seus simpatizantes, o debate presidencial que permitiu um avanço do PAN com respeito às eleições de 1988, etc. Razões todas que merecem um estudo detalhado⁶. Mas além das razões, o fato é que com este resultado o regime político mexicano encontrou a melhor sustentação para caminhar, não sem dificuldades, para sua restauração.

De início, ganharam em certeza duas questões que ocuparam a atenção dos mexicanos antes das eleições. Por um lado, o resultado eleitoral dissipou, ao menos num curto prazo, a sombra da violência ou da guerra civil. Por outro lado, desacelerou a transição ou simplesmente a postergou para um melhor momento.

⁶ Ver a respeito, Correa (1995).

No caso da violência, o resultado eleitoral certamente não evitou uma série de impugnações por parte do PRD e de outros atores como a Convenção Democrática e o EZLN. Sem dúvida, a nova legitimidade do PRI e de seu candidato e o enorme respaldo por parte dos meios de comunicação ao resultado eleitoral e ao regime, desqualificando como sempre as vozes dissidentes, debilitou de início o poder de convocatória do PRD ou de outras organizações. A isso deve somar-se o reconhecimento do PAN ao triunfo do PRI, mais com uma perspectiva de consolidar um sistema bipartidário num longo prazo do que derrubar o regime.

Quadro 5
Composição partidária da câmara dos deputados

Partidos políticos		Maioria relativa	Representação proporcional	totais				
O P O S I Ç Ã O	{	F D N	{	PRI	233*	27	260	
				PAN	38	63		101
				PMS		19		
				PFCRN	29*	34		139
				PARM		25		
PPS		32						
5	4	8		300	200	500		

*A diplomação de Darwin González Ballinas, originalmente candidato eleito pelo PRI, contabilizou-se a favor do FDN, partido ao qual este deputado se integrou logo após as eleições de 6 de Julho.

Fonte: Comisión Federal Electoral

1994

Partido	Deputados	%
PRI	300	60
PAN	119	23,8
PRD	71	14,2
PT	10	2
Total	500	100

Fonte: Instituto Federal Eleitoral

Neste sentido, o resultado eleitoral debilitou a hipótese de um cenário de confrontação e inclusive conferiu uma legitimidade de saída ao novo governo para apagar ou reprimir qualquer rebento desestabilizador, não obstante na verdade Ernesto Zedillo governará com o apoio eleitoral de menos de 50% da população (Quadro 4).

No que respeita à transição democrática, o problema reside em que, tal como antes, novamente, seu aprofundamento ou concretude volta a depender mais da vontade do “senhor Presidente” do que da negociação entre os distintos atores políticos. Com efeito, ao menos num curto prazo, o resultado eleitoral fez vislumbrar um reforço ao presidencialismo, dado que a centralidade do presidente não se veria balizada ou pressionada nem por um legislativo mais plural, nem pelos próprios partidos na arena extra-institucional. Nesse sentido, a situação de Ernesto Zedillo parecia muito mais favorável em termos de concentração de poder do que teve Salinas de Gortari em 1988, que foi muito mais questionado (Quadro 5).

Algo similar pode dizer-se do PRI. O resultado eleitoral fortaleceu temporariamente o partido no poder, ganhando tempo antes de voltar aos temas recorrentes de sua independência do estado ou da democratização interna.

Por tudo dito anteriormente, os resultados representaram um passo atrás com respeito ao que se havia conseguido em termos de democratização. Com efeito, tal como no passado, a hegemonia do PRI não reside unicamente na competição eleitoral, que no caso destas eleições foi um fator importante; mas também e sobretudo na sua condição de partido de estado, fato que torna desigual e antidemocrática qualquer prática pretensamente democrática. O tempo em que finalmente vai se instaurar a democracia no México segue sendo por isso a verdadeira incerteza de fundo.

Conclusões

Visto à distância, o governo de Salinas de Gortari não se constituiu no governo de transição como fez supor a vários com seu discurso de posse em 1988. O fim do sistema de partido “praticamente único” não apenas depende da capacidade de pressão que os partidos políticos adquirem, mas também da autonomia e das garantias que o governo está disposto a oferecer a estes, incluindo o partido do governo. Neste terreno ainda falta muito que fazer.

Como vimos, a transição foi até agora atributo exclusivo da própria classe governante, que maneja os tempos e as modalidades da mudança. Em sentido estrito, para caracterizar o momento atual do regime político mexicano, mais do que de uma “transição democrática” devemos falar de uma “liberalização política”; quer dizer, de um processo de abertura na direção democrática, mas controlada e articulada pelo próprio regime com vistas à sua legitimação. Nesta perspectiva, a liberalização política funciona como uma estratégia de adaptação através da qual se concedem alguns direitos políticos e civis, e que, no geral, se aciona quando o regime mostra sinais inequívocos de deterioração na sua legitimidade e eficácia

decisória. A liberalização busca por isso neutralizar institucionalmente o conflito que tal deterioração expressa. Quando este objetivo é alcançado com alguma pertinência pode-se dizer que a abertura controlada torna o regime eficaz ou funcional. Pois bem, a conflitividade que a abertura gerou via eleições no âmbito de certos estados da República faz supor que tal estratégia de adaptação encontrou seus próprios limites. Com efeito, tal e como demonstram os processos eleitorais recentes nos estados de San Luis Potosí, Guanajuato, Michoacán, Tamaulipas, Chiapas, Tabasco, entre outros, as eleições não gozam de credibilidade alguma e, longe de neutralizar o conflito, o estimulam. Mesmo o partido oficial ganhando, boa parte das populações locais não reconhece sua vitória. É certo que, todavia, esta tendência foi muito localizada geograficamente, mais indica que a reforma política deve se aprofundar, a fim de gerar maior credibilidade eleitoral.

De acordo com o que foi dito, poderia concluir-se que pelas mesmas razões que os cidadãos devolveram o voto ao PRI em 1991, poderia tornar a retirá-lo no futuro, se novamente se registrar uma perda importante na capacidade de gestão do governo, como fazem supor diversos indícios observados desde 1992 e que se traduziram recentemente numa crise econômica de grande magnitude. O significado que os cidadãos imprimem ao seu voto, portanto, não mostra em geral uma pauta permanente e constante, mas varia a partir de múltiplas condições no momento em que se realizam eleições.

No México, o voto no PRI tem sido tradicionalmente um voto ideológico, corporativo, clientelista, de coerção, institucional, pela estabilidade e, como ocorreu em 1994, um voto de medo ante um possível cenário de violência generalizada. Trata-se na maioria destes casos de comportamentos eleitorais que têm pouco ou nenhum sentido nos sistemas plenamente competitivos. Com a abertura política do regime, estas modalidades do voto sofreram variações sem modificar-se totalmente, como que para equiparar o ato de votar no México com seu equivalente em sistemas democráticos consolidados. Mais especificamente, cada vez mais parece dominar o voto ideológico, institucional e pela estabilidade, do que o voto corporativo, clientelista ou de coerção, ainda que estas últimas práticas continuem ocorrendo de maneira cada vez mais localizada. Isto indica, por um lado, a ausência de uma cultura democrática com comportamentos eleitorais estáveis, em que pese parecer existir uma crescente conscientização sobre a importância de votar. Por outro lado, indica uma deterioração real das estruturas tradicionais de dominação do regime político mexicano, incapazes de canalizar o voto em seu favor mediante mecanismos que durante muito tempo foram pilares de sua continuidade.

Em todo caso, este tipo de significação do ato de votar expressa uma situação todavia semi-competitiva. As eleições continuam carentes de credibilidade para uma alta porcentagem da população ou adoecem de má reputação.

O caráter predominantemente semi-competitivo das eleições no México também expressa o tipo de motivação do voto que tem favorecido a oposição. Trata-se, como vimos, de um voto fundamentalmente de punição, protesto ou pressão, não de um voto que nasce de identificações partidárias consolidadas no tempo. Mas na perspectiva de uma democratização cada vez maior, é bom que assim seja, pois o voto a favor da oposição, ainda que não plenamente garantido ou transparente, faz as vezes de um chamado de atenção à impunidade e ao monopólio com que tradicionalmente o poder tem sido exercido no México.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREA, F. P. Pacto social y juego democrático. *Vuelta*, México, v. 19, n. 218, p.27-30, janeiro 1995.

CRESPO, J. A. La cultura política después del 6 de julio. *Nueva Antropología*, n. 35, junio 1989.

_____. Crisis económica, crisis de legitimidad. In: LOAEZA, S. (coord.). *México: auge, crisis y ajuste*. México: FCE, t.1, 1992.

PEMPEL, T. J. (comp.). *Democracias diferentes; los regimenes com un partido dominante*. México: FCE, 1991.

PZREWORSKI, A. Some problems in the study of the transitions to democracy. In: O'DONNELL, G.; SCHIMTTER, P.; WHITEHEAD, L. (ed.). *Transitions from authoritarian rule*. Baltimore: The John Hopkins University Press, v. 3, 1986.

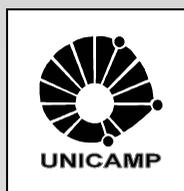
Tradução e publicação autorizadas pelo autor

Recebido para publicação em Abril de 1995.

TENDÊNCIAS

Ano 3, nº 2

ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP



O encarte **Tendências** apresenta um conjunto de dados internacionais de opinião pública, destacados da série de surveys **Eurobarômetro**, referentes à Comunidade Européia no ano de 1989.

A série **Eurobarômetro** teve início em 1970, quando a Comissão da Comunidade Européia (CCE) pioneiramente conduziu surveys simultaneamente entre os países membros, repetindo novamente a iniciativa em 1971 e 1973. A partir de 1974, a CCE oficializou o projeto, tornando-o então bi-anual.

Os surveys **Eurobarômetro** foram planejados para proverem um monitoramento regular de tendências políticas e sociais na Comunidade Européia, através de questões que aferem o conhecimento e atitudes do público para com a CCE e outras instituições, bem como políticas em geral relacionadas à Comunidade Européia. Algumas pesquisas da série abordam outros temas como comportamento de consumidores, opiniões sobre meio-ambiente, questões de gênero, problemas energéticos, de saúde e educação, etc.

Além do conjunto inigualável de dados reunidos nesta série de surveys, destaca-se neste projeto a importância desta linha de pesquisa de caráter comparativo entre nações e entre tendências temporais, como uma das mais frutíferas fontes para a compreensão de processos políticos e sociais, linha que **Tendências** tem procurado privilegiar.

Os dados aqui apresentados versam sobre as eleições para o Parlamento Europeu no ano de 1989, e destacam algumas opiniões sobre a democracia do ponto de vista normativo e também empírico, e sobre a efetivação da união européia. Com isso, pretende-se contribuir para se compreender um pouco mais sobre as variações de atitudes entre países ligados por um processo comum que une a todos sob o rótulo de "Mercado Comum Europeu".

As tendências de opinião aparecem organizadas sob uma perspectiva global (o conjunto da Comunidade Européia) e nacional, onde figuram diferenças de opiniões entre os países membros. Além disso, são apresentados outros recortes dentre o conjunto dos públicos da CE, o que permite várias nuances de opiniões tanto através do destaque de algumas variáveis "clássicas" (sindicalização, religiosidade, ou idade) quanto outras variáveis complexas forjadas pela equipe de pesquisadores que coordenou o projeto, a saber: "índice de preferência partidária no Parlamento Europeu"; "índice de apoio à Comunidade Européia"; e "índice de mobilização política"¹.

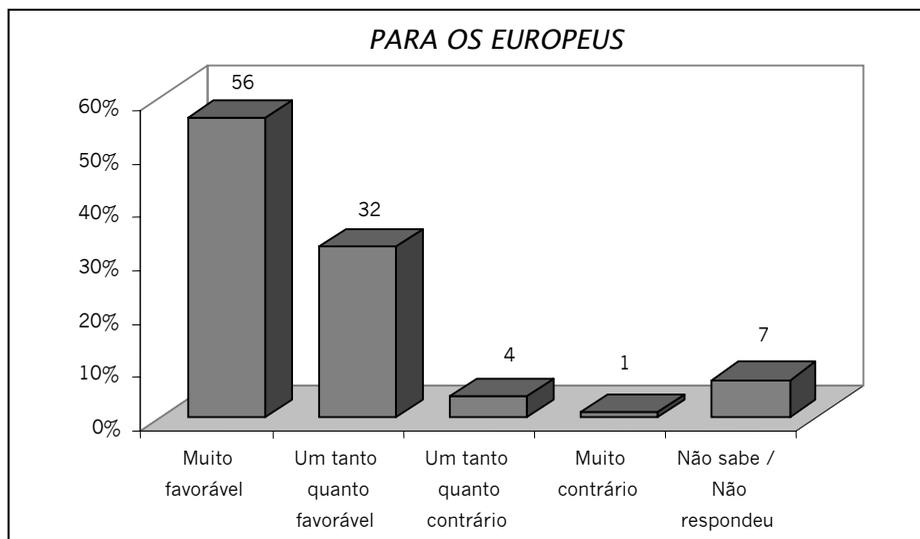
De forma sintética, pode-se dizer que o "índice de preferência partidária no Parlamento Europeu" compreende uma recodificação da "preferência partidária" de acordo com o partido ou lista que o entrevistado votou nas eleições européias daquele ano, e de acordo com os grupos formados dentro do Parlamento (socialistas, populares, liberais, etc.); o "índice de apoio à Comunidade Européia" mede tendências de "forte oposição" à "forte apoio" pela recodificação de questões relacionadas ao Mercado Comum; e o "índice de mobilização política" analisa níveis de envolvimento político, pela combinação das direções de "identificação partidária" e níveis de "mobilização cognitiva", ou seja, capacidades individuais de participação política, pela combinação dos indicadores de nível de educação formal e frequência de discussões políticas.

Uma explicação detalhada sobre a elaboração desses índices encontra-se no final desse encarte.

¹ Alguns destes índices aparecem no artigo: INGLEHART, R. Democratização em perspectiva global. *Opinião Pública*, v. 1, n. 1, p. 9-42, 1993. Ver também INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990; e REIF, K; INGLEHART, R. (eds.). *Euro-barometer: the dynamics of European opinion*. London: MacMillan, 1991.

Opiniões sobre democracia

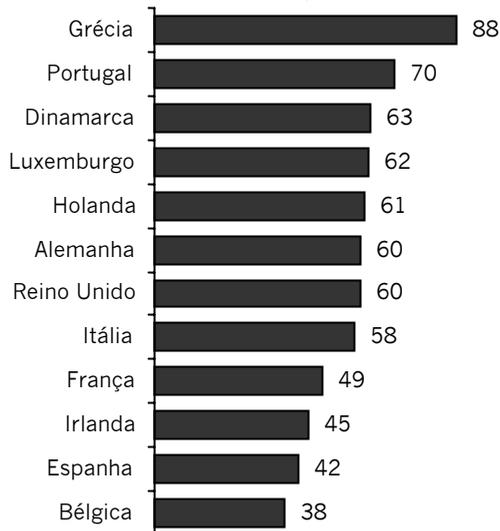
Sobre a idéia de democracia



Quantos têm opinião "muito favorável" à idéia de democracia?

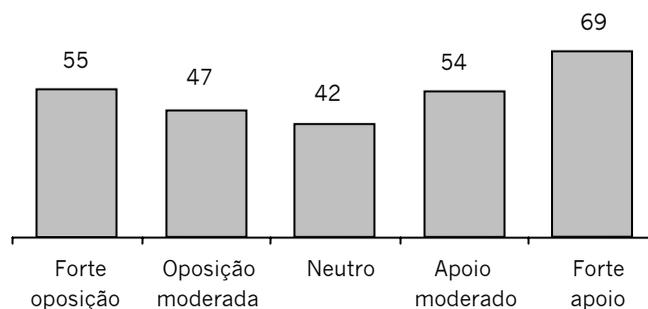
entre os membros da Comunidade Européia:

(em %)



considerando o "índice de apoio à Comunidade Econômica Européia":

(em %)

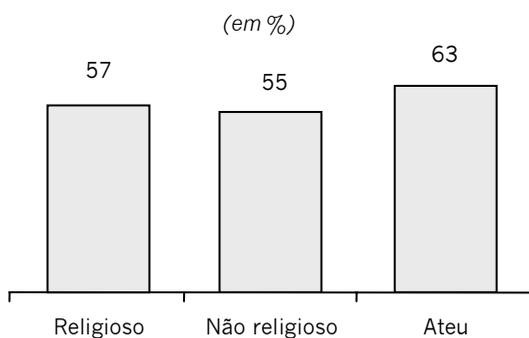


Pergunta: Vamos considerar a idéia de democracia sem pensar nas democracias existentes. Em princípio você é contra ou a favor a idéia de democracia?

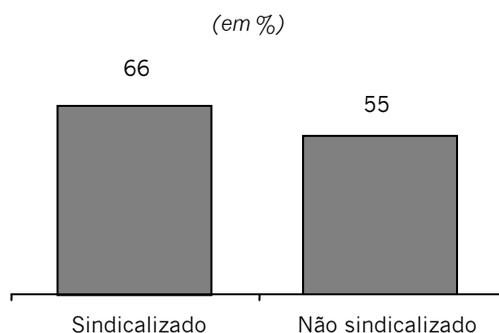
Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Quantos têm opinião "muito favorável" à idéia de democracia? (continuação)

entre religiosos / não religiosos:



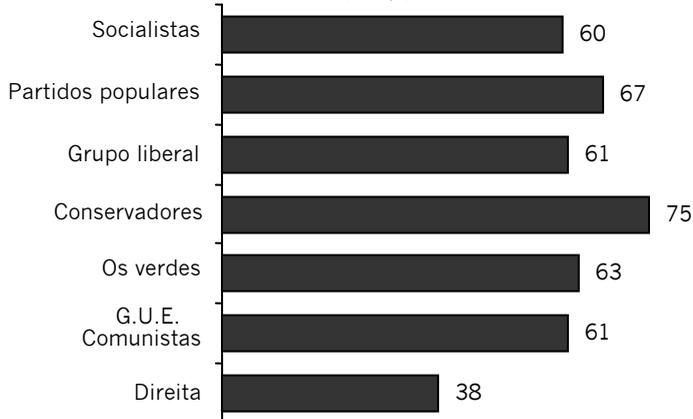
entre sindicalizados / não sindicalizados:



considerando o "índice de preferência partidária no Parlamento Europeu":

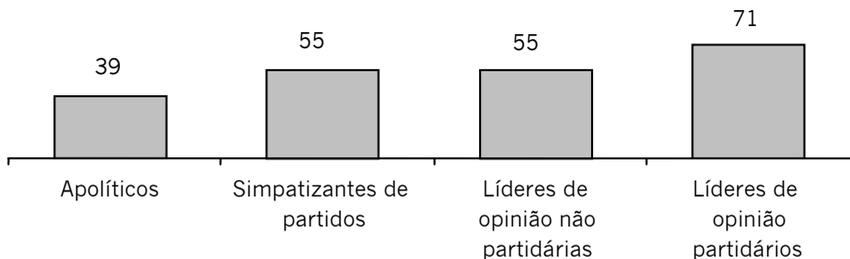
PRINCIPAIS COLIGAÇÕES

(em %)



considerando o "índice de mobilização política":

(em %)

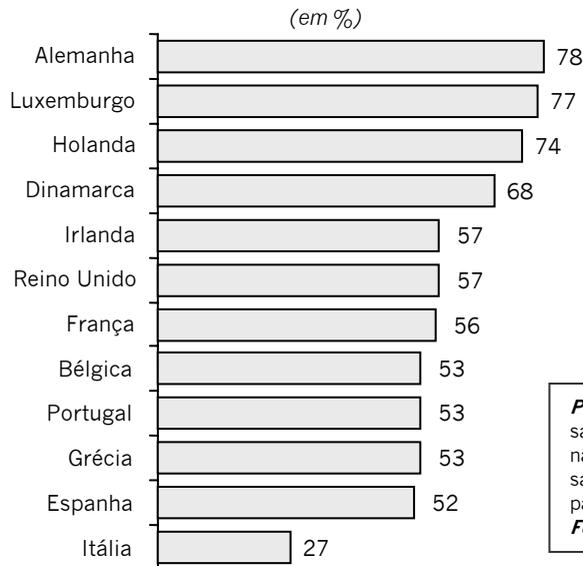


Pergunta: Vamos considerar a idéia de democracia sem pensar nas democracias existentes. Em princípio você é contra ou a favor a idéia de democracia?

Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Satisfação com a democracia no próprio país

Quantos estão “muito satisfeitos” ou “razoavelmente satisfeitos” com a democracia em seu país?

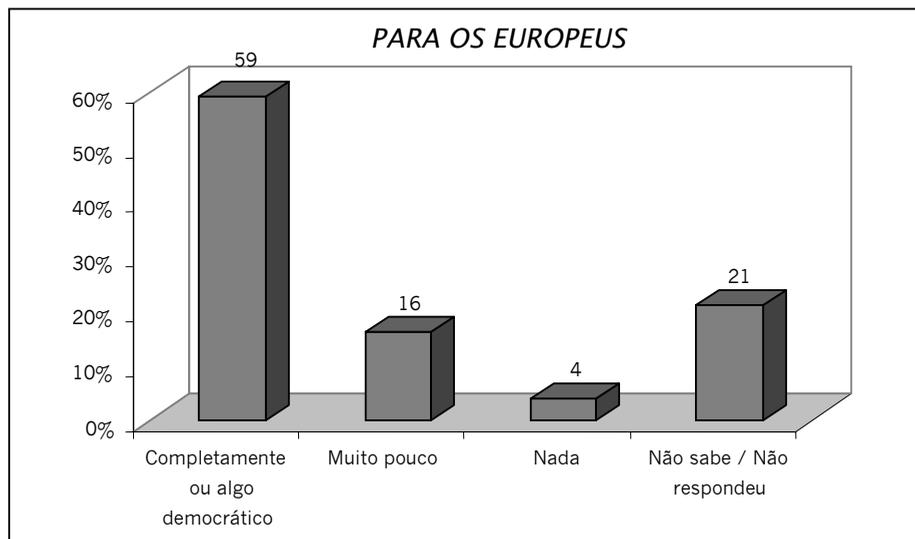


Pergunta: No geral, você está muito satisfeito, razoavelmente satisfeito, não muito satisfeito ou totalmente satisfeito com a democracia em seu país?

Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31

A democracia na Comunidade Européia

Opinião sobre o quanto a Comunidade Européia é democrática

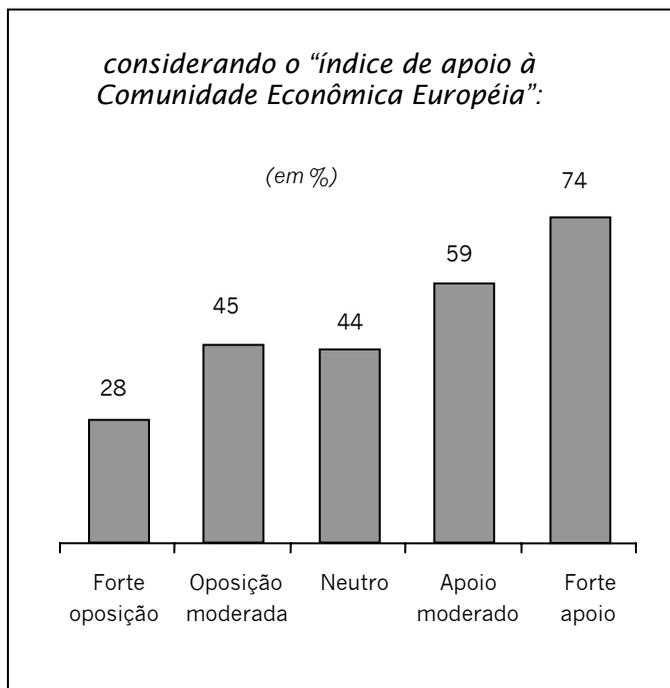
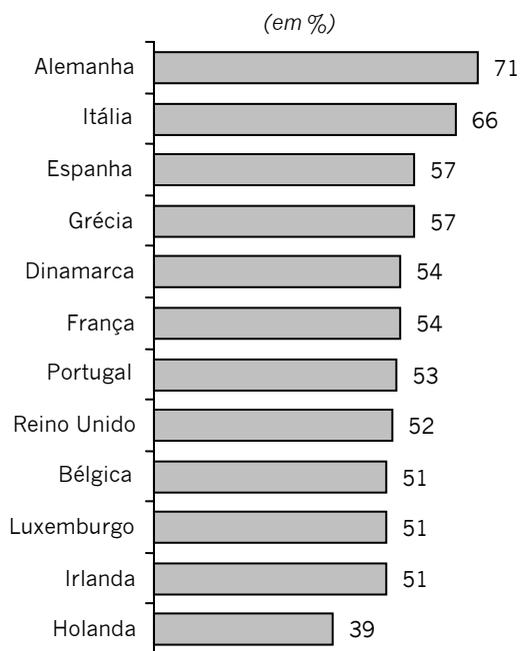


Pergunta: O quanto você acha que a Comunidade Européia é democrática?

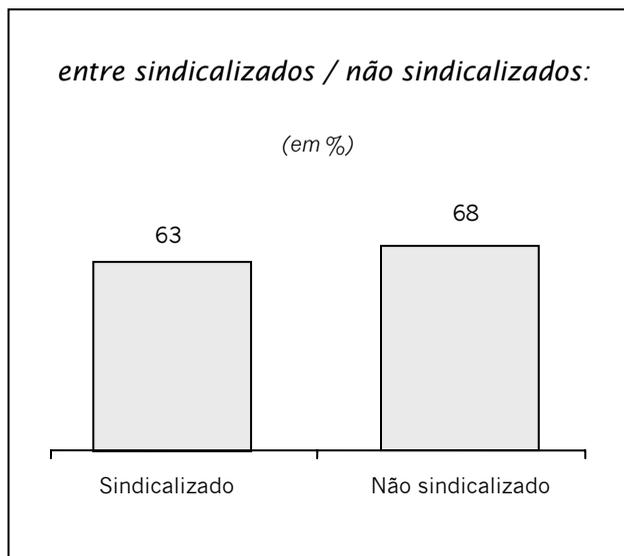
Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Quantos consideram a Comunidade Européia "completamente" ou "algo democrática"?

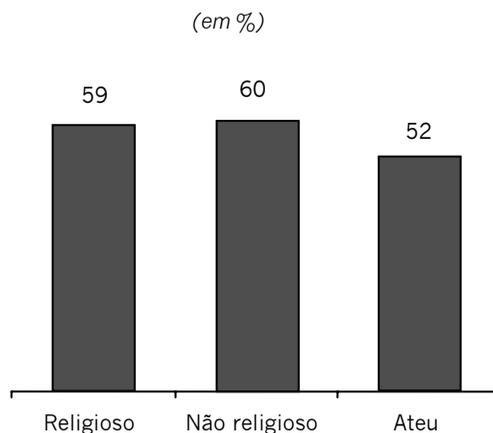
entre os membros da Comunidade Européia:



entre sindicalizados / não sindicalizados:



entre religiosos / não religiosos:

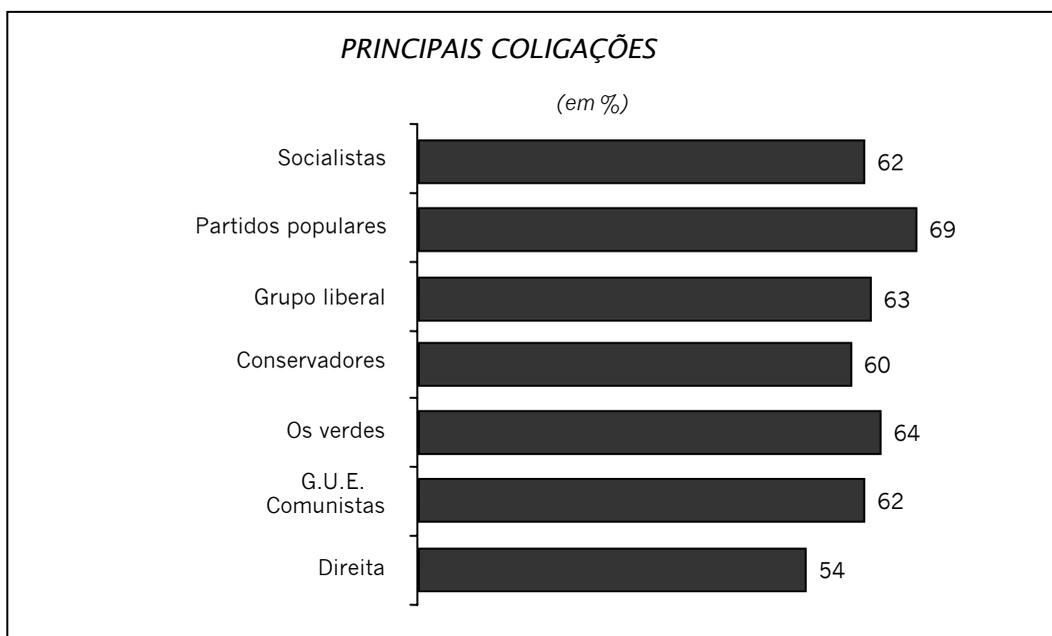


Pergunta: O quanto você acha que a Comunidade Européia é democrática?

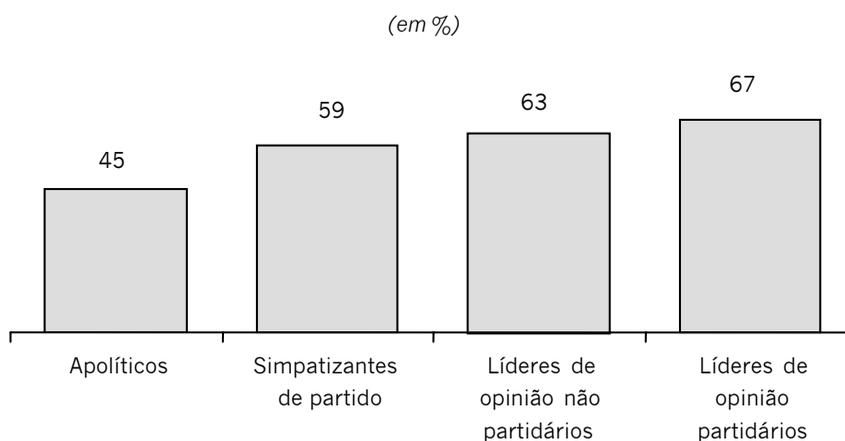
Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Quantos consideram a Comunidade Européia “completamente” ou “algo democrática”? (continuação)

considerando o “índice de preferência partidária no Parlamento Europeu”:



considerando o “índice de mobilização política”:



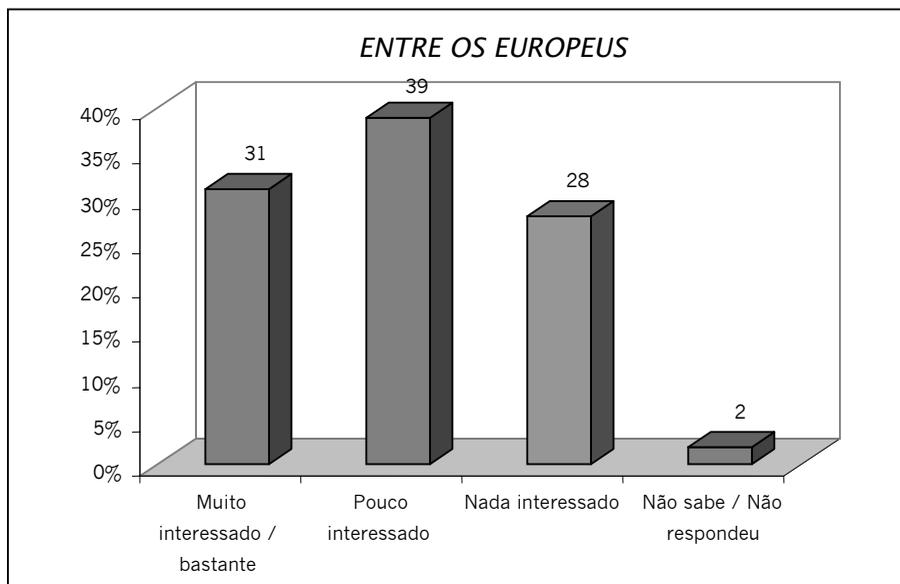
Pergunta: O quanto você acha que a Comunidade Européia é democrática?

Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

As eleições para o Parlamento Europeu – 1989

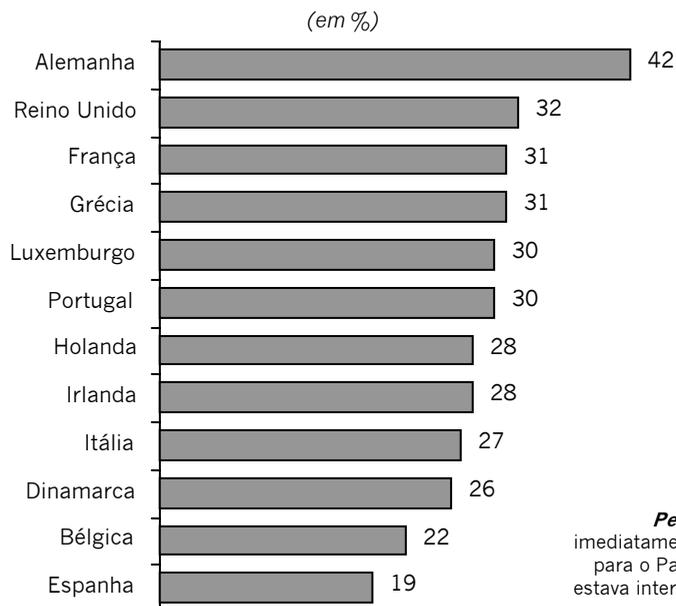
--- Pesquisa pós-eleitoral ---

Interesse pelas eleições para o Parlamento Europeu



Quantos estavam “muito” ou “bastante interessados” pelas eleições?

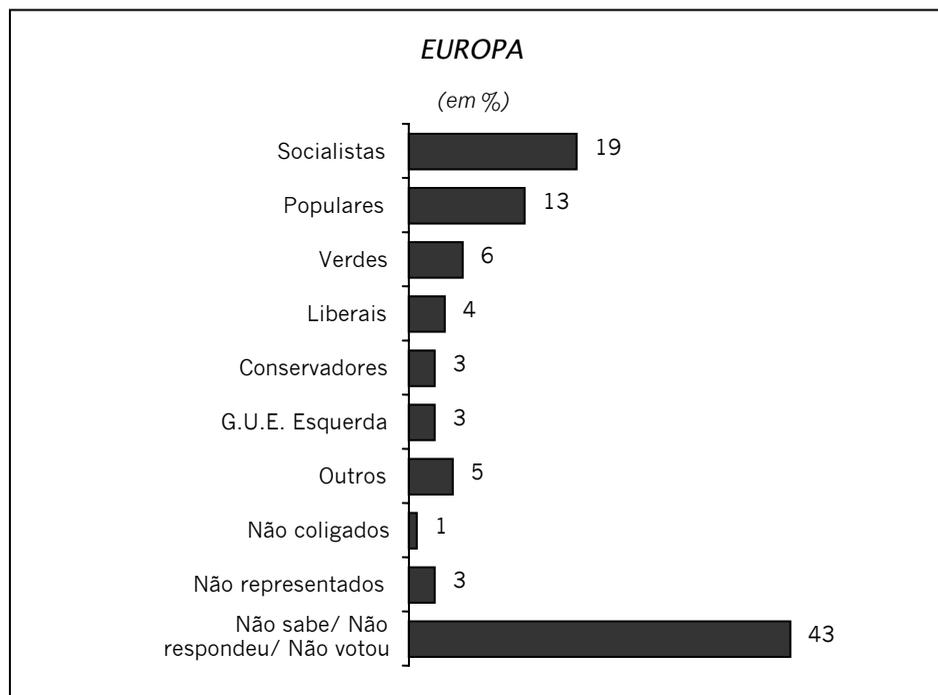
entre os membros da Comunidade Européia:



Pergunta: Lembrando-se do período imediatamente anterior às eleições ocorridas para o Parlamento Europeu, o quanto você estava interessado durante a campanha para estas eleições?

Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Escolha partidária nas eleições do Parlamento Europeu de 1989



Escolha partidária nas eleições do Parlamento Europeu de 1989

entre os membros da Comunidade Européia (em %):

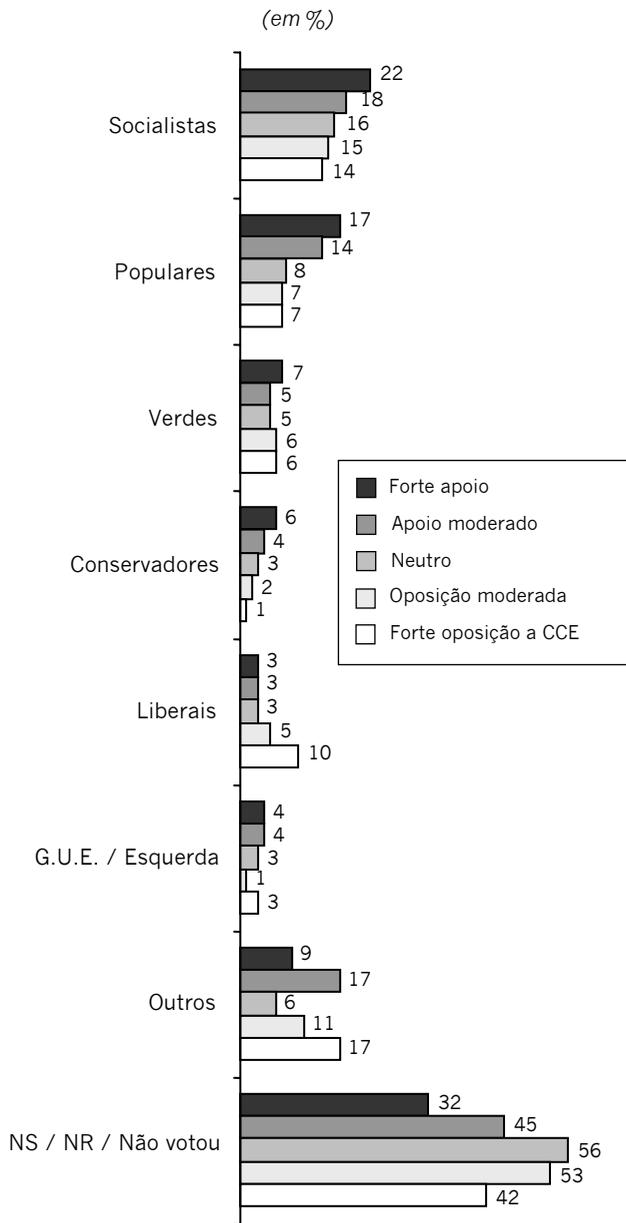
País	Grupos							
	Socialistas	Populares	Verdes	Liberais	Conservadores	G.U.E. Esquerda	Outros	Não sabe/ não respondeu/ não votou
França	13	5	7	9			15	51
Bélgica	22	14	12	13			2	37
Holanda	22	18	6	16				38
Alemanha	29	23	7	3			5	33
Itália	11	23	9	4		16	3	34
Luxemburgo	23	24		8			2	33
Dinamarca	12	5		10	9	6	15	43
Irlanda	7	17		9			29	29
Reino Unido	17	3	7		14		10	49
Grécia	26	26					5	33
Espanha	24	6	1	4		3	6	56
Portugal	14	4		19			6	57

Pergunta: Recodificação da questão "Qual partido você votou na recente eleição europeia?" de acordo com os grupos dentro do Parlamento Europeu

Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Escolha partidária nas eleições do Parlamento Europeu de 1989 (continuação)

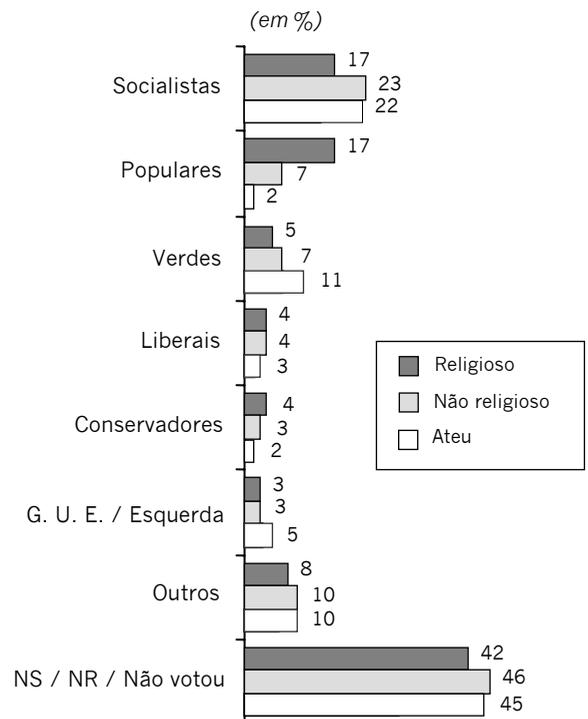
considerando o "índice de apoio à Comunidade Econômica Européia":



entre sindicalizados / não sindicalizados:



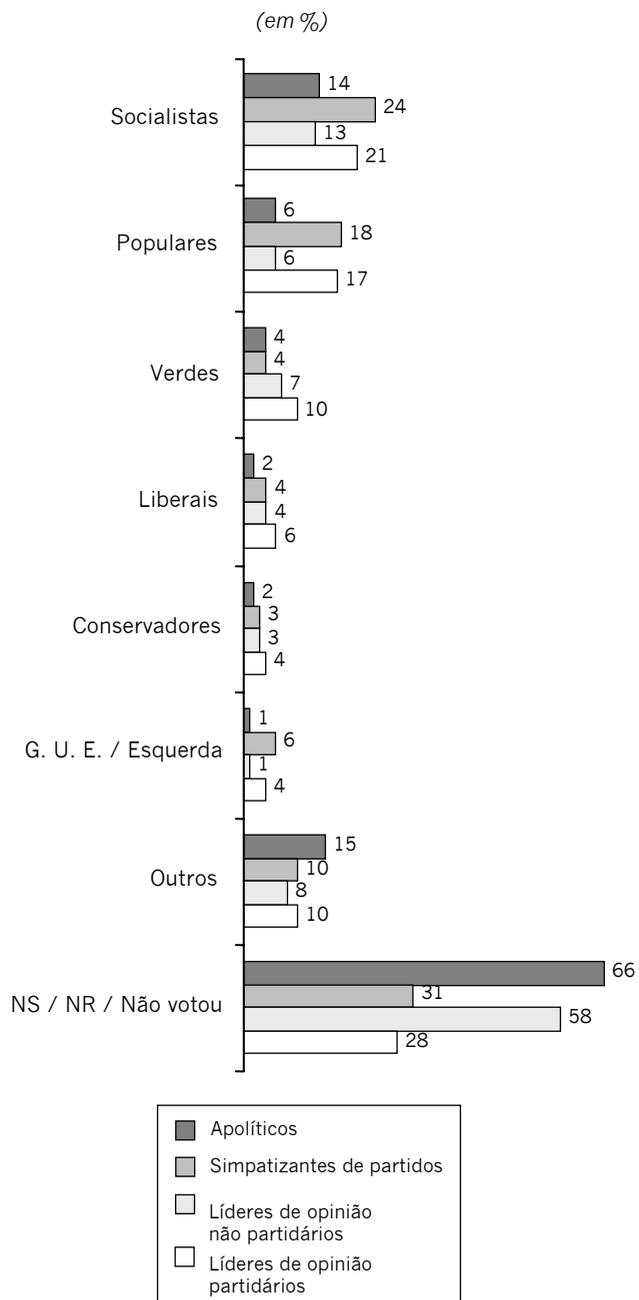
entre religiosos / não religiosos:



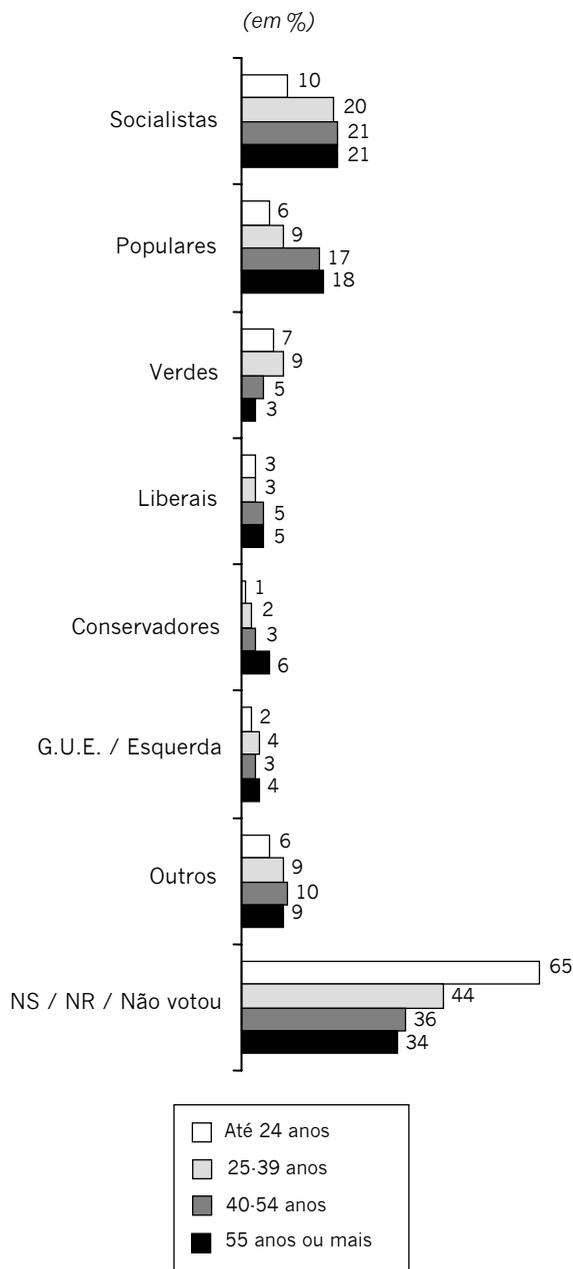
Pergunta: Recodificação da questão "Qual partido você votou na recente eleição européia?" de acordo com os grupos dentro do Parlamento Europeu
Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Escolha partidária nas eleições do Parlamento Europeu de 1989 (continuação)

considerando o "índice de mobilização política":

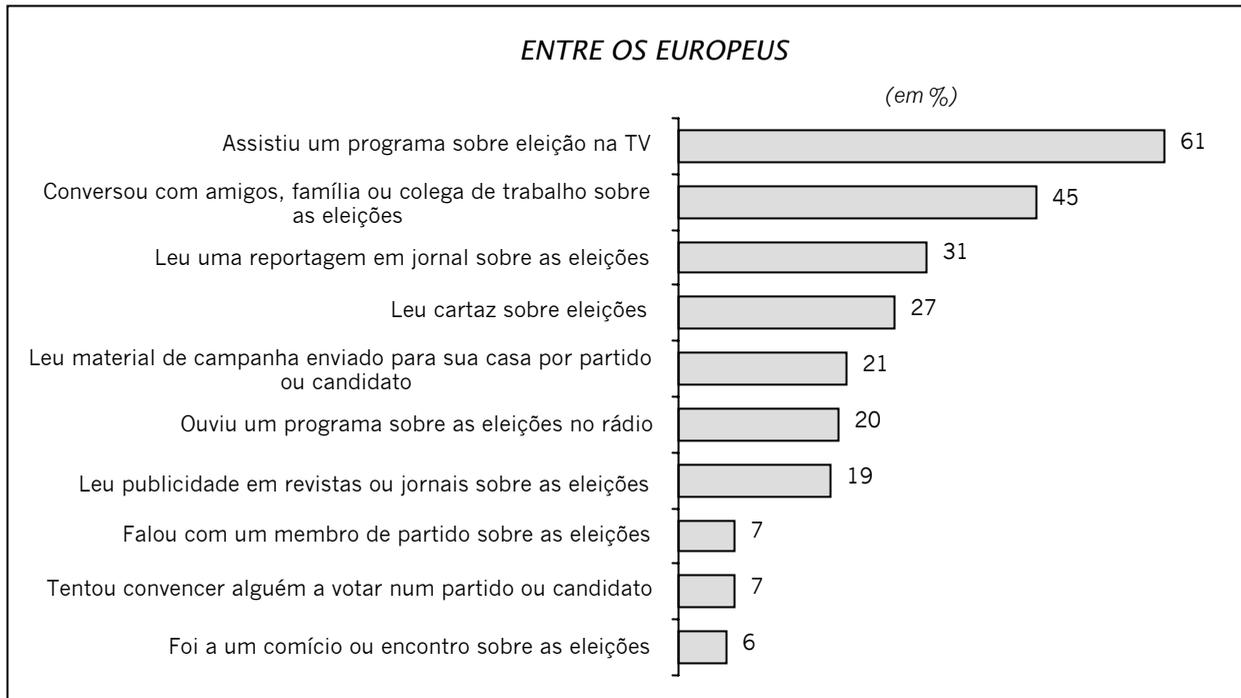


considerando a faixa etária:



Pergunta: Recodificação da questão "Qual partido você votou na recente eleição europeia?" de acordo com os grupos dentro do Parlamento Europeu
 Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Formas de socialização e envolvimento políticos pré-eleitorais

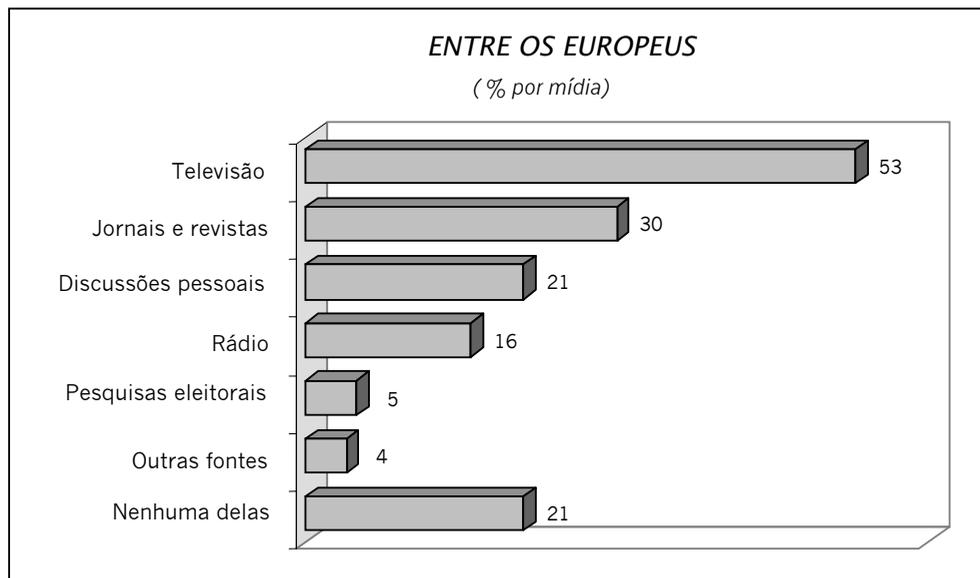


Pergunta: Entre as seguintes atividades, quais você fez durante duas ou três semanas antes das eleições europeias?

Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Obs.: Respostas múltiplas, soma ultrapassa 100%

Fontes de informação política consideradas para a decisão eleitoral



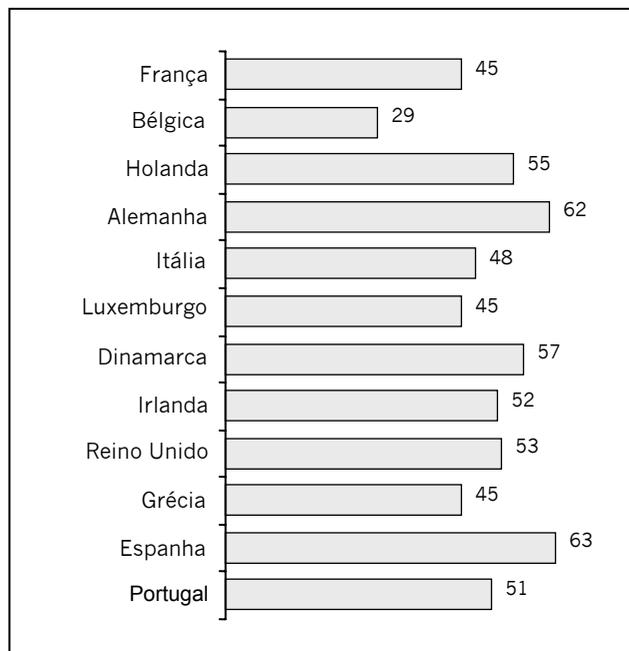
Pergunta: Qual das seguintes fontes de informações você considera mais útil para a formação de sua decisão nas eleições?

Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

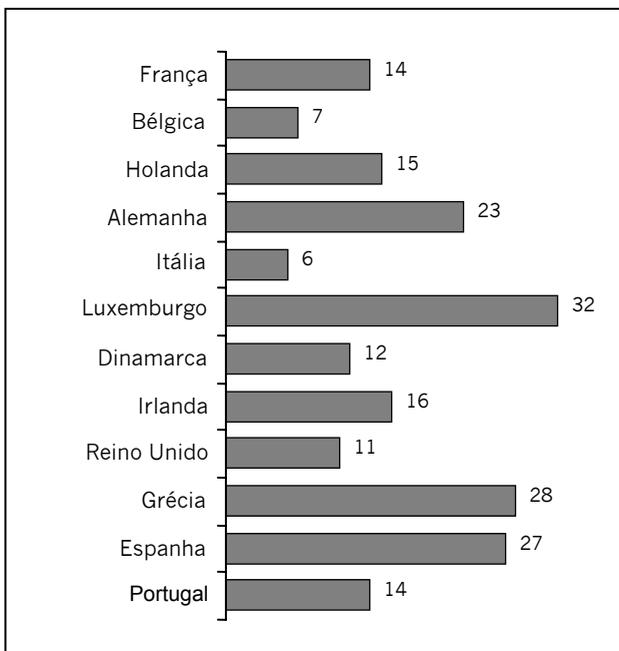
Obs.: Respostas múltiplas, soma ultrapassa 100%

Os principais meios de comunicação como fonte de informação política entre os países membros da Comunidade Européia (em %)

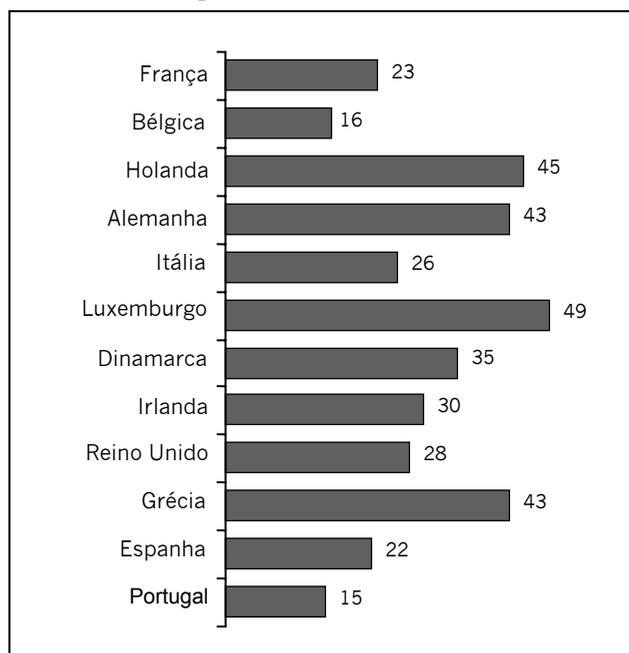
TELEVISÃO:



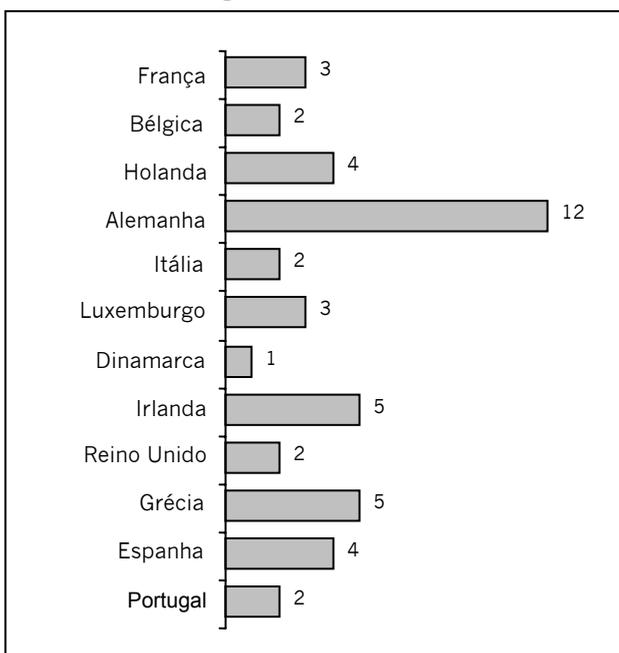
RÁDIO:



JORNALIS E REVISTAS:



PESQUISAS ELEITORAIS:



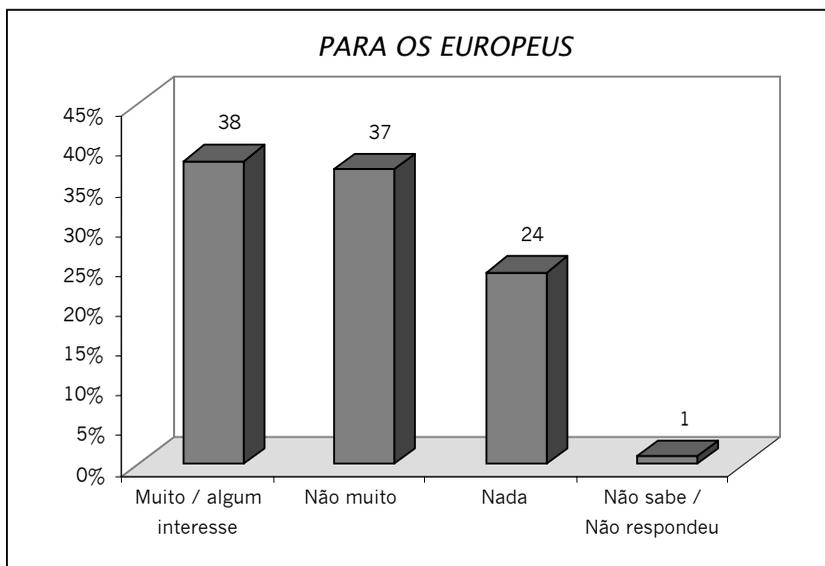
Pergunta: Qual das seguintes fontes de informações você considera mais útil para a formação de sua decisão nas eleições?

Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Obs.: Respostas múltiplas, soma ultrapassa 100%

Opiniões sobre a Comunidade Européia

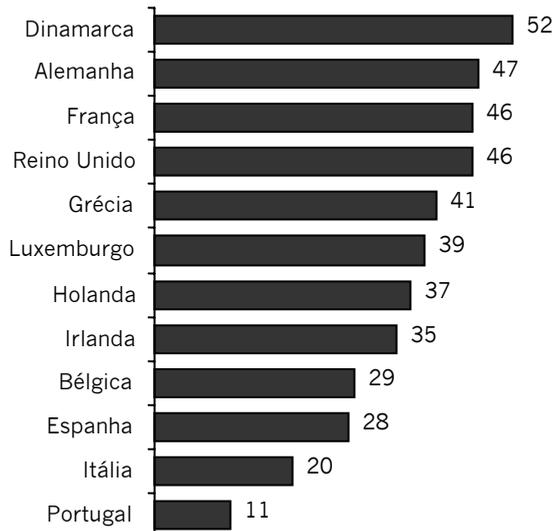
Grau de interesse por políticas relacionadas à Comunidade Européia



Quantos têm “muito” ou “algum interesse” por políticas relacionadas à Comunidade Européia?

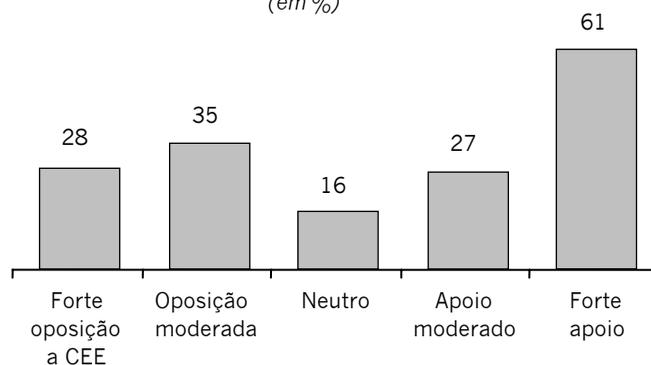
entre os membros da Comunidade Européia:

(em %)



considerando o “índice de apoio à Comunidade Econômica Européia”:

(em %)

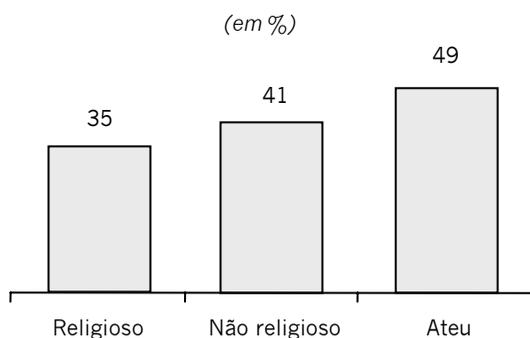


Pergunta: Quanto às questões relacionadas à Comunidade Européia, o quanto você diria que está interessado nas políticas concebidas para a Comunidade Européia?

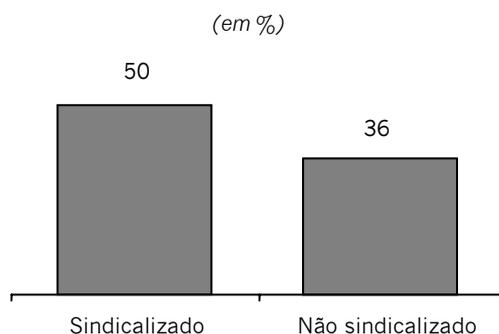
Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31A

Quantos têm “muito” ou “algum interesse” por políticas relacionadas à Comunidade Européia? (continuação)

entre religiosos / não religiosos:

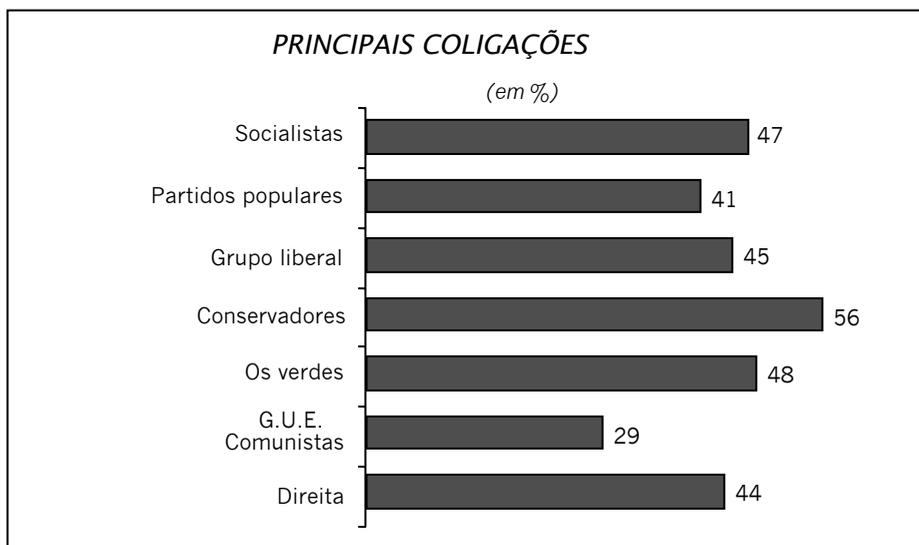


entre sindicalizados / não sindicalizados:

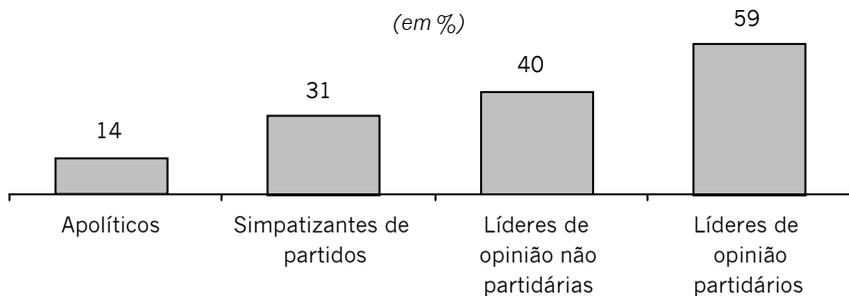


considerando o “índice de preferência partidária no Parlamento Europeu”:

PRINCIPAIS COLIGAÇÕES



considerando o “índice de mobilização política”:



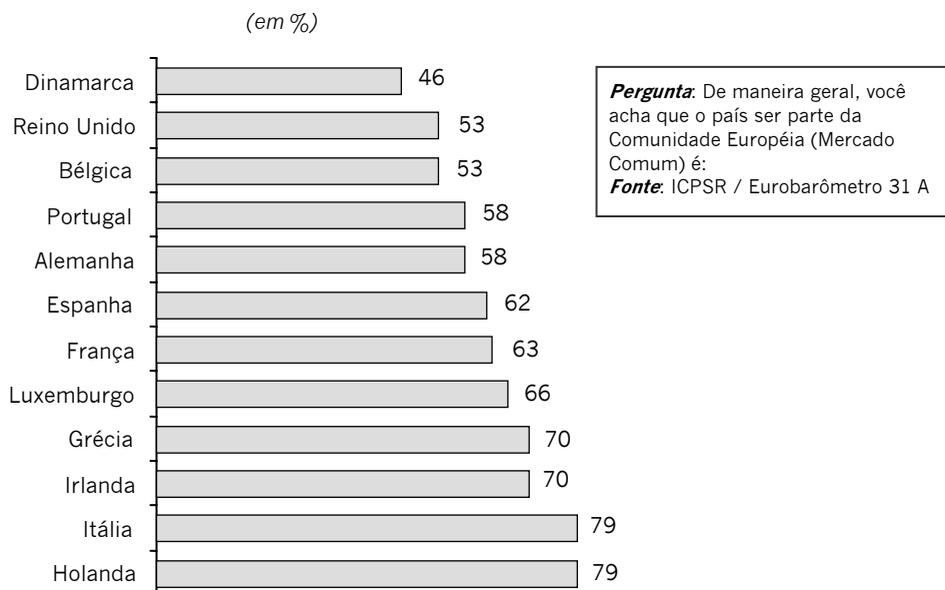
Pergunta: Quanto às questões relacionadas à Comunidade Européia, o quanto você diria que está interessado nas políticas concebidas para a Comunidade Européia?

Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31A

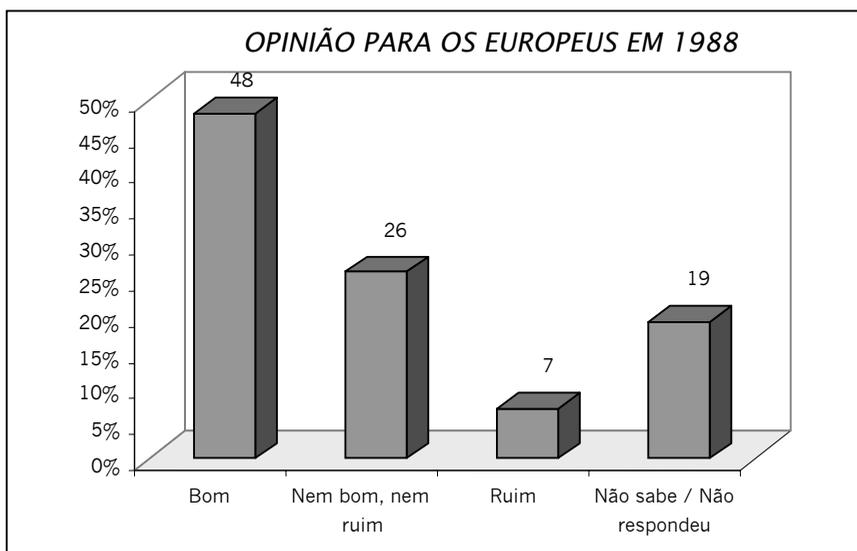
O Mercado Comum Europeu

Opinião sobre a participação do próprio país na Comunidade Européia

Quantos consideram "bom" o próprio país ser membro da Comunidade Européia?



Opinião sobre o Mercado Comum Europeu criado em 1992

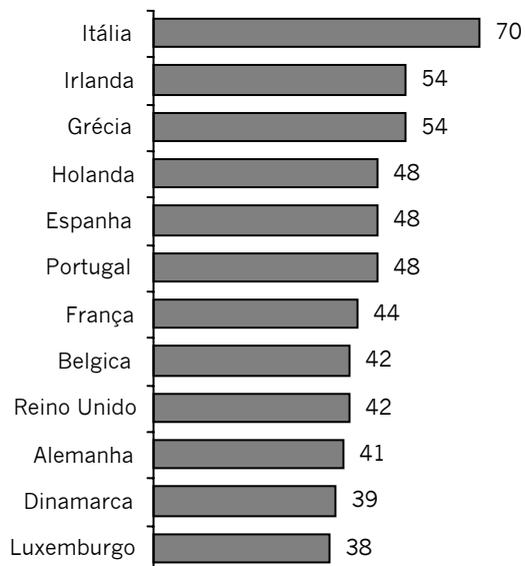


Pergunta: De maneira geral, você acha que a criação do Mercado Comum Europeu em 1992 será:

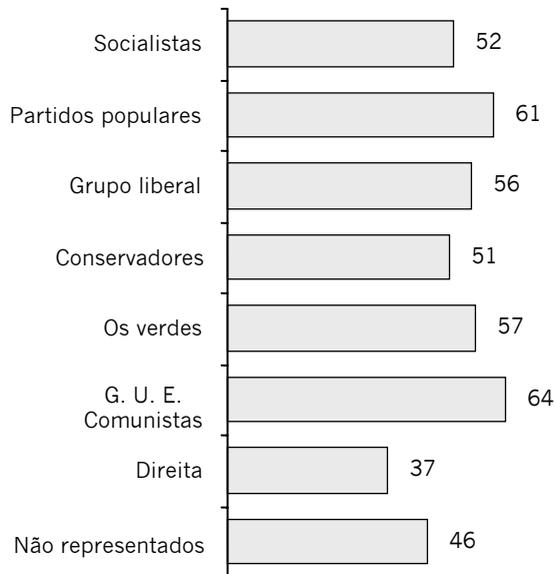
Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Quantos consideram "boa" a criação do Mercado Comum Europeu?

entre os membros da Comunidade
Européia:
(em %)



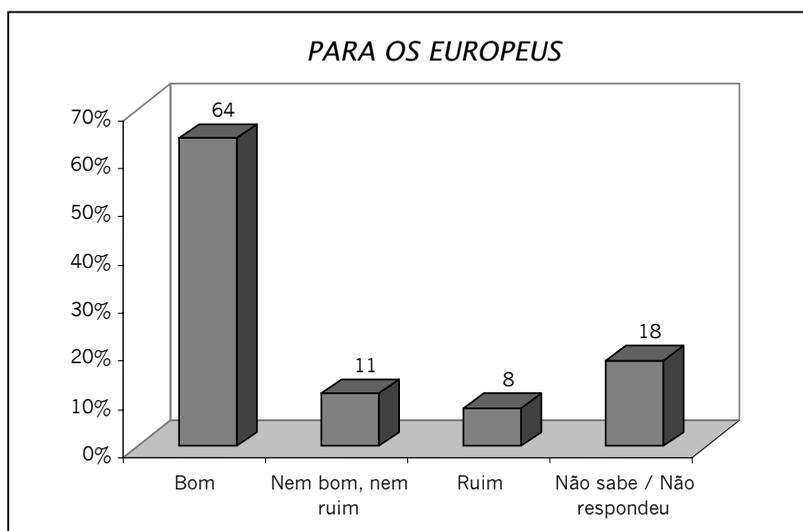
considerando o "índice de preferência
partidária no Parlamento Europeu" de 1988:
(em %)



Pergunta: De maneira geral, você acha que a criação do Mercado Comum Europeu em 1992 será:

Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Opinião sobre a unificação dos direitos sociais na Comunidade Européia

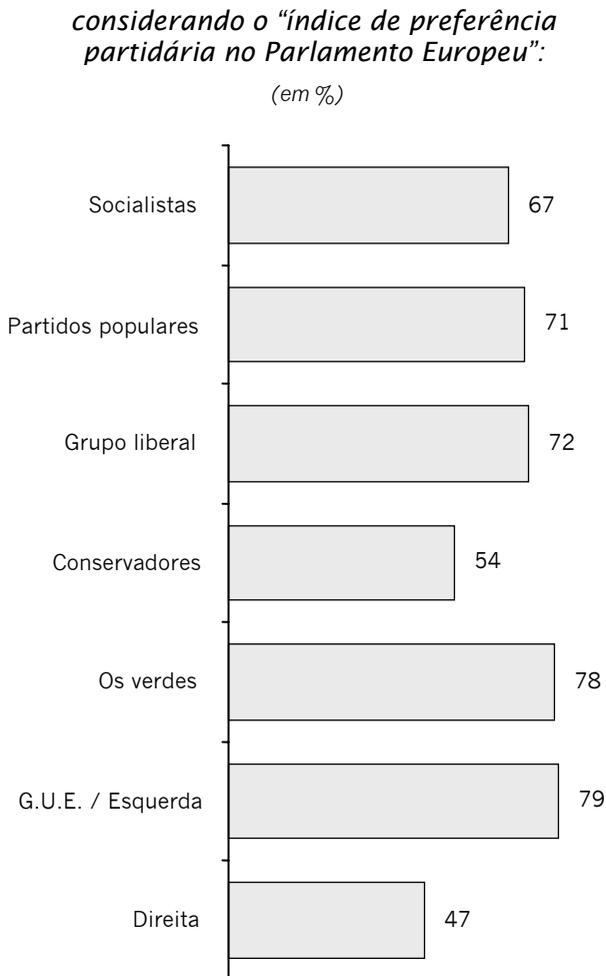
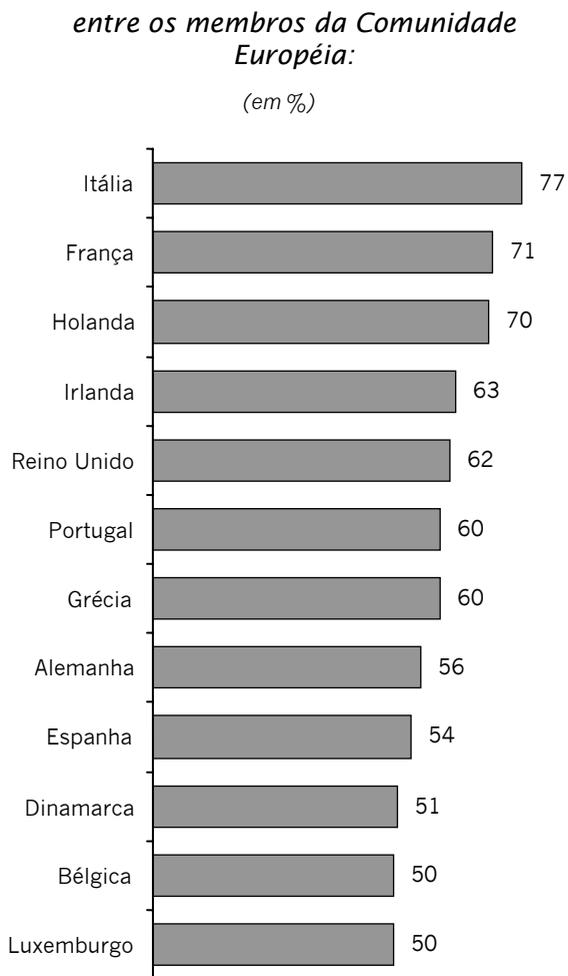


Pergunta: Tem sido falado sobre a adoção de direitos sociais básicos para a Comunidade Européia como um todo, ou seja, um conjunto de regras comuns a todos os países membros para questões relacionadas a direitos e responsabilidades de trabalhadores e empregadores. Você acha que isso será:

Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

**Opinião sobre a unificação dos direitos sociais na Comunidade
Européia (continuação)**

Quantos consideram “boa” a unificação dos direitos sociais?



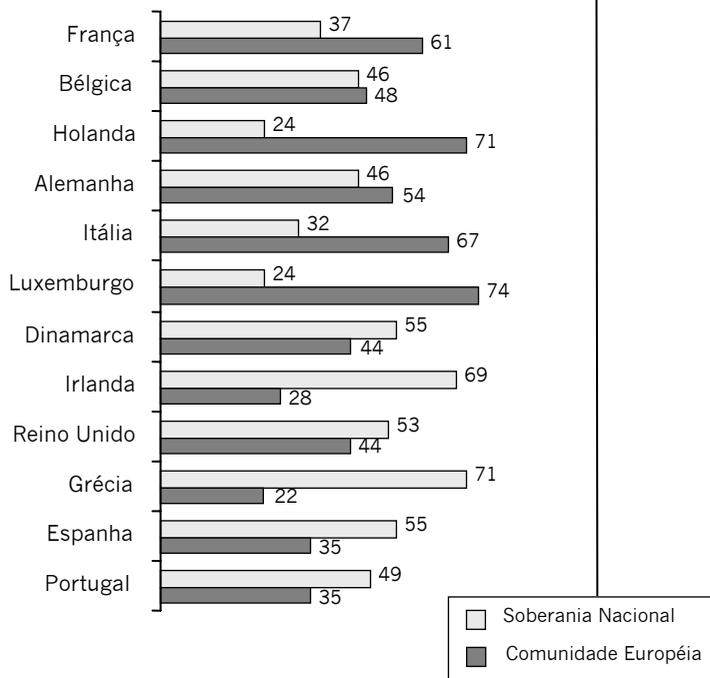
Pergunta: Tem sido falado sobre a adoção de direitos sociais básicos para a Comunidade Européia como um todo, ou seja, um conjunto de regras comuns a todos os países membros para questões relacionadas a direitos e responsabilidades de trabalhadores e empregadores. Você acha que isso será:

Fonte: ICPSR / Eurobarômetro 31 A

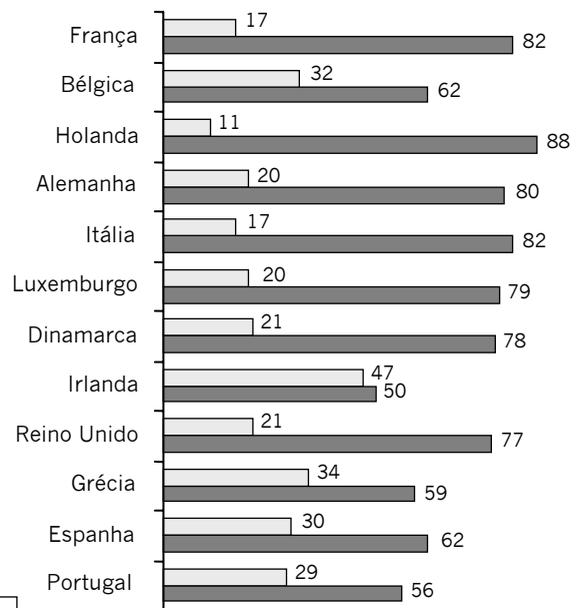
Opinião sobre a unificação política na Comunidade Européia

Favorável à Comunidade Européia ou à Soberania Nacional?

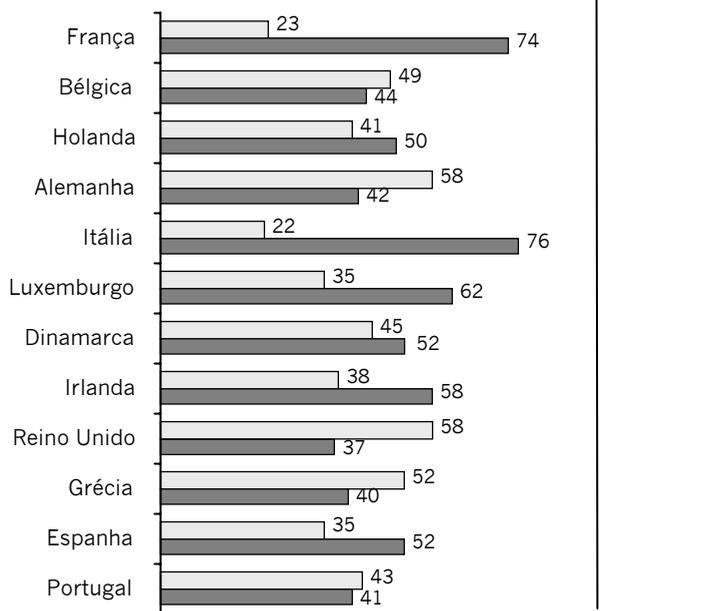
quanto à segurança e defesa (%):



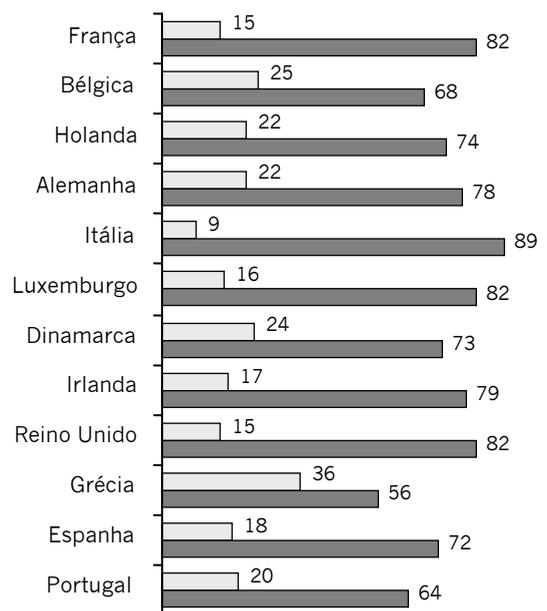
quanto à proteção ao meio ambiente (%):



quanto à moeda única (%):



quanto à cooperação com países em desenvolvimento - Terceiro Mundo (%):

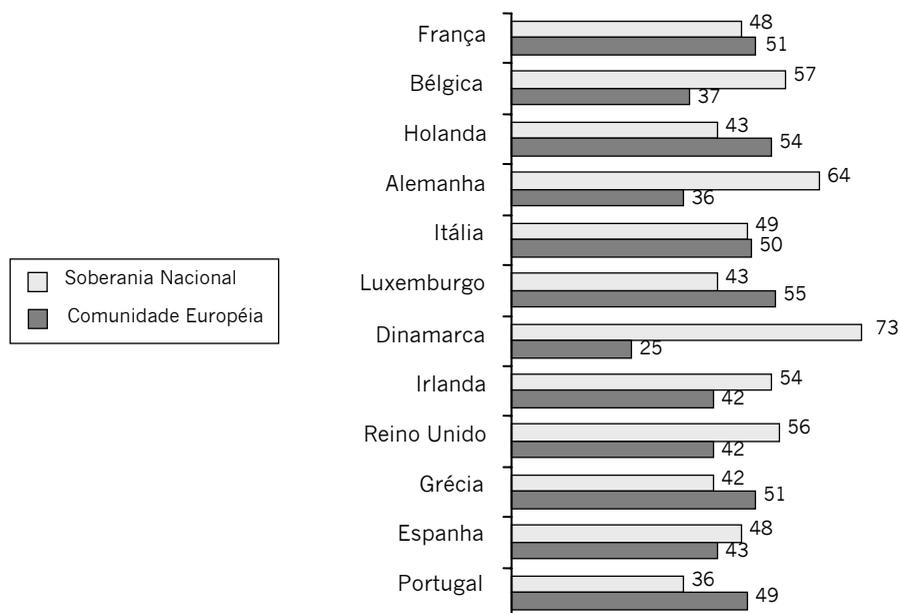


Pergunta: Algumas pessoas acreditam que certas áreas de política devem ser determinadas pelos governos nacionais, enquanto outras áreas devem ser determinadas em comum acordo pela comunidade Européia. Das seguintes políticas públicas, quais você pensa que devem ser determinadas pelos governos e quais devem ser decididas em comum com a Comunidade Européia como um todo?

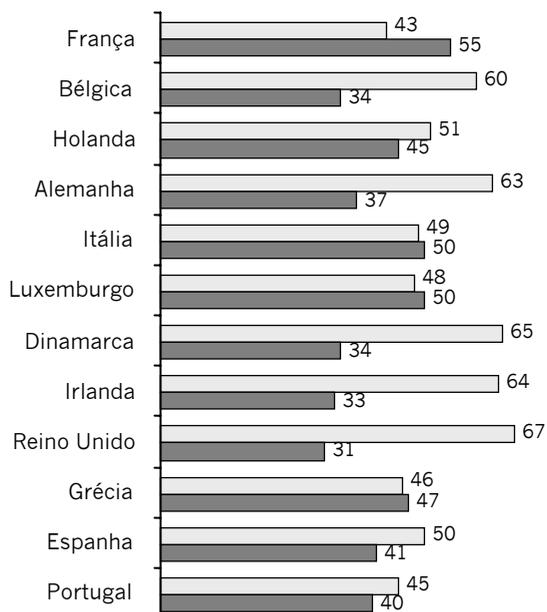
Obs.: As diferenças para 100% correspondem à resposta "não sabe / não respondeu". **Fonte:** ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Opinião sobre a unificação política na Comunidade Européia (continuação)

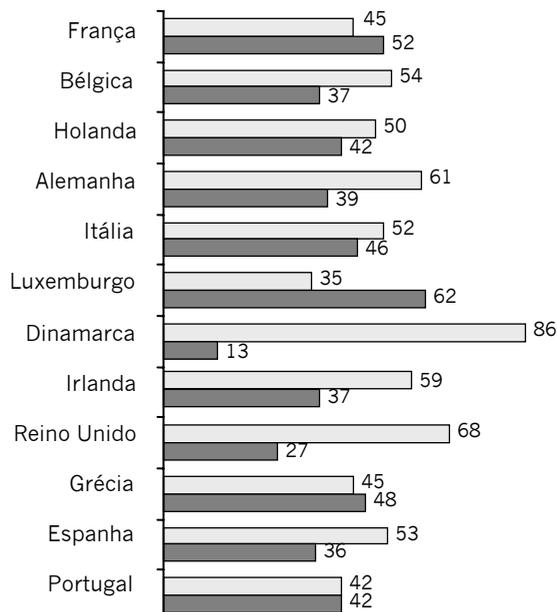
quanto a padrões de saúde e bem-estar social (%):



quanto a padrões de educação (%):



quanto a normas para transmissão de sinais de rádio e TV e para a imprensa (%):

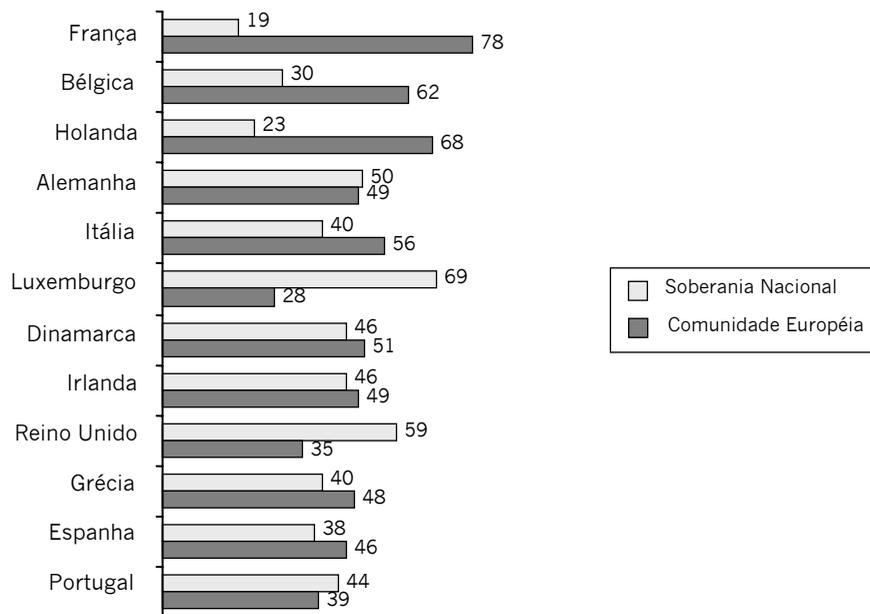


Pergunta: Algumas pessoas acreditam que certas áreas de política devem ser determinadas pelos governos nacionais, enquanto outras áreas devem ser determinadas em comum acordo pela comunidade Européia. Das seguintes políticas públicas, quais você pensa que devem ser determinadas pelos governos e quais devem ser decididas em comum com a Comunidade Européia como um todo?

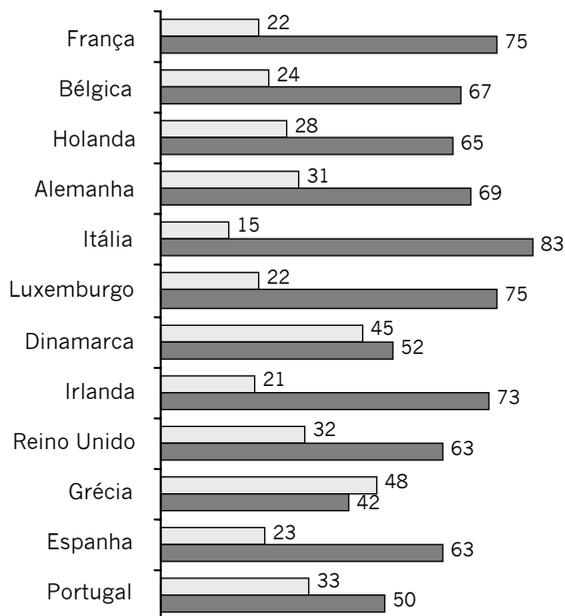
Obs.: As diferenças para 100% correspondem à resposta "não sabe / não respondeu". **Fonte:** ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Opinião sobre a unificação política na Comunidade Européia (continuação)

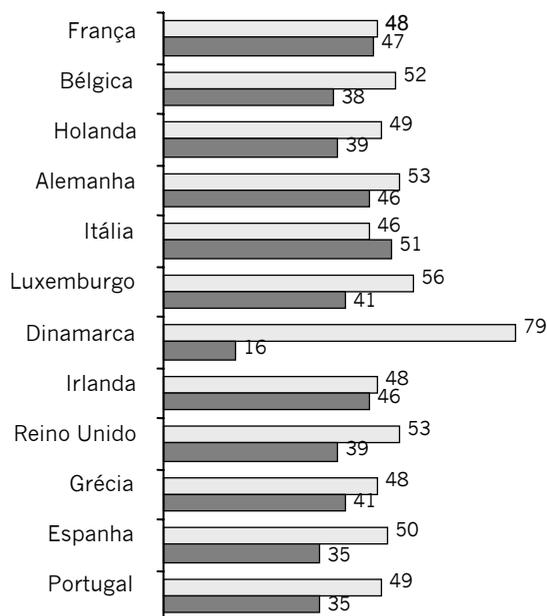
quanto a impostos sobre mercadorias (VAT - Value Added Tax) (%):



quanto à política externa em relação a países externos à Comunidade Européia (%):



quanto a normas para participação de representantes de trabalhadores em conselhos de empresas (%):



Pergunta: Algumas pessoas acreditam que certas áreas de política devem ser determinadas pelos governos nacionais, enquanto outras áreas devem ser determinadas em comum acordo pela Comunidade Européia. Das seguintes políticas públicas, quais você pensa que devem ser determinadas pelos governos e quais devem ser decididas em comum com a Comunidade Européia como um todo?

Obs.: As diferenças para 100% correspondem à resposta "não sabe / não respondeu". **Fonte:** ICPSR / Eurobarômetro 31 A

Índice de preferência partidária no Parlamento Europeu

Recodificação da 'preferência partidária' de acordo com o partido ou lista que o entrevistado votou nas eleições europeias e de acordo com os grupos formados (coligações) dentro do Parlamento Europeu

Coligações	Partidos ou listas que formam as coligações no Parlamento Europeu (% de respostas à questão "partido ou lista que votou")
1. SOCIALISTAS	FRANÇA: Lista do Partido Socialista (13%) BÉLGICA: PS – Partido Socialista Francês; SP – Partido Socialista Flamengo (22%) HOLANDA: Partido Trabalhista / Socialistas Europeus (22%) ALEMANHA: SPD – Partido Social Democrata Alemão (29%) ITÁLIA: PSI – Partido Socialista Italiano; PSDI – Partido Socialista Democrático Italiano (11%) LUXEMBURGO: LSAP / POSL – Partido dos Trabalhadores Socialistas (23%) DINAMARCA: Partido Social Democrático (12%) IRLANDA: Partido Trabalhista (7%) GRÃ-BRETANHA: Partido Trabalhista (18%) IRLANDA DO NORTE: Partido Trabalhista; SDLP – Partido Social Democrático (13%) GRÉCIA: PA.SO.K. – Partido do Movimento Pan-helénico (26%) ESPANHA: PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol (24%) PORTUGAL: PS – Partido Socialista (14%)
2. POPULARES	FRANÇA: Lista do Centro pela Europa (5%) BÉLGICA: CVP – Partido Flamengo Popular Cristão; PSC – Partido Social Cristão Francês (13%) HOLANDA: CDA – Democracia Cristã / Partido Popular Europeu (18%) ALEMANHA: CDU /CSU – União Democrática Cristã / União Social Cristã (23%) ITÁLIA: DC – Democracia Cristã (23%) LUXEMBURGO: CSV / PCS – Partido Social Cristão (24%) DINAMARCA: Centro Democrata (4%) IRLANDA: Fine Gael – Partido Irlanda Unida (17%) IRLANDA DO NORTE: Partido da Unidade do Reino Unido e Irlanda (13%) GRÉCIA: Nova Democracia (26%) ESPANHA: PP – Partido Popular; PAR – Partido Aragonês Regionalista; UPN – União do Povo Navarros (6%) PORTUGAL: CDS – Centro Democrático Social (4%)
3. LIBERAIS	FRANÇA: RPR·UDF – Lista da União (9%) BÉLGICA: PVV – Partido Liberal Flamengo; PRL – Partido Liberal Reformista (4%) HOLANDA: VVD – Partido Popular pela Liberdade e Democracia / Partido Liberal Europeu; D'66 – Democratas '66 (16%) ALEMANHA: FDP – Partido Democrático Livre (3%) ITÁLIA: PLI / PRI / PDE – Partido Liberal Italiano / Partido Republicano Italiano / Partido Federalista (4%) LUXEMBURGO: Partido Democrático; Liberal (8%) IRLANDA: Democrata Progressista; Independentes (9%) ESPANHA: CDS – Centro Democrático e Social; CIU – Partido da Convergência Sindical (4%) PORTUGAL: PSD – Partido Social Democrata (18%)
4. CONSERVADORES	DINAMARCA: Partido Conservador (9%) GRÃ-BRETANHA: Partido Conservador (18%) IRLANDA DO NORTE: Partido Social Democrata (1%)
5. VERDES	FRANÇA: Lista dos Verdes (7%) BÉLGICA: Ecologistas (11%) HOLANDA: Partido Político Radical; Partido Socialista Pacifista; Partido Comunista Holandês; Partido Popular Evangélico; Independentes (6%) ALEMANHA: Verdes (7%) ITÁLIA: Democracia Proletária; Lista Verde; Arco-íris-Verdes pela Europa; Contra Proibição de Drogas (9%) GRÃ-BRETANHA: Partido Verde (9%) ESPANHA: CIP – Coalizão Esquerda dos Povos; Esquerda Basca; Esquerda Galega; União do Povo de Valência; Partido Socialista de Mallorca; ENTESA – Coalizão Popular de Esquerda (1%)

(continuação)

Coligações	Partidos ou listas que formam as coligações no Parlamento Europeu (% de respostas à questão "partido ou lista que votou")
6. G.U.E. – ESQUERDA	ITÁLIA: PCI – Partido Comunista Italiano (16%) DINAMARCA: Partido Socialista Popular (6%) GRÉCIA: Partido Comunista Grego; Esquerda Renovada (*) ESPANHA: IU – Esquerda Unida (3%)
7. R.D.E	FRANÇA: RPR / UDF – Lista da União (7%) IRLANDA: Fianna Fail – Partido Republicano (29%) GRÉCIA: DI-ANA – Renovação Democrática (*)
8. DIREITA	FRANÇA: Frente Nacional (3%) BÉLGICA: Bloco Flamengo (1%) ALEMANHA: Partido Republicano (4%)
9. C.G.	FRANÇA: Lista do Partido Comunista (2%) IRLANDA: Partido dos Trabalhadores (5%) GRÉCIA: Aliança da Esquerda e do Progresso (12%) PORTUGAL: CDU – Coalizão Democrática Unitária (5%)
10. GRUPO ARCO-ÍRIS	BÉLGICA: União Popular (2%) ITÁLIA: Liga Lombarda Aliança do Norte; Federalista (1%) DINAMARCA: <i>Folkebevaegelsen MOB EF</i> (10%) ESPANHA: Coalizão Européia dos Povos; Solidariedade Basca; Esquerda Republicana da Catalunha; Partido Nacionalista Galego (*)
11. INDEPENDENTE	HOLANDA: Reformistas (2%) ITÁLIA: Movimento Social Italiano (3%) GRÃ-BRETANHA: Nacionalistas (1%) IRLANDA DO NORTE: Partido Democrático Sindicalista (10%) ESPANHA: Coalizão Nacionalista; Partido Nacionalista Vasco; Coalizão Galega / Pancel / Associação Independente Canária; Partido Andalucista (2%)
12. NÃO REPRESENTADOS NO PARLAMENTO EUROPEU	FRANÇA: Lista Apolítica para a Proteção dos Animais e do Meio Ambiente; Lista da Aliança; Lista da Caça, Pesca, Tradição; Lista pela Europa para os Trabalhadores e para a Democracia; Lista da Geração Europa; Lista da Luta Operária; Lista do Movimento de Renovação Comunista; Outros (4%) BÉLGICA: Frente Francophone (Língua Francesa); União Democrática pelo Respeito ao Trabalho; Outros (2%) HOLANDA: Partido Socialista; Centro Democrático, Outros (1%) ALEMANHA: SPD – Partido Democrático Ecológico; Centro Cristão; Comunismo Alemão; União Popular Alemã; Partido Humanista; Nova Consciência; Partido Holístico e Esotérico; Outros (2%) ITÁLIA: Pensionistas (*) LUXEMBURGO: Partido Comunista; Partido Verde Alternativo; Iniciativa Verde Ecológica; Aliança Alternativa Verde; Movimento Nacional; Socialista Revolucionário (12%) DINAMARCA: Liberal Radical; Popular Cristão; Progressista; Outros (5%) IRLANDA: Ala Política do Exército Irlandês; Partido Verde (3%) GRÃ-BRETANHA: Social e Liberal Democrata; Social Democrata; Outros (5%) IRLANDA DO NORTE: Outros Sindicalistas; Aliança; Ala Política do Exército Irlandês; Trabalhadores (12%) GRÉCIA: Epen; Outros (4%) ESPANHA: PSOE – Partido dos Trabalhadores da Espanha; Unidade Comunista; Federação dos Partidos Regionalistas; União Valenciana; União Mallorquina; Partido Regionalista Cantabro; Extremista Unido; Outros (3%) PORTUGAL: Movimento Democrático Português; União Democrática Popular; Partido da Democracia Cristã; Partido Popular Monárquico; Outros (2%)

A diferença para 100% na soma dos percentuais entre cada país correspondente às repostas "não votou / não sabe / não respondeu".

(*) menos de 1%

Índice de apoio à Comunidade Econômica Européia

Recodificação das seguintes questões:

Q.268. De maneira geral, você acha que o seu país ser membro da Comunidade Européia (Mercado Comum) é: 1. bom; 2. nem bom, nem ruim; 3. ruim; 0. não sabe / não respondeu

Q.270. Supondo que amanhã você ficasse sabendo que a Comunidade Européia foi desfeita, você: 1. lamentaria muito; 2. ficaria indiferente; 3. ficaria aliviado; 0. não sabe / não respondeu

Sendo:

FORTE OPOSIÇÃO:	Código 3 na Q.268 e 3 na Q.270
OPOSIÇÃO MODERADA:	Código 0 ou 2 na Q. 268 e na Q.270; ou código 3 na Q.268 e 0 ou 2 na Q.270
NEUTRO:	Código 0 ou 2 na Q.268 e 0 ou 2 na Q.270; ou código 1 na Q.268 e 3 na Q.270; ou código 3 na Q.268 e 1 na Q.270
APOIO MODERADO:	Código 0 ou 2 na Q.268 e 1 na Q.270; ou código 1 na Q.268 e 0 ou 2 na Q.270
FORTE APOIO:	Código 1 na Q.268 e 1 na Q.270

Índice de mobilização política

Recodificação das seguintes questões / variáveis:

V.697. Índice de mobilização cognitiva (*): 1. o mais baixo nível; 2. próximo ao mais baixo nível; 3. nível médio; 4. próximo ao mais alto nível; 5. o mais alto nível.

Q.378. Você se considera próximo de algum partido político? Se sim, você se considera: 1. muito próximo; 2. bastante próximo; 3. apenas um simpatizante; 4. não é próximo de nenhum partido; 0. não sabe / não respondeu

Sendo:

APOLÍTICOS:	Código 1 ou 2 na V.697 e 4 ou 0 na Q.378
SEGUIDORES DE PARTIDOS:	Código 1 ou 2 na V.697 e 1 a 3 na Q.378
LÍDERES DE OPINIÃO NÃO PARTIDÁRIOS:	Código 3 a 5 na V.697 e 4 ou 0 na Q.378
LÍDERES DE OPINIÃO PARTIDÁRIOS:	Código 3 a 5 na V.697 e 1 a 3 na Q.378

(*) **V.697** é resultado da recodificação das seguintes questões/variáveis:

Q.130. Quando você está junto de seus amigos, você diria que vocês discutem questões políticas: 1. sempre; 2. de vez em quando; 3. nunca; 0. não sabe / não respondeu

Q.436. Idade do respondente: 15.....94 (15 anos a 94 anos são as respostas possíveis)

V.655. Faixa etária do respondente quando completou sua educação (full-time - secundária?): 1. até 15 anos; 2. 16 a 19 anos; 3. 20 anos ou mais; 4. ainda está estudando

Sendo os seguintes os níveis de mobilização cognitiva:

O MAIS BAIXO NÍVEL:	Código 0 ou 3 na Q.130 e, ou (i) 1 na V.655 ou (ii) 4 na V.655, e 15 na Q.436
PRÓXIMO AO MAIS BAIXO NÍVEL:	Código 0 ou 3 na Q.130 e, ou (1) 2 na V.655 ou (ii) 4 na V.655, e 20 ou mais na Q.436; ou código 2 na Q.130 e, ou (i) 1 na V.655 ou (ii) 4 na V.655 e 15 na Q.436
NÍVEL MÉDIO	Código 0 ou 3 na Q.130 e, ou (i) 2 na V.655 ou (ii) 4 na V.655, e 20 ou mais na Q.436; ou código 2 na Q.130 e, ou (i) 2 na V.655 ou (ii) 4 na V.655, e 16 e 19 na Q.436
PRÓXIMO AO MAIS ALTO NÍVEL:	Código 2 para Q.130 e, ou (i) 3 na V.655 ou (ii) 4 na V.655, e 20 ou mais na Q.436; ou código 1 na Q.130 e, ou (i) 2 na V.655 ou (ii) 4 na V.655, e 16 a 19 na Q.436
O MAIS ALTO NÍVEL:	Código 1 na Q.130 e, ou (i) 3 na V.655 ou (ii) 4 na V.655 e 20 ou mais na Q.436

Ficha Técnica

EUROBARÔMETRO 31A

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Tipo de amostra
junho e julho de 1989	França – 1.040 Bélgica – 1.028 Holanda – 970 Alemanha – 1.202 Itália – 1.011 Luxemburgo – 301 Dinamarca – 1.000 Irlanda – 1.016 Reino Unido – 1.248 Grécia – 1.000 Espanha – 1.003 Portugal – 1.000 Total Europa – 11.819 (**)	A amostra do Eurobarômetro foi elaborada para ser representativa das populações com quinze anos ou mais em doze países da Comunidade Européia. A amostragem foi sorteada em dois estágios. No primeiro estágio, uma seleção aleatória de pontos amostrais foi feita a partir de todo território de cada país. Os vários tipos de áreas (urbana, rural, etc.) foram representados na proporção de seu peso populacional. No total, aproximadamente 1.350 pontos foram selecionados para todos os países. No segundo estágio, os respondentes foram selecionados em cada ponto obtido no primeiro estágio de acordo com os seguintes métodos: sistema probabilístico na Dinamarca, Luxemburgo e Holanda; pelo sistema de cotas de idade, sexo e ocupação na Bélgica, França, Itália, Reino Unido e Irlanda; e método combinado probabilístico e cotas na Alemanha, Grécia, Espanha e Portugal.

(**) Os dados referentes à Europa apresentados neste encarte foram ponderados de acordo com o peso populacional de cada país na composição da população européia.

Referência bibliográfica:

REIF, Karlheinz; MELICH, Anna. EURO-BAROMETER 31 A: EUROPEAN ELECTIONS, 1989: POST-ELECTION SURVEY, JUNE- JULY 1989 [arquivo computadorizado]. Conduzido por Faits et Opinion, Paris. ICPSR ed. Ann Arbor, MI: Inter-university Consortium for Political and Social Research [produtor e distribuidor], 1993.

Pesquisas pré-eleitorais: legitimidade, influência e contribuições à cidadania¹

Gustavo Venturi

Diretor de Operações do Instituto de Pesquisa
Datafolha

Resumo

Este artigo focaliza o papel das pesquisas pré-eleitorais nos processos de decisão de voto no Brasil, e considera os aspectos éticos - colocando o campo na moralidade como o lugar da problematização dos conflitos a respeito do uso e divulgação das pesquisas -, aspectos metodológicos - apontando a importância da utilização dos métodos científicos para a legitimidade das pesquisas -, e jurídicos, no sentido da transparência garantida em lei quanto às técnicas e condições de produção das pesquisas. O autor analisa algumas imprecisões da legislação eleitoral vigente - lei 8.713 - quanto ao assunto, no sentido de afirmar que o direito dos eleitores a informação prevalece sobre qualquer outro interesse possivelmente ferido pela divulgação das pesquisas pré-eleitorais.

Palavras-chave: pesquisa pré-eleitoral, legislação eleitoral, informação política

Abstract

This article focuses on the role of the pre-electoral polls in voting decision - making processes in Brazil, and it considers three aspects: the ethic aspects, by establishing the field of the morality as the place of the conflicts related to the use and to the publication of the polls' results; the methodological aspects - by explaining the importance of the scientific methods to legitimate its results; the legal aspects, in order to guarantee the transparency of the techniques and the circumstances under which the polls are carried out. The author analyses some imprecise aspects of the Brazilian electoral law nº 8.713, in order to affirm the voters' right to the information, which prevails over any other interest possibly affected by the publication of the pre-electoral polls.

Keywords: pre-electoral polls, electoral legislation, political information

¹ Paper apresentado no II Seminário Nacional de Comportamento Político, UFSC, Florianópolis, 2 a 5 de maio de 1995.

Com a volta do pluralismo partidário e das eleições diretas para cargos majoritários pode-se observar no Brasil, a partir do último período do regime militar, um crescimento da relevância das pesquisas pré-eleitorais nos processos sucessórios. De um lado as prévias obtiveram reconhecimento ao atenderem à demanda de candidatos, partidos políticos, eleitores, agentes econômicos e meios de comunicação por informações que contribuem para orientá-los em suas decisões. Ao mesmo tempo, no entanto, nas oito eleições ocorridas entre 1982 e 94 a divulgação das pesquisas esteve marcada por uma polêmica constante, expressa inclusive nas idas e vindas da legislação eleitoral que procura regulamentá-la. Afinal, as prévias eleitorais são ou não são manipuláveis? Influenciam ou não o eleitorado? Informam ou desinformam? Devem ou não ser divulgadas até o dia da eleição?

A resposta a estas questões envolve considerações tanto de ordem metodológica e jurídica, quanto de ordem ética. Metodológica porque enquanto instrumento heurístico - como um conjunto de técnicas de investigação da realidade, com vistas à busca da 'verdade' do ponto de vista do imaginário do eleitorado -, as pesquisas pré-eleitorais derivam sua legitimidade de uma condição comum a toda produção de conhecimento empírico: a *verificabilidade* de seus resultados, condição que tem como pressuposto a utilização de métodos científicos que teoricamente possibilitem a qualquer interessado repetir o experimento, checando os dados obtidos. Jurídica, porque para atender a esta condição é preciso *transparência* quanto às técnicas e condições de sua produção, e esta transparência, enquanto direito dos receptores das informações geradas pelas pesquisas, precisa estar garantida em lei. Já os aspectos éticos da questão emergem de um fato evidente: como os interesses e direitos dos vários agentes sociais envolvidos em um processo eleitoral não coincidem, é no campo da moralidade que devem ser problematizados os *conflitos* a respeito do uso e divulgação das pesquisas - uma vez satisfeitas as exigências metodológicas que as validam enquanto 'verdadeiras' -, com vistas a sua regulamentação jurídica.

Na perspectiva do receptor dos dados de uma pesquisa pré-eleitoral - seja qual for sua inserção social enquanto agente econômico e político (mero eleitor, militante partidário ou candidato) - há margem para ao menos quatro atitudes diante dos resultados de uma prévia de intenções de voto: a indiferença, o ceticismo, a ingenuidade e a criticidade. A indiferença, em geral associada ao fenômeno de uma cidadania apática, relaciona-se a questões complexas de *cultura política* que extrapolam os objetivos deste trabalho. O que será problematizado aqui, primeiro, é a possibilidade de se adotar uma postura crítica em relação aos aspectos metodológicos que suportam (ou não) os dados divulgados, distanciando-

nos tanto de uma descrença generalizada, compreensível mas sem fundamento - afinal também ingênua, na medida em que nega as muitas evidências empíricas de que as pesquisas podem fazer sentido e captar a realidade de modo bastante aproximado -, quanto dos perigos de uma assimilação acrítica daquelas informações, quase sempre reflexo da credibilidade dos meios que as divulgam ou de sua leitura fetichizada, diante da precisão aparente dos números.

Como não é rara a divulgação de prévias que parecem ou que de fato são contraditórias, torna-se pertinente a questão de como avaliar seus resultados. Neste sentido, gostaria de resgatar o que já é um lugar-comum, porém rico em significados, usado para se definir as sondagens eleitorais: “pesquisa é um retrato do momento”. A figura do retrato é boa porque desde logo remete à idéia de imagem paralisada de algo que, como é sabido, está em permanente movimento, podendo ser extremamente dinâmico, como têm atestado algumas disputas eleitorais recentes. De fato, primeira coisa que se deve ter em mente: aferição de intenção de voto não é bola de cristal; seu resultado não nos informa sobre o que irá ocorrer, não tem o poder de predição do futuro. Enquanto imagem congelada de um momento passado pode apenas indicar tendências. E para não se deixar enganar pela eventual distorção das imagens reveladas é importante, tendo em vista uma interpretação adequada de seu significado, que se tome algumas precauções básicas, já apontadas em outro artigo (VENTURI, 1994), que definem os limites deste exercício fotográfico:

Primeira: é fundamental conferir o dia ou os dias em que a foto foi tomada, a *data de realização* da pesquisa. Dependendo da agilidade do instituto e dos interesses de quem pediu o levantamento, entre a coleta dos dados e sua divulgação podem passar de um a dez dias ou mais. De acordo com o que acontecer nesse período - um debate entre os candidatos na televisão, o surgimento de uma nova candidatura, a veiculação de alguma denúncia contundente - ao ser publicado o resultado pode já estar ‘velho’, devendo ser relativizado. Assim, ao comparar dois levantamentos, ainda que divulgados no mesmo dia, é preciso verificar se não diferem quanto à data de realização.

Segunda: é preciso verificar a abertura ou angulação da lente utilizada, a *adequação do desenho amostral ao universo* pesquisado. Seja por jargão herdado da prática de pesquisas mercadológicas - em que os excluídos do consumo ou os pequenos mercados de fato não contam -, seja simplesmente por má fé, não é raro descobrir que um resultado anunciado como ‘nacional’ referia-se a uma pesquisa apenas em alguns estados, ou só em capitais e regiões metropolitanas. Tratando-se, por exemplo, de eleições presidenciais, nada mais falso. É o famoso gato por lebre. Não se faz uma boa amostra eleitoral hoje no Brasil, que conta com cerca de 5.500 municípios, em menos de 100 cidades, distribuídas em todos os estados e com eleitorados de todos os tamanhos.

Terceira: é necessário levar em conta a falta de nitidez da foto, dada a imprecisão do equipamento utilizado. Feita por amostragem, a pesquisa pré-eleitoral move-se no terreno da estatística - talvez o mais impreciso dos ramos matemáticos, onde nem sempre dois mais dois é quatro. Dentro de um *intervalo de confiança* escolhido, em geral entre 95% e 99%, há sempre um *erro amostral*, que costuma variar entre dois e quatro pontos percentuais, para cima ou para baixo. Portanto, antes de engolir que um candidato está à frente do outro, que caiu ou subiu em relação a uma pesquisa anterior, ou de sair protestando porque duas pesquisas simultâneas não batem, é necessário verificar se as variações ou diferenças em questão não estão dentro das margens de erro previstas. Ao mesmo tempo, considerar o intervalo de confiança - que é a probabilidade de que o erro amostral limite-se às margens esperadas - é lembrar que mesmo movimentos involuntários do fotógrafo podem desenquadrar o objeto que se pretendia enfocar. Ou seja, é preciso lembrar que as pesquisas também são falíveis, por isso nada melhor que uma pesquisa para confirmar (ou questionar) a outra.

Quarta: é recomendável verificar a sensibilidade do filme utilizado, a *formulação das perguntas* aplicadas. Afora o risco de perguntas enviesadas, em qualquer momento de um processo eleitoral as respostas de intenção de voto espontâneas serão muito diferentes, e portanto incomparáveis, às respostas estimuladas por listas de candidatos. Os resultados das perguntas estimuladas, por sua vez, só são rigorosamente comparáveis quando utilizadas relações de nomes idênticas - dado fundamental a se levar em conta no período que antecede a oficialização das candidaturas, em que as listas variam ao sabor da conjuntura e dos interesses ou fontes de quem pede a pesquisa. Definida a cédula oficial, novamente haverá diferença entre respostas a perguntas estimuladas pelo cartão com os candidatos e os resultados obtidos pela tabulação de cédulas auto-preenchidas pelos entrevistados. Isto porque entre intenção e gesto toda eleição produz uma legião de votos nulos involuntários.

Quinta: é aconselhável conferir as credenciais do fotógrafo e os propósitos do cliente, *que instituto assina a pesquisa e quem a encomendou*. Qualquer pessoa ou grupo tem o direito de fazer e divulgar pesquisas eleitorais. Podem ser planejadas com absoluta isenção e competência, mas a conquista de credibilidade é mais penosa que uma declaração de intenções e um projeto bem traçado. Tanto a qualidade técnica de um levantamento como o compromisso com a verdade dos profissionais nele envolvidos precisam ser comprovados. Ao tomar conhecimento de uma pesquisa eleitoral, convém informar-se sobre o instituto que a fez e qual foi seu desempenho em eleições anteriores. Além disso, é bom checar quais são os vínculos de interesse entre quem fez e quem pediu a pesquisa, e entre ambos e quem a está divulgando. Uma pesquisa eleitoral encomendada por um candidato só será publicada se for do seu interesse, merecendo por isso ser lida com dupla

precaução. o grau de isenção na divulgação de uma pesquisa, por sua vez, pode ter relação direta com o grau de independência do meio de comunicação em relação aos políticos envolvidos. Muitas vezes este grau é igual a zero: o político bem avaliado ou em ascensão é parente próximo, ou parceiro econômico em outros empreendimentos, quando não o próprio dono do veículo divulgador da pesquisa.

Sexta: é crucial ver a fotografia com os próprios olhos, aprender a *ler os números*. Dado que mesmo entre os poucos veículos de fato independentes a objetividade jornalística é uma utopia que nunca se realiza plenamente, é recomendável aos telespectadores de todos os canais e aos leitores de todos os jornais que aprendam a ler os dados - as tabelas, os gráficos - por si mesmos. Este é o único antídoto para não ser levado por interpretações distorcidas. A partir disto, é possível exercer uma leitura crítica das manchetes - sempre já interpretativas - e das análises que costumam acompanhar os resultados das pesquisas pré-eleitorais e tirar as próprias conclusões.

Isto posto, podemos avançar para o aspecto jurídico do problema: a legislação eleitoral garante a publicação destas exigências para a verificabilidade das pesquisas divulgadas? Em parte. Primeiro, é preciso lembrar que não existe a legislação eleitoral, e sim, até aqui, *uma* por eleição, na medida em que, como é sabido, as regras do jogo têm sido alteradas a cada novo pleito. Assim, a lei 8.713, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Itamar Franco em setembro de 93, normalizando as eleições de outubro de 94, determinava em seu artigo 31:

“A partir de 2 de abril de 1994, as entidades ou empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos para serem levadas ao conhecimento público são obrigadas a registrar, junto à Justiça Eleitoral, até cinco dias antes da divulgação, as informações a seguir relacionadas: quem contratou a realização da pesquisa; valor e origem dos recursos despendidos no trabalho; a metodologia e o período de realização da pesquisa; o plano amostral e ponderação no que se refere a sexo, idade, grau de instrução, nível econômico e área física de realização do trabalho; o nome de quem pagou pela realização do trabalho; o sistema interno de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo.”

Embora garanta três dos primeiros cinco pontos relacionados acima, a 8.713/93 ainda é omissa sobre margem de erro e formulação das perguntas. Além disso, se a exigência de registro antecipado dessas informações na Justiça Eleitoral atende aos interesses de partidos e candidatos - em tese dando-lhes tempo de sustarem a divulgação de um levantamento suspeito de alguma irregularidade metodológica ou em seu financiamento -, do ponto de vista do eleitor é importante que estas informações acompanhem a *divulgação* dos resultados, o que, até aqui, tem ficado a critério do veículo responsável. Mas sobretudo, tal como está, ao tratar de regulamentar apenas as pesquisas feitas para “serem levadas ao conhecimento público”, a lei deixa uma brecha delicada para tentativas de manipulação: no final de janeiro de 94, por exemplo, jornais cariocas, primeiro, depois jornais paulistas, publicaram notas em suas colunas políticas, sem nenhuma transparência - apoiadas em fontes supostamente confiáveis -, dando conta de que uma pesquisa apontava queda abrupta de Lula, até então (e por alguns meses mais) ainda isolado na liderança da corrida presidencial. Passados alguns dias, com a divulgação da pesquisa na íntegra, a verdade: não tinha havido queda, apenas flutuação segundo a composição da lista de candidatos utilizada e ainda dentro da margem de erro. Mas nesse meio tempo inúmeros analistas políticos ocuparam os jornais e a televisão com especulações diversas, que tinham como ponto comum tomarem como *fato* o que depois se confirmaria como desinformação. Diante de situações como esta, parece evidente a importância de que a lei determine que, mesmo quando inicialmente não voltada para publicação, uma vez ‘vazada’, qualquer pesquisa seja acompanhada das informações necessárias para a avaliação de seus resultados.

A 8.713/93 traz ainda uma imprecisão grave e uma asneira. A imprecisão, que foi objeto de tensão e polêmica entre institutos e assessorias eleitorais em 94, está no parágrafo terceiro, ainda do artigo 31, que reza:

“Imediatamente após a divulgação da pesquisa, as empresas ou entidades a que se refere este artigo colocarão à disposição dos partidos ou coligações que possuam candidatos registrados para as eleições a que se refere a pesquisa todas as informações, resultados obtidos e demais elementos atinentes a cada um dos trabalhos efetuados” (grifos meus).

O que são *todas* as informações e *resultados obtidos*? todos os divulgados ou todos os possíveis? Ora, a depender das variáveis demográficas e socioeconômicas de um questionário, do entrecruzamento das mesmas ou com outras perguntas indiretas, um mesmo resultado de intenção de voto pode ser processado de ‘infinitas’ maneiras. Se após cada pesquisa divulgada (para acompanhar a sucessão presidencial em 94 o Datafolha fez mais de 20 levantamentos nacionais) o instituto responsável for obrigado a atender a pedidos especiais de processamento dos

dados de cada candidato, partido e coligação interessados, estará não só trabalhando de graça para fins privados - o que não combina com nossa ordem capitalista -, como comprometendo sua capacidade de realização de outros projetos, o que também não é razoável.

E se o instituto passasse para as partidos o arquivo bruto da pesquisa, a base de dados, em disquete, não estaria resolvido o problema? Ora, a lei é absolutamente omissa a respeito do uso que os candidatos poderiam fazer destas informações e, como se sabe, o compromisso com a verdade não é o forte de uma parcela considerável de nossa elite política. Certamente veríamos então, no horário eleitoral, um festival de resultados sem nenhuma consistência estatística, podendo um mesmo instituto (e quanto maior sua credibilidade, melhor, ainda que ao fim fosse destruída) garantir a liderança de todos os candidatos ao mesmo tempo, pois com uma boa 'observação' dos dados, mesmo o pior colocado deve ser o primeiro em algum segmento do tipo "donas-de-casa, de 30 a 35 anos, com escolaridade secundária, renda familiar de 5 a 7 salários mínimos, residentes em municípios até 2 mil habitantes, da região norte e evangélicas", ainda que este segmento esteja representado por quatro ou cinco entrevistas - informação que, naturalmente, seria omitida.

Finalmente, há a questão do sigilo amostral. Um pesquisador familiarizado com a técnica dos *surveys* sabe que o desenho e a construção de uma boa amostra não é uma tarefa simples, demandando vários estudos e testes, enfim, tempo e recursos. Neste sentido, não é viável mudar a amostra a cada levantamento. Ao mesmo tempo, divulgar, por exemplo, os pequenos municípios de uma amostra estadual ou nacional, é um convite a uma modalidade de fraude, aos candidatos que acreditam que podem melhorar suas chances interferindo artificialmente na disputa, isto é, concentrando sua campanha nesses municípios nos dias que antecedem um levantamento, cuja data de coleta, por força da lei, já é de seu conhecimento, de modo a forjarem uma melhor colocação na pesquisa. Desta forma, portanto, a depender da interpretação que se dê, a letra do parágrafo citado acima contraria o *espírito* da própria lei, cujo fim é coibir, e não promover, a manipulação das pesquisas. Para salvaguarda dos interesses partidários - afinal uma amostra também pode ser feita de modo a prejudicar um ou mais candidatos - basta o acesso a um plano amostral que, com o nome das cidades mantido sob o sigilo de um código, permita-lhes conferir a adequação do desenho, do ponto de vista do porte dos municípios escolhidos, de sua distribuição geográfica e do peso do eleitorado dos outros municípios por eles representados, com plenas condições de retabulação dos questionários, para conferência dos resultados divulgados.

A asneira está no artigo 32:

"Os partidos, mediante requerimento à Justiça Eleitoral, que determinará imediatamente a realização de diligência, terão acesso ao sistema interno de controle, verificação e fiscalização da coleta de dados dos institutos ou entidades que derem ao conhecimento público pesquisas de opinião relativas às eleições, e poderão, através da escolha livre e aleatória de planilhas individuais, mapas ou equivalentes, confrontar e conferir os dados publicados" (grifo meu).

Ora, a pesquisa pré-eleitoral já é feita por amostragem, e para que, por exemplo, 2.500 entrevistas representem um eleitorado extremamente heterogêneo e estatisticamente infinito, como o brasileiro, é preciso distribuí-las de modo bastante criterioso. Portanto, é quase nula a probabilidade de que uma *amostra da amostra*, sem qualquer critério, como sugere o artigo acima, represente adequadamente o total de uma amostra utilizada, podendo assim "confrontar e conferir os dados publicados". É claro que, no calor da disputa, qualquer ponto percentual de diferença (que seria natural mesmo em uma amostra controlada da amostra total, na medida em que, com menos entrevistas, a margem de erro é maior) daria ensejo para acusar o instituto responsável por fraude. Do artigo 32 transparece, na verdade, a ignorância específica dos congressistas que a redigiram e dos assessores de Itamar que permitiram sua sanção. É de se esperar que a legislação eleitoral que regulamentará os pleitos municipais de 96 supere as deficiências da 8.713/93.

De qualquer forma, se esta legislação pode melhorar em questões pontuais, e no seu retrocesso, simplesmente proibindo a divulgação de pesquisas antes das eleições, como vigorou em 1985 e 86, que reside o maior perigo à democracia. Embora no início de 88, atendendo representação impetrada por veículos de comunicação e institutos de pesquisa, os juízes do STF tenham entendido que a proibição fere o direito constitucional à informação, na fracassada revisão de 94 voltou-se a cogitar a respeito, conforme parecer do deputado João Almeida (PMDB-BA), a pedido do então relator Nelson Jobim (PMDB-RS), hoje ministro da Justiça. Pouco depois, quando apurava o primeiro voto da eleição presidencial em 4 de outubro, Sepúlveda Pertence, presidente do TSE, deu declarações à imprensa manifestando-se favorável a restrições à divulgação das prévias eleitorais. Portanto, o problema é real e lamentavelmente parece longe de estar resolvido.

Conforme assinalado em outro artigo, o argumento central dos defensores da censura às pesquisas pré-eleitorais baseia-se na idéia, partilhada pelo senso-comum, de que sua divulgação leva um grande contingente de eleitores a votar no candidato que está à frente, distorcendo o que seria um resultado 'puro', não contaminado pela indução da opinião pública (VENTURI, 1994). Este postulado é questionável em vários sentidos, a começar pela falácia de que existiria uma vontade totalmente *livre* de qualquer indução externa, como se por força da inserção social os eleitores não estivessem desde sempre, ainda que em graus variados, em permanente interação entre si, com as instituições políticas e com os meios de comunicação. Pior, diante da veiculação do horário eleitoral (objeto da mesma legislação) até 48 horas antes do pleito, é como se os mentores da censura às pesquisas dissessem que estas induzem, mas que os programas eleitorais no rádio e na TV não - logo eles, cada vez mais tática e estrategicamente embasados em pesquisas quantitativas e qualitativas. Neste sentido, como não está em questão proibir a realização de pesquisas, tornando clandestino o trabalho de muitos, a proibição de sua divulgação apenas agravaria o desnível de informação entre o eleitorado e os candidatos, que seguiriam encomendando seus próprios levantamentos e orientando-se por eles, inclusive ao se dirigirem aos eleitores até o fim da campanha, sem que estes pudessem dispor das mesmas informações para decidir seu voto.

De uma perspectiva democrática não há o que justifique, portanto, a censura às prévias. Mas como a adesão à democracia é, no limite, uma questão de valores e de consciência, antes de entrarmos no terreno da moralidade (do *dever ser*, dos enunciados com pretensão de validade normativa, como define Habermas (1989)), ou seja, atendo-nos ainda ao plano dos fatos (daquilo que *é*, dos enunciados com pretensão de validade apenas proposicional) é oportuno avaliar em que extensão as pesquisas de fato induzem os eleitores, sobretudo se indecisos à véspera do pleito. a votar no candidato que lidera a disputa.

Na tentativa de medir este fenômeno, o Datafolha fez uma pesquisa de opinião junto ao eleitorado paulistano em março de 94². O questionário foi elaborado de modo a, primeiro, localizar e delimitar o significado das prévias no imaginário dos eleitores, para só depois tentar captar sua influência direta na definição do voto. Partiu-se da premissa de que a influência das pesquisas tem como pressupostos a valorização e a confiança nos dados por ela gerados. Como indicadores de valorização, trabalhou-se com escalas de importância, de interesse e

² 1080 entrevistas, distribuídas em amostragem estratificada por zonas geográficas e Áreas Homogêneas da cidade (nível socioeconômico), com cotas de sexo e idade. Margem de erro de menos ou mais 3%, em um intervalo de confiança de 95%. Os resultados foram apresentados em 13/04/94, em São Paulo, no "Seminário de Marketing Político: o X da questão para ganhar as eleições", organizado pela Meio & Mensagem Eventos, e parcialmente publicados nas edições de 14 e 17/04/94 da *Folha de S. Paulo*.

contribuição *versus* prejuízo para a decisão de como votar. Conforme indica a Tabela 1, entre cinco fatores sugeridos um a um como componentes de definição do voto, *os resultados das pesquisas eleitorais* emergiram em um ponto intermediário de importância, com 38% de 'são muito importantes' e 42% de 'não são importantes' abaixo de *notícias de TV, de rádio ou jornal* (respectivamente 53% e 26%), e de *conversas com familiares, amigos ou colegas* (52% e 29%); acima de *orientações do sindicato, da Igreja ou de outras associações* (32% e 49%) e do horário eleitoral gratuito (22% e 57%).

Tabela 1
Grau de importância de alguns fatores para a decisão do voto
(resposta estimulada e única, em %)

CATEGORIAS	Notícias de TV, de Rádio ou Jornal	Conversar com Familiares, Amigos ou Colegas	Resultados das Pesquisas Eleitorais	Orientações do Sindicato, da Igreja, ou de Outras Associações	Propagandas Políticas que passam na TV e no Rádio na Época das Eleições
São muito importantes	53	52	38	32	22
Mais ou menos importantes	20	18	20	17	20
Não são importantes	26	29	42	49	57
Não sabe	1	0	1	2	1
Total em %	100	100	100	100	100
Total N°s Absolutos	1080	1080	1080	1080	1080

0 = não atingiu 1 %

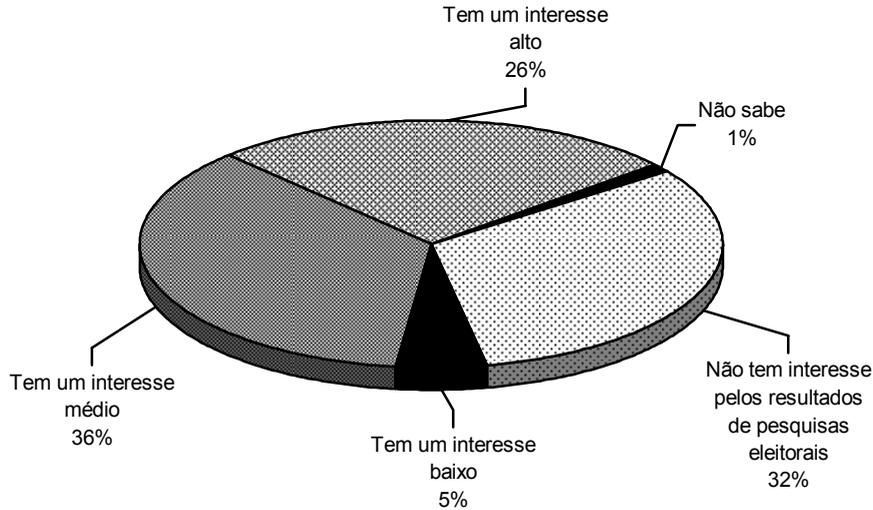
Base: Total da amostra

Fonte: Pensando em eleições passadas, em geral qual tem sido o grau de importância do seguinte fator para sua decisão de como votar: você diria que são muito importantes, mais ou menos importantes ou não são importantes para que você decida a seu voto?

Datafolha

Quanto ao grau de interesse *pelos resultados de pesquisas eleitorais* 2/3 dos eleitores paulistanos localizaram-se como tendo algum interesse (26% alto, 36% médio e 5% baixo) e 1/3 como não tendo nenhum interesse (v. *Gráfico 1 e Tabela 2*). Note-se no cruzamento por escolaridade que o desinteresse atinge 40% entre os que não passaram do 1º grau - em tese, os mais vulneráveis à indução que tanto preocupa os mentores da censura às prévias -, caindo para 19% entre o eleitorado que chegou à formação escolar superior.

Gráfico 1
Grau de interesse pelos resultados de pesquisas eleitorais
(resposta estimulada e única, em %)



Base: Total da amostra

Fonte: Você diria que em geral você tem um interesse alto, médio, baixo ou não tem interesse pelos resultados de pesquisas eleitorais?

Datafolha

Tabela 2
Grau de interesse pelos resultados de pesquisas eleitorais
(resposta estimulada, em %)

CATEGORIAS	ESCOLARIDADE		
	Até 1º grau	2º grau	Superior
Tem um interesse alto	27	23	32
Tem um interesse médio	29	43	43
Tem um interesse baixo	3	6	5
Não tem interesse pelos resultados de pesquisas eleitorais	40	28	19
Não sabe	1		1
Total em %	100	100	100
Total N°s Absolutos	509	380	191

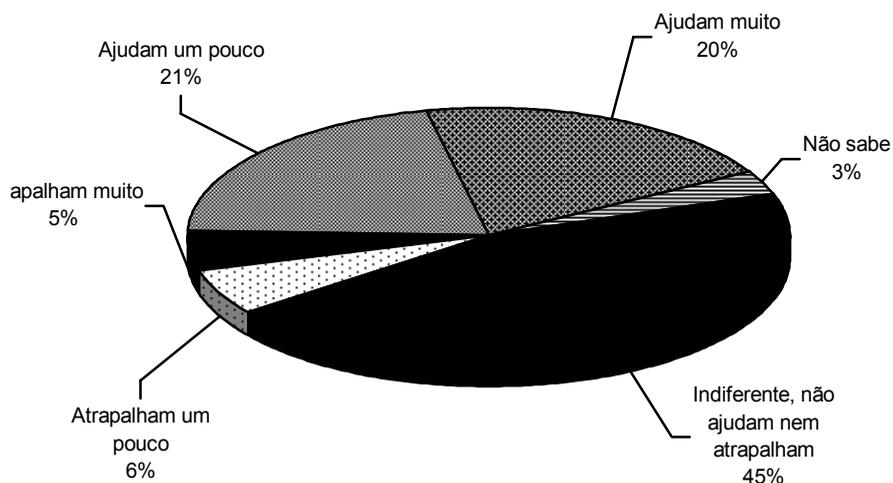
Base: Total da amostra

Fonte : Você diria que em geral você tem um interesse alto, médio, baixo ou não tem interesse pelos resultados de pesquisas eleitorais?

Datafolha

Em relação ao grau de contribuição dos resultados das pesquisas para a decisão do voto (v. Gráfico 2 e Tabela 3), a maioria relativa (45%) manifestou, espontaneamente (no sentido em que esta alternativa não constava do enunciado da pergunta), que são indiferentes, 'não ajudam nem atrapalham', sendo que para 41% ajudam (20% muito, 21% um pouco) e para 11 % atrapalham (5% muito, 6% um pouco). Neste caso, a indiferença cresce com a escolaridade.

Gráfico 2
Grau de contribuição das pesquisas na decisão do voto
(resposta estimulada e única, em %)



Base: Total da amostra

Fonte: Em geral os resultados das pesquisas eleitorais ajudam ou atrapalham na sua decisão de como votar? Muito ou um pouco?

Datafolha

Tabela 3
Grau de contribuição das pesquisas na decisão do voto
(resposta estimulada e única, em %)

CATEGORIAS	ESCOLARIDADE		
	Até 1º grau	2º grau	Superior
Ajudam muito	24	20	14
Ajudam um pouco	22	23	17
Atrapalham muito	7	5	4
Atrapalham um pouco	7	7	3
Indiferente, não ajudam nem atrapalham	38	45	62
Não sabe	2	1	1
Total em %	100	100	100
Total N°s Absolutos	509	380	191

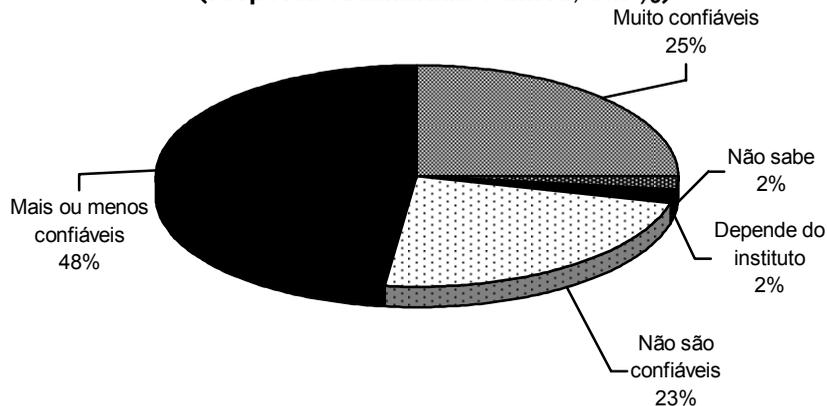
Base: Total da amostra

Fonte: Em geral os resultados das pesquisas eleitorais te ajudam ou atrapalham na sua decisão de como votar? Muito ou pouco?

Datafolha

Quanto ao grau de confiança nos resultados das pesquisas (v. Gráfico 3 e Tabela 4) 3/4 afirmaram considerá-los confiáveis (sendo apenas 25% muito, e 48% mais ou menos), e para 1/4 não são confiáveis. Note-se que a desconfiança cresce justamente conforme diminui a escolaridade, atingindo 26% entre os supostamente mais propensos à ingenuidade que os censores gostariam de proteger, contra 13% entre os mais escolarizados.

Gráfico 3
Grau de confiabilidade das pesquisas eleitorais
(resposta estimulada e única, em %)



Base: Total da amostra

Fonte: De um modo geral você diria que os resultados de pesquisas eleitorais são muito confiáveis, mais ou menos confiáveis ou não são confiáveis?

Datafolha

Tabela 4
Grau de confiabilidade das pesquisas eleitorais
(resposta estimulada e única, em %)

CATEGORIAS	ESCOLARIDADE		
	Até 1º grau	2º grau	Superior
Muito confiáveis	28	19	27
Mais ou menos confiáveis	42	53	57
Não são confiáveis	26	24	13
Depende do instituto	1	3	4
Não sabe	4	1	
Total em %	100	100	100
Total N°s Absolutos	508	380	191

Base: Total da amostra

Fonte: De um modo geral você diria que os resultados das pesquisas eleitorais são muito confiáveis, mais ou menos confiáveis ou não são confiáveis ?

Datafolha

Por fim, perguntou-se diretamente aos eleitores paulistanos se alguma vez, estando indecisos, definiram seu voto *levando em conta os resultados das pesquisas eleitorais*, ou se alguma vez, estando já decididos, mudaram seu voto por causa das pesquisas. Conforme indica a Tabela 5, confirmaram ter passado por essas experiências apenas 19% e 13%, respectivamente, com pouca variação segundo o grau de escolaridade.

Tabela 5
Definição e mudança de voto em função dos resultados de pesquisas eleitorais
(em %)

CATEGORIAS	TOTAL	ESCOLARIDADE		
		Até 1º grau	2º grau	Superior
DEFINIU O VOTO				
Sim	19	21	17	15
Não	81	79	83	85
MUDOU O VOTO				
Sim	13	12	14	12
Não	87	88	86	88
Total em %	100	100	100	100
Total N°s Absolutos	1062	502	369	191

Base: Entrevistados que já votaram alguma vez

Fonte : Pensando nas eleições em que você já votou ou poderia ler votado, aconteceu alguma vez de você estar indeciso e depois definir o seu voto levando em conta os resultados das pesquisas eleitorais? E alguma vez você mudou o seu voto ou deixou de votar, levando em conta os resultados das pesquisas eleitorais?

Datafolha

Embora estes contingentes fossem suficientes para definir a maioria das disputas majoritárias, deve-se considerar, antes de mais nada, que a pergunta remetia a *alguma* experiência de um tipo ou de outro, podendo ter ocorrido, conforme a idade do eleitor, em qualquer das sete eleições a cargos majoritários em que, até então, tivera a chance de participar - considerando-se apenas o período mais recente de nossa história eleitoral. Mas muito mais esclarecedor foi o que se captou com a questão seguinte, posta aos que assumiram ter passado a experiência de mudar ou definir o voto por causa das pesquisas pré-eleitorais (v. Tabela 6): na última vez em que viveu tal situação, a maioria relativa deste grupo (35%, ou 6,8% do total dos que já haviam votado ao menos uma vez) votou em outro candidato que não o seu, para derrotar um terceiro que liderava a disputa. Ou seja, são eleitores que usaram as pesquisas para exercer o chamado 'voto útil', com o qual pode-se não concordar, sobretudo em um pleito em dois turnos, mas cuja racionalidade embutida não admite que o classifiquemos como um voto 'inconsciente' ou manipulado. Note-se, aliás, que a taxa dos que afirmaram ter praticado tal voto cresce de 23% para 70%, dos menos para os mais escolarizados.

Tabela 6
Decisões tomadas com base nos resultados das pesquisas eleitorais
(resposta estimulada e única, em %)

CATEGORIAS	% SOBRE TOTAL DA AMOSTRA	% SOBRE OS QUE DEFINIRAM / MUDARAM O VOTO			
		TOTAL	ESCOLARIDADE		
			Até 1º grau	2º grau	superior
Votou em um outro candidato que estava melhor, para tentar derrotar o que estava na frente	6,8	35	23	38	70
Votou no candidato que estava na frente para não perder o voto	4,3	23	32	15	10
Votou de propósito em um candidato que não tinha chances de ganhar	3,5	18	24	13	13
Deixou de votar, votou em branco ou anulou o voto porque o candidato não tinha chances de ganhar	3,2	17	15	24	7
Outras respostas	0,8	4	2	9	
Não sabe	0,5	3	4	1	
Nunca definiu/mudou de voto por causa das pesquisas	80,9				
total em %	100	100	100	100	100
Total N°s Absolutos	1020	195	97	68	30

Base: Entrevistados que já votaram ao menos uma vez

Fonte: Na última vez que isso aconteceu, qual das seguintes decisões você tomou, baseado nos resultados das pesquisas eleitorais?

Datafolha

Em segundo lugar, com 23% (4,3% do total), apareceu o temido grupo dos que reconheceram ter definido sua opção pelo candidato que estava à frente “para não perder o voto”. Mas logo abaixo, neutralizando este efeito, 18% (ou 3,5% do total) afirmaram já ter feito exatamente o oposto: votaram “de propósito” em um candidato que não tinha chances de ganhar - atitude talvez de protesto, perfeitamente compreensível diante do paradoxo da obrigatoriedade do voto. Finalmente, outros 17% (3,2% do total) afirmaram ter deixado de votar, votaram em branco ou anularam o voto diante da improbabilidade, atestada por pesquisas, de vitória do seu candidato.

Em suma, estes dados obtidos junto ao eleitorado paulistano - de resto muito próximos aos encontrados em pesquisa nacional do Ibope sobre o mesmo tema, feita logo após as eleições presidenciais de 89 (CAVALLARI; OLSEN; STRAUBHAAR, 1994) - indicam primeiro que, longe de gozarem de um prestígio e reconhecimento universais, as pesquisas eleitorais são objeto de desconfiança e indiferença de parcelas consideráveis do eleitorado, o que desde logo limita seu poder de influência. Segundo, e principalmente, os dados sugerem que a influência direta da divulgação dos resultados das pesquisas sobre a decisão do voto é não só relativamente pequena como, sobretudo, contraditória, tornando bastante residual o efeito da política, supostamente difundida entre os eleitores brasileiros, de apostar no cavalo favorito. Aos céticos renitentes, que por coerência não podem acreditar em uma pesquisa sobre pesquisas, talvez baste lembrar que se a preocupação em ‘não perder o voto’ fosse um fenômeno tão comum como alguns querem supor, uma vez destacado um favorito, jamais uma eleição viraria - e hoje, para citar apenas um exemplo óbvio e recente, Lula seria o presidente do Brasil.

Enfim, diante da debilidade das evidências de que as prévias eleitorais cerceiam a liberdade de decisão do eleitor, induzindo-o a um voto sem convicção, surge a dúvida: será que muitos dos que querem censurar as pesquisas têm preocupações que não ousam enunciar publicamente, mais sérias que a infundada necessidade de proteger eleitores supostamente ingênuos? De fato, além de informarem a parcela do eleitorado que reconhece nelas algum grau de validade, auxiliando-a a decidir seu voto, há, sabidamente, ao menos dois outros sentidos em que as pesquisas influenciam as eleições: o ânimo das militâncias e a saúde financeira das campanhas. Herdeiros que somos de práticas clientelistas que evoluíram de favores pessoais a um institucionalizado ‘toma lá, da cá’, é comum o esvaziamento de contribuições, lícitas ou não, a campanhas que, a partir de certa altura da disputa, são consideradas sem chances. Mas isto é antes um problema de nossas relações e instituições políticas do que responsabilidade da divulgação das pesquisas. O mesmo pode-se dizer sobre o efeito de resultados avaliados como negativos sobre o alento da militância. Na verdade, pobre da militância que precisa ser enganada com dados falsos para se mover (pois a censura à divulgação regular

de pesquisas é a pré-condição para que o candidato tire a sua, que não poderá ser checada, do bolso do colete), em vez de reagir justamente diante de dados realistas adversos.

Nestes dois casos, o problema da publicação das prévias denota interesses e direitos conflitantes: agentes financiadores esperam o melhor retorno de seu 'investimento' - se possível o mais seguro, conforme o grau de disposição a negociatas futuras de cada candidato; muitos políticos defendem apenas os próprios interesses, outros acreditam que para poderem 'chegar lá' e defender a maioria é válido manipular ou omitir informações - como se a tutela embutida nesta lógica não fosse antagônica à emancipação da cidadania pela qual julgam lutar. Mas seja por uma ótica normativa teleológica, em que prevalece uma hierarquia dos fins perseguidos, seja por uma ótica deontológica, em que o que está em questão são pendências de direitos, adotando-se o *ponto de vista moral* - em que se exercita a avaliação dos valores em conflito a partir da perspectiva de cada um dos envolvidos -, apenas a perspectiva do eleitor emerge como universalizável, sendo assim a única eticamente defensável. A partir de uma concepção construtivista da cidadania, entendida como processo interativo de participação política do eleitorado em direção a sua autonomia, o direito (e necessidade) dos eleitores à informação prevalece sobre qualquer outro interesse que possa ser ferido pela divulgação das pesquisas pré-eleitorais - de resto, como vimos, perfeitamente regulamentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALLARI, M.; OLSEN, O.; STRAUBHAAR, J. O uso de pesquisas eleitorais em decisões de voto. *Opinião Pública*, Campinas, CESOP, Unicamp, v. II, n. 2, dez 1994.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

VENTURI, G. Como não ser enganado pelas pesquisas eleitorais. In: DIMENSTEIN, G. *Como não ser enganado nas eleições*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Influência de pesquisa é pequena. *Folha de S.Paulo*, 17 abril 1994.

Recebido para publicação em Agosto de 1995.

